

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENSINO**

**JOSÉ ALENCAR MANGIA JÚNIOR**

**POVOS CIGANOS E RACISMO INSTITUCIONAL: Uma Análise Comparativa das  
Produções Acadêmicas no Âmbito da Pós-Graduação (Teses e Dissertações)**

Santo Antônio de Pádua -RJ  
2023

JOSÉ ALENCAR MANGIA JÚNIOR

**POVOS CIGANOS E RACISMO INSTITUCIONAL: Uma Análise Comparativa das  
Produções Acadêmicas no Âmbito da Pós-Graduação (Teses e Dissertações)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Marli Rodrigues de Andrade

Coorientador: Prof. Dr. Fabio Alves Gomes de Oliveira

Santo Antônio de Pádua -RJ  
2023

JOSÉ ALENCAR MANGIA JÚNIOR

**POVOS CIGANOS E RACISMO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO ÂMBITO DA PÓS-  
GRADUAÇÃO (TESES E DISSERTAÇÕES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino.

Aprovado em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Francisca Marli Rodrigues de Andrade (Orientadora)  
Universidade Federal Fluminense – UFF (PPGEN)

---

Prof. Dr. Fabio Alves Gomes de Oliveira (Coorientador)  
Universidade Federal Fluminense – UFF (PPGEN)

---

Profa. Dra. Miranilde Oliveira Neves  
PPDRGEA – Instituto Federal do Pará – IFPA

---

Prof. Dr. Lucas Nascimento Ferreira Lopes  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (NUBEA)

---

Profa. Dra. Jacqueline de Souza Gomes  
Universidade Federal Fluminense – UFF (PPGEN)

Santo Antônio de Pádua-RJ  
2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BINF  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M277p Mangia Júnior, José Alencar  
POVOS CIGANOS E RACISMO INSTITUCIONAL : Uma Análise Comparativa das Produções Acadêmicas no Âmbito da Pós-Graduação (Teses e Dissertações) / José Alencar Mangia Júnior. - 2023.  
152 f.: il.

Orientador: Francisca Marli Rodrigues de Andrade.  
Coorientador: Fabio Alves Gomes de Oliveira.  
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Santo Antônio de Pádua, 2023.

1. Povos Ciganos. 2. Racismo Institucional. 3. Estado da Arte. 4. Pós-graduação. 5. Produção intelectual. I. Andrade, Francisca Marli Rodrigues de, orientadora. II. Oliveira, Fabio Alves Gomes de, coorientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior. IV. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

Dedico este trabalho aos povos ciganos e a todos os pesquisadores e cientistas que, movidos pela inquietação, pelo desafio e pela coragem, se lançam na colaboração para uma sociedade mais justa, igualitária e antirracista.

## AGRADECIMENTOS

Pelas estradas e caminhos percorridos, alcançar a meta é sempre um desafio. Desbravar, enfrentar as feras, atravessar barreiras e permanecer firme na decisão e no propósito, mesmo a custo de lágrimas e desespero, é a realização de sonhos e metas.

Por isso, quero primeiramente agradecer a Deus pela sua graça e por me dar uma calma e um autocontrole surpreendentes e inesperados.

À minha mãe, Eunice Fonseca Mangia, que acompanhou todo o processo de construção deste trabalho entendendo meus silêncios, ausências e sendo uma palavra de carinho nos momentos avassaladores, agradeço pelo incentivo, paciência e carinho. É certo que a escrita acadêmica é muito solitária, mas nesse caminho encontramos pessoas especiais que nos ajudam a enveredar nas etapas de um processo cujo início conhecemos, mas nunca imaginamos o que vamos encontrar até chegar ao ponto final.

À professora Francisca Marli Rodrigues de Andrade e ao professor Fabio Alves Gomes de Oliveira agradeço pela companhia e pelas orientações. Obrigado pelas reuniões em feriados e finais de semana, por compreenderem minhas loucuras, pelas risadas e puxões de orelha, quando necessário. Vocês foram grandes na missão de orientar e, por isso, minha eterna e sincera gratidão.

Ao programa de Pós-Graduação em Ensino da UFF/INFES, aos professores, funcionários e colegas da turma Pipoca agradeço por terem sido fundamentais para o término desta etapa. Mesmo com a distância da pandemia, os encontros posteriores eram sempre recheados de sorrisos, gargalhadas e afetos.

Ao meu amigo Jonas Moulin sou grato pelas conversas, trocas e por ter encarado a missão de ser o representante de nossa turma.

Aos amigos: Júlio, Eugênio, Pâmella, João Luiz, Ana Elvira, Mayara, Brunão, Mariana Santiago, Luana, Fernanda, Maxwell, Guilherme e Anne agradeço pelos momentos de gargalhada e descontração sempre necessários para dar luz, cor e movimento à vida.

Aos colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Cultura de Santo Antônio de Pádua, onde trabalhei, e aos colegas atuais da escola do campo no distrito de Três Irmãos em Cambuci agradeço por lutarem comigo diariamente por uma escola inclusiva, diversa e de qualidade.

Às crianças da Escola Municipalizada Lara Vilela agradeço por também fazerem parte desta conquista.

Às instituições de educação, aos pesquisadores e cientistas que produzem pesquisas dedicando horas incansáveis de estudo e escrita nas mais diversas instituições do Brasil e do mundo a todos e todas: o meu aplauso.

Por fim, mas jamais menos importante, agradeço aos povos ciganos presentes neste imenso globo e que enfrentam diariamente o preconceito, a discriminação, a invisibilidade e o racismo. A este povo que merece ter sua história e tradição respeitadas: a minha admiração, o meu respeito e o meu desejo por uma sociedade mais igualitária, livre de exclusão, de racismo... na qual prevaleça, sobretudo, o respeito. Obrigado por serem exemplo de força, luta e resistência.

Pedi, e dar-se-vos-á  
Buscai, e achareis  
Batei, e abrir-se-vos-á  
Pois todo o que pede, recebe

Todo o que busca, encontra  
E a quem bate, abrir-se-lhe-á  
Pois Deus é fiel para abençoar

(Mt7,7-8)

**(Letra da canção Deus conhece, Ludmila Ferber)**

## RESUMO

MANGIA JUNIOR, José Alencar. Povos Ciganos e Racismo Institucional: Uma Análise Comparativa Das Produções Acadêmicas No Âmbito Da Pós-Graduação (Teses E Dissertações). 2023. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade Federal Fluminense, Santo Antônio de Pádua, 2023.

A presente pesquisa se propõe a desenvolver um debate sistematizado acerca do racismo contra os povos ciganos. Para tal, fez-se uma investigação de fundamentação teórica a partir de diferentes autores e autoras fundamentais na discussão sobre o racismo estrutural no Brasil, enfatizando sua institucionalização no âmbito da educação. Em seguida, debruçou-se sobre as produções acadêmicas dos programas de pós-graduação de mestrado e doutorado dos últimos dez anos (2012 a 2022) sobre a representatividade de temáticas sobre os povos ciganos nas produções das universidades brasileiras, destacando: autores, regiões, instituições e dimensões temáticas. Com isso, a pesquisa aponta para a necessidade de inclusão das pautas dos povos ciganos nas produções científicas e, a partir disso, construir reflexões críticas sobre esse tema. Além do mais, o estudo em pauta deixa transparecer também a importância de um debate crítico sobre racismo estrutural e institucional, identificando-o como “ fundamental no processo de formação de futuros pesquisadores e na construção da luta antirracista no âmbito da educação.

**Palavras-chave:** racismo institucional; povos ciganos; estado da arte; pós-graduação.

## ABSTRACT

MANGIA JUNIOR, José Alencar. Gypsy Peoples and Institutional Racism: A Comparative Analysis of Academic Productions in the Postgraduate Scope (Theses and Dissertations). 2023. Dissertation (Master in Teaching). Fluminense Federal University, Santo Antônio de Padua, 2023.

This research proposes to develop a systematic debate about racism against Roma people. To this end, a theoretical foundation investigation was carried out based on different authors and key authors in the discussion of structural racism in Brazil, emphasizing its institutionalization in the field of education. Then, it focused on the academic productions of the postgraduate masters and doctoral programs of the last ten years (2012 to 2022) on the representativeness of themes about Roma peoples in the productions of Brazilian universities, highlighting: authors, regions, institutions and thematic dimensions. With this, the research points to the need to include the guidelines of the gypsies in scientific productions and, from this, build critical reflections on this topic. Furthermore, the study in question also reveals the importance of a critical debate on structural and institutional racism, identifying it as fundamental in the training process of future researchers and in the construction of the anti-racist struggle in the field of education.

**Keywords:** institutional racism; gypsy peoples; state of art; postgraduate studies.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMMD	Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AEEC-MT	Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso
ANEC	Associação Nacional das Etnias Ciganas
ASPRECCE	Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará
CCDI	Associação Pedro Benício Maia, o Centro Calon de Desenvolvimento Integral
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CEDERJ	Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro
CNS	Conselho Nacional de Saúde
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FE	Faculdade de Educação
COVID-19	Coronavírus Disease 19
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto Cigano no Brasil
ASSOCIC-PB	Associação Comunitária dos Ciganos de Condado-PB
INFES	Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
RMMP	Rede de Médicas e Médicos Populares
SBMFC	Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de casos de COVID-19 na população cigana em 2020	22
Figura 2	Produções acadêmicas (mestrado e doutorado), no período de 2012 a 2022, que tiveram como temática os ciganos	61
Figura 3	Produções acadêmicas por regiões do país que tiveram como temática os ciganos	63
Figura 4	Mapa das comunidades ciganas por município	63
Figura 5	Universidades com produções no mestrado e no doutorado com/sobre ciganos	67
Figura 6	Cartaz da Jornada Educação e Ciganidades	68
Figura 7	Grandes áreas do conhecimento dos programas de pós-graduação sobre ciganos	69
Figura 8	Áreas do conhecimento com pesquisas com/sobre povos ciganos: mestrado e doutorado	71
Figura 9	Trabalhos de mestrado e doutorado dos últimos dez anos nos quais consta a palavra cigano ou ciganos (no plural)	74
Figura 10	Produções com/sobre os povos ciganos: dimensões evocadas nas teses e dissertações	75

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Diferentes concepções sobre o racismo	30
Quadro 2	Dimensões adotadas na pesquisa	58
Quadro 3	Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão “identidades	77
Quadro 4	Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão “outros temas”	90
Quadro 5	Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão “exclusão social/ políticas públicas.”	100
Quadro 6	Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão “representações sociais”	110
Quadro 7	Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão “cultura”	117
Quadro 8	Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão “educação”	122

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>Povos ciganos</b> .....	17
<b>Questões de pesquisa</b> .....	19
<b>Objetivos</b> .....	19
<b>Itinerário da pesquisa</b> .....	20
<b>CAPÍTULO I</b> .....	26
<b>1 RACISMOS PLURAIS E POVOS CIGANOS</b> .....	26
<b>1.1 Povos ciganos no Brasil: alguns atravessamentos e invisibilizações</b> .....	26
<b>1.2 Algumas ideias iniciais sobre o racismo imposto aos povos ciganos</b> .....	29
<b>1.3 A produção do racismo e a necropolítica: segregação, aniquilamento e genocídio da diversidade étnico-racial</b> .....	32
<b>CAPÍTULO II</b> .....	37
<b>2 RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA</b> .....	37
<b>2.1 Racismo institucional e universidade</b> .....	37
<b>2.2 Autonomia universitária: pautas e ações antirracistas</b> .....	39
<b>2.3 Universidade: racismo e projetos de sociedade em disputa</b> .....	42
<b>2.4 Racismo institucional e universidade: algumas formas de subversão do sistema de dominação</b> .....	45
<b>2.5 Universidade: espaços de transgressões e lutas antirracistas</b> .....	51
<b>CAPÍTULO III</b> .....	55
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	55
<b>IV CAPÍTULO</b> .....	63
<b>4.1 Povos ciganos nas produções da pós-graduação brasileira: o que dizem os números?</b> .....	63
<b>4.2 Povos ciganos nas dissertações e teses: temáticas evocadas</b> .....	79
<b>4.2.1 1ª dimensão: identidades</b> .....	80
<b>4.2.2. 2ª dimensão: outros temas</b> .....	95
<b>4.2.2.2 Infância</b> .....	100
<b>4.2.2.3 Raça</b> .....	102
<b>4.2.2.4 Saúde</b> .....	103
<b>4.3 3ª dimensão: exclusão social/políticas públicas</b> .....	110
<b>4.4 4ª dimensão: representações sociais</b> .....	120
<b>4.5 5ª dimensão: cultura</b> .....	128

<b>4.6 6ª dimensão: educação .....</b>	<b>134</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasce de experiências, andanças e histórias com o povo cigano. Convido os leitores a embarcarem nesta viagem em uma caravana cigana, levando consigo a sensibilidade para se despir dos estereótipos e estigmas sobre “o cigano” – apresentado no singular –, colaborar na luta antirracista e na defesa pela diversidade no campo da educação. A partir deste trabalho, busco promover, com base em um levantamento sistemático, uma reflexão e, ousado dizer, um incômodo sobre o lugar imposto aos ciganos na pesquisa. Desse modo, esta pesquisa busca dar destaque às discussões e produções realizadas sobre o tema dos povos ciganos nos programas de pós-graduação.

Para contextualizar a proposta desta pesquisa, gostaria de sinalizar o “lugar” de onde parte a construção do meu interesse de pesquisa, sobre a temática dos povos ciganos. Nasci em Santo Antônio de Pádua, no inverno do ano de 1987. Sou filho de José Alencar Mangia – ferroviário aposentado que somente após muitos anos de trabalho conseguiu adquirir um imóvel para atividades hoteleiras próximo à estação ferroviária da cidade – e de Eunice Fonseca Mangia – ex-empregada doméstica que nasceu na zona rural de Santo Antônio de Pádua. Ambos se conheceram na rua onde resido até hoje.

Cresci em meio aos corredores do Hotel Avenida, decorado com azulejos azuis. Ainda consigo me lembrar do piso vermelho de ladrilho que forrava o chão da casa antiga e das grandes portas de madeira que ornavam o hotel. Esse espaço-tempo contém o enredo da história na qual fui inserido e cuja oralidade, fonte de comunicação e produção de conhecimento, me foi apresentada pelos meus pais e avós maternos.

Foi nesse contexto, mais especialmente no pequeno muro da varanda dessa casa, que eu via o “vai e vem” dos carros e dos transeuntes. Ali na varanda, frequentemente me chamava atenção as mulheres de vestidos coloridos que, com seus cabelos longos, caminhavam pela rua pedindo algum dinheiro ou simplesmente conversando entre si. Algum tempo depois me ensinaram que essas mulheres eram as “ciganas” que caminhavam sem destino e atravessavam o centro do município. Esse enquadramento ficou registrado em minha memória e, nos últimos anos, me fez despertar a curiosidade sobre esses povos.

Desde criança, demonstrei interesse por ouvir histórias advindas da memória, da oralidade e da vivência de pessoas mais experientes. Visitar a memória dos indivíduos

pela imaginação sempre foi um exercício de me aproximar de diferentes épocas e situações e, de certa forma, partilhar um lugar de memórias. Esse exercício me acompanhou na educação formal escolarizada.

Ao me deparar com o espaço escolar, minhas experiências com o mundo dos saberes foi se aprimorando. Dentro da escola, busquei sempre construir pontes que possibilitassem o contato com diversas atividades que compõem o patrimônio imaterial de Pádua, tais como: caxambu, mineiro pau, folia de reis, dentre outras manifestações culturais e folclóricas da cidade.

Ao me formar no ensino médio, no ano de 2004, não ingressei diretamente na universidade, pois existiam restrições financeiras. Naquele ano, juntamente com minha mãe, colaborei na administração do nosso hotel, visto que meu pai havia falecido há pouco tempo. Destaco também que naquela época não existia o Sistema de Seleção Unificada (Sisu)<sup>1</sup>, o que somente ocorreu em 2010. Esse dificultador, somado à minha incerteza em relação ao curso superior, fez com que o sonho do ingresso na universidade fosse adiado.

Em 2007, enquanto cursava o pré-vestibular social do Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj), localizado na cidade de Itaocara, durante os intervalos de nossas aulas, via algumas ciganas andando pelas ruas e abordando os transeuntes para leitura das mãos. Mais uma vez, os ciganos cruzavam não apenas o meu caminho, mas também a minha história e minha percepção de mundo.

Em 2011, após fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), me inscrevi no SiSU e fui selecionado para cursar Pedagogia na Universidade Federal Fluminense (UFF), no campus Santo Antônio de Pádua. No dia 19 de novembro do ano seguinte, 2012, ingressei na UFF. Rememoro que o frio na barriga e a tensão eram muito grandes. O caminho em direção ao desconhecido e ao incerto me motivava a não desistir. Eu estava empolgado para prosseguir rumo à formação em Pedagogia.

No curso de Pedagogia, fiz aulas de Pesquisa e Educação II, as quais, naquele semestre, foram ministradas pela professora Dra. Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite

---

<sup>1</sup> O Sistema de Seleção Unificada (Sisu), criado em 2010 pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da portaria normativa n. 2, de 26 de janeiro, teve por finalidade unificar o processo de seleção para ingresso no ensino superior brasileiro. O sistema tem uma dinâmica de funcionamento que permite ao candidato ter acesso às vagas de todas as universidades brasileiras que optam pelo SiSU como método de seleção, utilizando-se da nota proveniente do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sem a necessidade do vestibular tradicional (RIBEIRO; MORAIS, 2020, p. 3).

Benedito<sup>2</sup>. Ao sermos perguntados sobre o nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e qual o tema que desejaríamos abordar e estudar, em um momento de súbita decisão, falei que me interessava em pesquisar sobre os ciganos e sua relação com a educação. Destaco que essa decisão me acompanhou durante o processo de elaboração do TCC e, também agora, na escrita deste texto de dissertação.

Desde aquela época, iniciei os estudos e leituras com autores da temática e me debrucei sobre eles para entender um pouco mais sobre o tema. Dessa forma, foi durante minha formação em Pedagogia na UFF que iniciei os meus estudos sobre os povos ciganos e sua relação com a escola. A realização da referida pesquisa, em formato de TCC, foi orientada pela professora Dra. Ana Paula Silva<sup>3</sup>. Para sua elaboração, realizei visitas nos acampamentos ciganos e nas escolas onde estudavam as crianças. Em uma das visitas que realizei em Frecheiras, localidade pertencente ao município de Cambuci no interior do RJ, ao conversar com um casal idoso de ciganos, perguntei se eles recebiam alguma ajuda de programas sociais do governo ou visita de alguma Secretaria de Assistência Social. Fitando-me com seus olhares, que me atingiram como uma flecha e me faziam mergulhar em suas experiências e vivências, que com certeza eram enormes pelas andanças nas múltiplas estradas e cidades do país, a mulher me respondeu: “e você acha, meu filho, que o governo sabe que a gente existe? O governo não sabe que a gente existe” (MANGIA JUNIOR, 2017, p. 41).

Ao ouvir essas palavras, um conjunto de emoções tomou conta de mim. Refleti sobre os preconceitos que os povos ciganos enfrentam, a invisibilidade diante do Estado, os desafios para adentrarem o espaço escolar, a procura por atendimento de saúde e todas as ofensas que escutam diariamente da população não cigana e de muitas autoridades. Esse episódio se tornou uma mola que me impulsiona até os dias atuais a continuar minha pesquisa, agora no Programa de Mestrado em Ensino na UFF

---

<sup>2</sup> Professora Associada do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal Fluminense, Campus de Santo Antônio de Pádua/RJ. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cotidianos/UFF. Linhas de pesquisa: Alfabetização; Vida Cotidiana; Formação de Professores; Cidades Pequenas. BENEDITO. Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite. Currículo do sistema currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8672859482814264>. Acesso em: em 22 ago.2023.

<sup>3</sup> Doutora em Antropologia Cultural, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, (PPGSA/IFCS/UFRJ), mestrado em Sociologia e Antropologia no PPGSA/IFCS/UFRJ, possui graduação (IFCS/UFRJ) e licenciatura em Ciências Sociais (Faculdade de Educação/UFRJ). É professora adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Instituto Federal de Ensino Superior (INFES), onde é lotada no Departamento do PCH. SILVA. Ana Paula. Currículo do sistema currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8469871668400038>. Acesso em: 22 ago. 2023.

(PPGEn/UFF). Também, isso tem me impulsionado a colaborar na luta pelos direitos dos povos ciganos, assim como analisar seus enfrentamentos e, de alguma forma, colaborar para que sejam ampliados os debates e os estudos sobre a diversidade étnica no Brasil.

### **Povos ciganos**

Estudar sobre os ciganos e conhecer os seus enfrentamentos é como andar por estradas tortuosas e, muitas vezes, em terrenos difíceis. Trata-se de um povo que, na visão de Moonen (2011), foi alvo de inúmeras perseguições: políticas, religiosas e étnicas. Para o autor em questão, os ciganos nunca eram vistos como imigrantes desejados nos países europeus, sempre eram expulsos das cidades, presos ou até mesmo recebiam pena de morte, enquanto as mulheres eram obrigadas a fugir com seus filhos para que as autoridades não sustentassem a filiação numerosa das famílias.

Os ciganos foram vítimas de muitas injustiças: foram perseguidos e obrigados a migrarem para outros países onde acabaram ressignificando seus costumes e tradições, além de serem forçados a se converterem ao Catolicismo modificando relativamente suas crenças (NERY; NASCIMENTO, 2014, p. 917).

Sendo assim, o racismo e a intolerância são experiências centrais que atravessam os caminhos por onde os ciganos passam. Os povos ciganos encontram inúmeros obstáculos na luta pelos direitos básicos para a sua sobrevivência, desde o registro de nascimento, questões de moradia, escolarização, saúde até situações de locomoção no grande território brasileiro. Como destacou Vanelli (2013):

Não possuir um endereço fixo, além do impedimento ao registro civil de nascimento, impacta aos que possuem outros enfrentamentos, como o acesso aos benefícios dos programas federais à elevação da renda familiar e aos serviços de saúde, exceto em casos notificados como de emergência. Tudo porque na sociedade gadjé os ciganos nômades são socialmente invisíveis, o que demonstra a discriminação étnica (VANELLI, 2013, p. 263).

A invisibilidade imposta aos povos ciganos tem a sua construção histórica. Segundo Moonen (2011), os primeiros documentos nos quais temos acesso à história do povo cigano remontam ao ano de 1050, quando o imperador de Constantinopla pede auxílio a adivinhos e feiticeiros com a incumbência de abater animais selvagens. Séculos depois, nos escritos de um monge, aparecem certos indivíduos domadores de serpentes e ursos lendo a sorte e fazendo previsões sobre o futuro. No século XIII, ainda

na Turquia, esses adivinhos foram perseguidos sob acusações de realizarem práticas demoníacas.

Para Nery e Nascimento (2014), em recentes estudos sobre as línguas faladas entre as populações ciganas, é possível encontrar a confirmação de que esta etnia surgiu no Noroeste da Índia, pois o idioma Romani falado entre os ciganos tem muitas semelhanças com o sânscrito falado na Índia.

O povo cigano é identificado na história a partir do ano III a.C. Existem sinais que localizam sua origem no norte da Índia, mais exatamente na região do Punjab, onde hoje se encontra o Paquistão. A partir do século XII, os ciganos se dividiram pelo mundo em dois ramos: o asiático (ciganos da Palestina) e o europeu (ciganos da Pérsia e da Armênia), os quais posteriormente se espalharam por toda Europa (SIMÕES, 2007, p. 16).

De acordo com Hilkner (2008) como os ciganos possuem uma cultura ágrafa<sup>4</sup>, transmitida prioritariamente de forma oral, o conhecimento da língua Romani possibilita para este grupo uma forma de proteção contra a população não cigana e uma maneira de preservação de sua cultura e costumes. Sobre a cultura ágrafa dos ciganos, Teixeira (2008) afirma que a documentação sobre eles é escassa e dispersa, visto que não deixaram registros escritos. Portanto, as percepções, as descrições e os olhares obtidos historicamente foram sempre de intermediadores, religiosos, autoridades, viajantes; ou seja, uma percepção hostil, estrangeira e constrangedora.

Para Vanelli (2013), devido aos estereótipos e estigmas contra a população cigana nos séculos XVI e XVII, as migrações desta etnia para outros países eram recorrentes. A Igreja Católica, segundo a autora mencionada, teve seu papel no processo de condenar e rotular os povos ciganos como inimigos da Igreja, trapaceiros, feiticeiros, adivinhos, realizadores da quiromancia e da magia. Todos estes adjetivos desqualificadores, somados ao racismo, fizeram com que cada vez mais os ciganos migrassem na esperança de buscar por refúgio e por segurança.

A etimologia da palavra cigano aparece no século XV, quando ao migrar para a Europa eles afirmavam que sua origem era o Pequeno Egito, que foi confundido pelos europeus com o Egito da África. Tratava-se, no entanto, de uma região da Grécia. Por essa razão, o povo cigano passou a ser conhecido como “egípcios” ou “egitanos”, *gypsy*

---

<sup>4</sup> ÁGRAFA. Adjetivo. Que não tem representação escrita; que não está escrito nem pode ser representado por meio da escrita. Que não possui sinais gráficos. Que não tem uma forma escrita; sem registro escrito: cultura ágrafa. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/agrafa/>. Acesso em: 8 out. 2022.

(em inglês), que com as variações linguísticas e de pronúncia no português ficaram conhecidos como ciganos (MOONEN, 2011).

### **Questões de pesquisa**

Diante da conjuntura apresentada sobre os povos ciganos, este estudo pretende pautar uma organização a partir da seguinte questão de pesquisa: em que medida o que foi produzido pelos programas de pós-graduação nos últimos dez anos (2012 a 2022) aborda a diversidade étnico-racial tão presente no Brasil e a inclusão dos povos ciganos? A questão da pesquisa desenvolvida ao longo deste trabalho constitui-se na assertiva de que: vivendo no século XXI e, portanto, com uma ampla diversidade de fontes de informações e lutas sociais por inclusão das minorias políticas, os debates sobre a diversidade étnica alcançaram diferentes espaços e ampliaram os diálogos. Contudo, na prática, isso significa que as temáticas que abordam os povos ciganos formam parte dos processos de formação de pesquisadores? Em outras palavras, as especificidades desses povos, na condição de sujeitos de direitos, são possíveis de serem notadas através das produções acadêmicas?

### **Objetivos**

Objetivo geral: analisar as produções acadêmicas dos últimos dez anos (2012 a 2022) identificando autores, instituições, anos de pesquisa e temáticas abordadas pensando a formação de pesquisadores a partir da abordagem das diferenças étnicas, para incluir as demandas educativas e sociais dos povos ciganos.

Objetivos específicos:

1. Elaborar uma discussão teórica sobre os povos ciganos e a constituição da sociedade brasileira para, assim, abordar os processos de racismos impostos a esse grupo étnico;
2. Identificar, desde uma perspectiva teórica, as contribuições das recentes políticas de diversidade sociocultural da população brasileira voltadas à construção de uma universidade plural;

3. Analisar as produções acadêmicas presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, destacando contribuições, avanços e retrocessos nas pesquisas das pós-graduações brasileiras.

### **Itinerário da pesquisa**

Na trajetória deste trabalho, surgiram inúmeros desafios. Esta pesquisa, de início, pretendia ser complementada com visitas às comunidades ciganas e às escolas. Todo traçado para tal engajamento na pesquisa parecia estar evidente. Contudo, no início do ano de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, um vírus de fácil transmissão e que vitimou, no Brasil, mais de seiscentas mil pessoas, mudou bastante o rumo das coisas, tanto nesta pesquisa quanto na vida. Nesse contexto de pandemia, passou a ser inviável uma pesquisa que demandava viagens e visitas de campo, pois colocava ambos os lados desta pesquisa expostos à contaminação por COVID-19.

De acordo com Fernandes (2021), no plano de medidas emergenciais contra a COVID-19, lançado pelo Ministério da Saúde, não havia qualquer menção à inclusão das populações ciganas, o que categoriza, segundo a autora, um reflexo de um conjunto de ações de invisibilidade, preconceito histórico e exclusão. Uma das medidas apontadas como meio eficaz para conter a propagação do vírus foi o isolamento social com medidas de diminuição do horário de funcionamento do comércio, além da restrição para viagens e o uso de barreiras sanitárias nas entradas dos municípios, o que implicou na vida das comunidades ciganas.

Em algumas comunidades a leitura de mãos ou a venda de raizadas continuam uma fonte de renda, mas não são todos os grupos que praticam as leituras de mãos. Essas atividades foram suspensas pelas medidas de isolamento social e muitas pessoas ciganas estão passando por dificuldades, inclusive para garantir a segurança alimentar. (SILVA JÚNIOR, 2020, p. 0055)

Segundo Silva Júnior (2020), o Sistema Único de Saúde (SUS) e os sistemas de informação na área da saúde não possuem um meio de sistematizar e recolher informações sobre os problemas de saúde que acometem a população cigana no Brasil. Segundo o autor, isso significa que os dados como taxas de natalidade, mortalidade infantil, morbidades, expectativa de vida e as doenças que a mais afetam os ciganos não possuem registros e dados em órgãos oficiais de saúde do Estado. Sobre isso, Fernandes (2021) destaca:

Diante dessa ausência de respostas e atuação do Estado brasileiro, em dezembro de 2020 foi elaborado um Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia do COVID-19, composto por diversas organizações que atuam no campo da saúde no Brasil e compuseram a chamada “Frente Pela vida”. Entre elas, destacamos: Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Rede de Médicas e Médicos Populares (RMMP), Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia (ABMMD) e Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) (FERNANDES, 2021, p. 34).

Uma série de situações é apontada por Fernandes (2021) para explicar que os povos ciganos vivem, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade social, já que diante da pandemia – com as medidas de enfrentamento da COVID-19 – foram impossibilitados das práticas de comércio e de atividades autônomas. Uma das ações indicadas no documento Frente pela Vida é que a população cigana pudesse receber o auxílio emergencial de R\$ 600 (seiscentos reais), concedido de forma mensal pelo governo. Porém, em decorrência de entraves e burocracias, como falta de endereço fixo, comprovante de residência, internet, a necessidade de aparelhos eletrônicos como celular ou computador para realização do cadastramento, as associações ciganas têm informado que poucos conseguiram este benefício. Sobre isso, Silva Júnior (2020) destaca:

Apesar de serem pensados dentro de uma perspectiva universalista e equitativa, na prática, os sistemas públicos de saúde são engessados, com especificidades e procedimentos burocráticos; além de estarem fundados num modo cultural e político de funcionamento, que se conformam dentro de um sistema político neoliberal, dominante na sociedade moderna capitalista, que não aceita outros modos de vida e não reconhece outros saberes e conhecimentos que não os validados pelo crivo científico, o que provoca a exclusão das pessoas ciganas da cidadania e dos serviços de saúde e um atendimento equitativo e integral. Não era de estranhar que estas questões aflorassem com as crises instaladas pelo coronavírus (SILVA JÚNIOR, 2020, p. 0058).

Fernandes (2021) aponta, ainda, que devido à falta de um monitoramento no número de contaminados e de mortos da comunidade cigana, coube ao Instituto Cigano no Brasil (ICB) fazer este levantamento, o qual ocorreu com base na recolha de informações com os próprios membros da comunidade cigana. As informações foram postadas na página do ICB, na rede social Facebook, a partir da construção de um mapa, conforme mostra a Figura 1.

**Figura 1.** Mapa de casos de COVID-19 na população cigana em 2020



Fonte: INSTITUTO CIGANO DO BRASIL (2022), atualizado em 07 de março de 2022.

Na Figura 1, o Instituto Cigano do Brasil (ICB) nesta última atualização disponível em sua página no Facebook, com relação a pandemia de COVID-19, em março de 2022, os dados apontam para 92 óbitos de ciganos homens e 24 óbitos de ciganas mulheres. Neste registro percebemos que o número de mortalidade é maior entre os ciganos homens. É importante ressaltar que:

Os protocolos de cuidados na prevenção ao coronavírus não chegaram às famílias ciganas por iniciativas do Estado, mas sim por meio da intervenção de associações e ativistas ciganos, como a Pastoral dos Nômades, Associação Comunitária dos Ciganos de Condado-PB (ASSOCIC-PB), Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará (ASPRECCE), Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso (AEEC-MT), Associação Pedro Benício Maia, o Centro Calon de Desenvolvimento Integral (CCDI), Associação Nacional das Etnias Ciganas (ANEC) entre outras. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA apud FERNANDES, 2021, p. 38)

Diante da ausência e negligência do Estado em relação à saúde dos povos ciganos, Silva Júnior (2020) destaca que os sistemas públicos de saúde, por possuírem mecanismos burocráticos, reforçam um modo cultural e político que se enquadra no

sistema político neoliberal presente no capitalismo; isto é, que não legitima ou aceita outras maneiras e formas de organização, conhecimento e saberes de outros povos. Por isso, o autor entende que isso ocasiona a exclusão da população cigana dos serviços de saúde e do reconhecimento de sua cidadania, o que ficou claro e acentuado durante a pandemia, quando as organizações ciganas e os movimentos sociais colaboraram nas denúncias de exclusão de comunidades ciganas e passaram a cobrar medidas de posicionamento dos órgãos de saúde sobre a etnia cigana.

A situação pandêmica não motivou órgãos nacionais, responsáveis pela coleta de dados a considerar a contabilização da população cigana, tanto quanto os números de ciganos infectados quantos vieram a óbito e as recomendações realizadas pelo Conselho Nacional de Saúde não foram executadas. Considerando a extrema necessidade destas informações para a formulação de políticas públicas específicas e para ações de combate e prevenção da pandemia, os líderes comunitários realizaram este levantamento de forma independente, afim de evidenciar o grande impacto da pandemia em sua comunidade. O que reforça a ação proativa dentro das organizações civis ciganas, realizando o trabalho de monitoramento e vigilância, afim de lutar pelo reconhecimento dos direitos humanos fundamentais (FERNANDES, 2021, p.40-41).

O racismo, o preconceito e as dificuldades burocráticas de acesso aos sistemas de saúde, combinadas ao fator da exclusão social, desencadearam o abandono por parte do Estado das necessidades das comunidades ciganas durante a pandemia da COVID-19. Um retrato de uma realidade vivida por esta etnia diariamente, mas que em uma pandemia escancara o descaso das autoridades. De acordo com Fernandes (2021), os povos ciganos foram vacinados da mesma maneira que a população em geral, os dados sobre contaminação ou óbitos foram realizados pelas comunidades, o que pode levantar a hipótese de ter havido uma subnotificação de casos.

Dito isso, e tendo apresentado um pouco das questões pandêmicas enfrentadas pelos ciganos, fica claro que foi preciso fazer uma nova travessia para se chegar ao enfoque da presente pesquisa. Foram meses de conversas e análises até que pensamos<sup>5</sup> em analisar a formação de pedagogos e o currículo de duas instituições de ensino: a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do ponto de vista das questões étnicas raciais. Após a Qualificação, ocorrida em outubro de 2022, entendemos e chegamos a um consenso de que a pesquisa se voltaria ao levantamento teórico e, em um segundo momento, à análise qualitativa do

---

<sup>5</sup> A partir daqui, fica marcada a presença da primeira pessoa do plural, e não mais apenas do singular, pois a pesquisa foi realizada com base em muito diálogo e colaboração, principalmente dos orientadores, os quais já foram mencionados em momentos oportunos deste trabalho.

material produzido em pós-graduações (mestrado e doutorado) sobre o tema dos povos ciganos. A pertinência dessa pesquisa se justifica, também, no argumento – sustentado pela discussão teórica levantada – de que o Brasil carece de discussões voltadas para pensar o racismo institucional contra os povos ciganos. Logo, mapear e analisar os resultados desse levantamento se tornaria uma contribuição significativa para a discussão no âmbito da educação em nível nacional.

Entendemos, portanto, que as pesquisas podem ajudar a romper as barreiras do estereótipo e da folclorizada – misturadas a um esoterismo – e outras formas que acabam por transmitir uma ideia equivocada e racista sobre esses povos. Em outras palavras, desconstruir a narrativa de que esses povos têm sua origem mergulhada em lendas e fantasias, as quais não refletem, de fato, o que sofreram e sofrem, reféns da tirania e da disputa pelo poder na sociedade não cigana. Para colaborar na construção de outra narrativa sobre os povos ciganos, recorreremos à obra *Racismo estrutural* do pesquisador Silvio Almeida, na qual o autor realiza uma abordagem sistemática que compreende as bases e formas pelas quais o racismo se expressa na sociedade brasileira, sendo este um importante referencial teórico que guia a nossa pesquisa.

No primeiro capítulo evidenciamos a trajetória dos povos ciganos, seus costumes e vivências, percorrendo um caminho de racismo estrutural que produziu segregação e invisibilização a este grupo étnico. Desse modo, realizamos uma reflexão teórica a partir do pensamento e das considerações sobre o racismo e seus desdobramentos, utilizando como principal referencial teórico a obra: *Racismo estrutural*, de autoria do professor Silvio Almeida. Nesse capítulo discorremos sobre o modo como ocorreu a construção do racismo no Brasil, focalizando nas concepções de racismo estrutural, institucional e individualista. A partir disso, refletimos sobre como essas concepções afetam, diretamente, as populações e grupos ocasionando aniquilamento e genocídio da diversidade étnico-racial. Ampliamos essas reflexões recorrendo ao conceito de necropolítica, de Mbembe (2018).

No segundo capítulo discorremos sobre a importância de abordagens educativas antirracistas nas universidades, especialmente nas pesquisas dos programas de pós-graduação. Ampliando debates e considerações, sobre o racismo institucional e as universidades e a relevância da autonomia universitária suas pautas e ações antirracistas com a criação da política de ações afirmativas percebendo a necessidade que a diversidade racial e étnica esteja presente também, nas bibliografias utilizadas nas disciplinas dos cursos de formação de educadores e pesquisadores.

No terceiro capítulo apresentamos a metodologia da pesquisa e a etapa de coleta de dados. Este estudo apresenta-se como uma pesquisa qualitativa exploratória e com enfoque na análise documental utilizamos como norteador o estado da arte. Sendo assim o trabalho é uma pesquisa qualitativa e quantitativa que busca compreender as produções dos programas de pós-graduação no contexto brasileiro; ou seja, as dissertações de mestrado e teses de doutorado que envolvem temáticas relacionadas aos povos ciganos.

No quarto capítulo realizamos a análise dos dados e apresentação dos resultados obtidos durante o período de coleta de dados, onde foram selecionadas e analisadas as produções de mestrado e doutorado com recorte temporal de dez anos (2012 a 2022) no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Plataforma Sucupira. Esse capítulo se debruça, portanto, sobre o tema “ciganos”. Sendo assim, apresentamos gráficos e quadros analisando as dimensões abordadas em cada trabalho. E por fim apresentamos as considerações finais do trabalho.

## CAPÍTULO I

*“Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade”.*  
*(Maria Carolina de Jesus).*

### 1 RACISMOS PLURAIS E POVOS CIGANOS

Estudar o racismo institucional existente nas suas diversas formas e compreensões, sobretudo dentro das instituições públicas brasileiras, é algo urgente e necessário, entendendo como estas instituições são atravessadas pelas múltiplas formas de interação dos indivíduos e projetos de sociedade em disputas. Neste estudo, buscamos compreender e produzir, através das linhas deste trabalho, reflexões sobre as estruturas que alimentam o racismo contra os povos ciganos e, também, os caminhos que levam à quebra de paradigmas. Compreendemos que tal etapa nos auxilia a compreender como tem ocorrido a transformação e produção das pesquisas científicas brasileiras sobre os povos ciganos, nas múltiplas faces das instituições e da sociedade face ao racismo latente.

#### 1.1 Povos ciganos no Brasil: alguns atravessamentos e invisibilizações

Para compreensão da temática sobre o estudo dos povos ciganos é preciso situar quem são eles, suas origens, costumes e vivências. De acordo com Moonen (2011), os ciganos se dividem em três grandes grupos: Rom, Sinti e Calon, os quais possuem subdivisões em grupos menores. Segundo o autor, um indivíduo é considerado cigano quando se identifica como pertencente a um desses grupos e é reconhecido pelo grupo

como membro. O estudioso também é categórico ao afirmar que os ciganos são uma das minorias menos conhecidas e por isso uma das mais odiadas e discriminadas no Brasil.

Conforme aponta Teixeira (2008), a presença dos ciganos em território brasileiro é registrada desde os tempos do Brasil colônia. A documentação que conhecemos nos dá conta de que no ano de 1574 o cigano João Torres, juntamente com sua família, foi deportado de Portugal para o Brasil. Ao longo dos séculos foram grandes os desafios enfrentados pelos ciganos, desde preconceito e perseguição ao seu apagamento histórico, visto que sua história não configura nos livros didáticos nem nas escolas. Segundo Teixeira (2008), em todo esse percurso histórico até os dias atuais não sabemos o número dos ciganos no Brasil, uma vez que nenhum órgão oficial como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – ou outra organização – nunca teve a preocupação em indicar qualquer estimativa com relação aos povos ciganos.

Entender como o racismo contra os povos ciganos e outras minorias políticas atravessou e atravessa os séculos consiste em uma tarefa que exige, sobretudo, debruçar sobre o tempo e o espaço. Esse movimento é necessário para desconstruirmos alguns pensamentos e falas desqualificantes e racistas que foram criadas e difundidas entre nós, ao longo dos séculos. Almeida (2019) aborda de forma explícita o racismo e as múltiplas divisões acerca de sua gênese e sua reprodução e disseminação na sociedade ao longo da história. O autor pontua que a situação dos povos negros, com a revolução haitiana, encontrou a sua encruzilhada e, desse modo, expôs que o projeto liberal-iluminista – de uma sociedade igualitária – não era assim tão desejado, já que o mesmo não reconhecia todos os homens como iguais e como seres humanos.

Assim, a raça passa a ser muito mais do que uma forma de classificar os seres humanos, passa a ser uma das formas do colonialismo de subalternizar, explorar e até mesmo exterminar as populações não europeias, uma vez que:

As referências a “bestialidade” e “ferocidade” demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas, incluindo suas características físicas, e animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje (ALMEIDA, 2019, p. 20).

As ideias e os conceitos sobre raça contribuíram para que pensadores embutissem, nessa temática, o preconceito racial que de forma pontual se tornou uma marca em uma sociedade capitalista e excludente (ALMEIDA, 2019). Isso se aplica aos povos ciganos que, como relatado por Moonen (2011), estão divididos em seus grupos e

subgrupos: Kalderash, Matchuaia, Lovara, Curara, entre outros que se encontram em diversas partes do mundo, inclusive do Brasil. Desse modo, cada grupo tem seu idioma e suas variações linguísticas<sup>6</sup>, além de suas culturas individuais. Pois, como ressalta Moonen (2011), não existe uma única cultura cigana, mas muitas culturas. Afinal, cada grupo e cada acampamento vai formando as suas práticas e costumes.

Não existem ciganos autênticos e ciganos espúrios: os Rom, Sinti e Calon possuem inúmeras autodenominações, falam centenas de línguas ou dialetos, têm os mais variados costumes e valores culturais, são diferentes uns dos outros, mas nem por isso são superiores ou inferiores uns aos outros. Em comum todos eles têm apenas uma coisa: uma longa história de ódio, de perseguição, de discriminação pelos não-ciganos, em todos os países por onde passaram, desde o seu aparecimento na Europa Ocidental, no início do Século XV (MOONEN, 2011, p. 21-22).

Martins (2011) corrobora essa afirmação de culturas plurais ao apontar que:

A cultura cigana não se trata de uma cultura única, homogênea (como habitualmente se pensa). Contrariamente a isso, os povos ciganos se diferenciam em grupos distintos. Outro esclarecimento importante diz respeito à própria terminologia, pois a palavra “cigano” carrega em si idiosincrasias que caracterizam a própria etnia, ou seja, não se trata de uma denominação cuja conceituação se “fecha” e/ou se operacionaliza de modo único (MARTINS, 2011, p. 68).

Em uma visão de sociedade etnocêntrica, o racismo coloca uma raça em supremacia das outras, contribuindo para que cada vez mais possa emergir a segregação e a perseguição a outros povos e etnias. O racismo e as ideias segregacionistas se expandiam no meio da sociedade capitalista para atribuir aos indivíduos de outras raças qualidades e adjetivos que os comparavam aos animais ferozes, rudes, bestiais, tudo como uma forma de anulação de um povo e de sua história (ALMEIDA, 2019).

De acordo com Netto Junior (2020), ao longo de sua história, nas diversas entradas e saídas em diferentes localidades e também em muitos países, os ciganos sempre foram alvos de perseguições e de termos depreciativos sobre eles em documentos históricos, os quais eram reafirmados nos relatos de viajantes – já que não é difícil encontrar esses termos quando se referem aos ciganos. Essa é uma visão que se perpetuou ao longo da história e contribuiu para que os ciganos fossem associados a comportamentos desviantes, não aceitos pela justiça e pela sociedade, mesmo em pleno

---

<sup>6</sup> O autor Moonen (2011) utiliza a expressão dialetos que segundo o dicionário significa: Variedade regional de uma língua. Modo de falar restrito e próprio de uma comunidade linguística menor, pertencente a outra maior, inserida numa mesma língua. Nesta pesquisa preferimos utilizar a nomenclatura variações linguísticas pois entendemos que desta forma se traduz melhor a ideia da diversidade dos idiomas nos grupos ciganos.

século XXI. Para confirmar essa narrativa, o autor aponta que na edição de 2004 do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, os termos que definiam e designavam o termo cigano eram estes:

Cigano adj 1 Relativo ao ou próprio do povo cigano; zíngaro <música c.> <vida c.> <esperteza c.> Adj. s.m. 2 relativos a ou indivíduo dos ciganos, povo itinerante que emigrou do Norte da Índia para o oeste (antiga Pérsia, Egito), de onde se espalhou pelos países do Ocidente; calom, zíngaro 3 p.ext. Que ou aquele que tem vida incerta e errante; boêmio <meus parentes c. não pensam no dia de amanhã> <viver como c.> 4 p.ana. Vendedor ambulante de quinquilharias; mascate 5 pej. Que ou aquele que trapaceia; velhaco, burlador 6 pej. Que ou aquele que faz barganha, que é apegado ao dinheiro; agiota, sovina 7 que ou o que serve de guia ao rebanho (diz-se de carneiro) 8 LING m.q. ROMANI ETIM fr. cigain (sXV, atual tzigane ou tzigane, estas por infl. Do al. Zigeuner), do gr. biz. Atrigamos ‘intocável’, nome dado a certo grupo de heréticos da Ásia Menor, que evitava o contato com estranhos, a que os ciganos foram comparados quando de sua irrupção na Europa central; c.p. tur. Cigian, romn, zigan, húng. Cigány, it, zingano (a1470, atual zíngaro); f.hist. 1521 cigano, 1540 cigano, 1708 sigano COL bando, cabilda, ciganada, ciganagem, ciganaria, gitanaria, maloca, pandilha HOM cigano (fl. ciganar) (NETTO JUNIOR, 2020, p.18 apud HOUAISS, 2004).

A definição do Houaiss, previamente exposta, nos faz pensar sobre o que sofre a população cigana: o desrespeito, a perseguição e um conjunto de fatores de toda ordem descrito na literatura que expõe os ciganos à invisibilidade social e à falta de leis que garantam seus direitos. Como aponta Moonen (2011), aos ciganos foram atribuídos adjetivos indesejáveis pela população não cigana, tais como: sujos, ladrões, trapaceiros e vagabundos, termos estes que contribuíram para reforçar o preconceito e o racismo contra a população cigana, visto que até a atualidade é possível encontrar quem não queira se aproximar ou manter relações de convívio ou negócios com eles. Uma visão que coloca uma etnia em supremacia das outras, contribuindo para cada vez mais emergir a segregação dos povos ciganos e de outras etnias, bem como as constantes perseguições sofridas.

## **1.2 Algumas ideias iniciais sobre o racismo imposto aos povos ciganos**

Tendo a categoria da raça como base para o pensamento e políticas de uma época, o racismo embasado na divisão de mundo por raças e na produção de uma série de discriminações resulta em vantagens para um grupo e desvantagens para outros. De forma intencional, o racismo provoca o afastamento de alguns indivíduos do meio social

devido à violência com a qual são recebidos por outras pessoas do grupo que se considera dominante.

Desde a chegada dos ciganos no Brasil – penalizados com o degredo pela coroa portuguesa ou fugindo de perseguições – os ciganos sofreram com toda forma de repressão realizada pelas autoridades e pela população não cigana com denúncias infundadas e com atos que hostilizassem os membros de grupos ciganos. Em todo território brasileiro, de acordo com Andrade Junior (2013), grandes foram os deslocamentos da população cigana; estima-se que durante três séculos em várias câmaras de municípios brasileiros havia leis de repressão aos ciganos. O autor indica que no século XVIII as proibições aos ciganos eram recorrentes não somente por meio de leis ou decretos, mas também fazendo uso de violência policial (ANDRADE JUNIOR, 2013). Atualmente, o cenário ainda não mudou, os ciganos ainda são considerados “indesejados” em muitos lugares e a perseguição e o preconceito ainda rondam essa etnia, pois:

O processo que culminou na constante perseguição aos ciganos no Brasil ainda não se encerrou. Os grupos nômades têm poucos espaços para organizar seus acampamentos, por conta de leis proibitivas que impedem sua permanência em terras que não sejam especificamente destinadas a eles. Ou seja, no mundo da propriedade privada, esses espaços não existem. Mesmo que a Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 5º – XV tenha definido que todos têm direito a se locomover no território nacional, nos parece que isso não se aplica aos ciganos que optaram pelo nomadismo. O que temos é um número cada vez maior de grupos que se sedentizam e que de alguma maneira perdem suas características primitivas de estar em movimento. A sedentarização, nesse caso, é por imposição e não por convicção (ANDRADE JUNIOR, 2013, p. 103).

A imagem do cigano estereotipada, folclorizada, cheia de sensualidade e esoterismo permanece presente na literatura, nos filmes, nas novelas e nos desfiles carnavalescos. Dito de outra forma, a indústria cultural tem cumprido um papel de disseminação dessa imagem, ao mesmo tempo em que a população cigana permanece vitimada pela ausência e pela violência direta dos não-ciganos e do Estado. A imagem veiculada pela mídia e comercializada é distorcida da realidade e fomenta, também, o descrédito e a não confiança em quem de fato pertence ao grupo étnico.

Para Almeida (2019), o preconceito racial é a ideia fundamentada sobre os estereótipos, sobre indivíduos de um grupo racializado. A discriminação racial, como aborda o autor, pode ser direta ou indireta, utilizando do poder e da força. Por sua vez, a discriminação enraíza-se nas ideias de vantagens de indivíduos apoiadas na concepção

de uma raça sobre a outra. Nessa abordagem é importante destacar que o racismo também pode ser dividido em três concepções: racismo estrutural, racismo individualista e racismo institucional (ALMEIDA, 2019). Mesmo sendo o foco deste trabalho pensar e discutir o racismo institucional, é relevante trazer as diferenças entre estas concepções, como pode ser observado no Quadro 1.

**Quadro 1** - Diferentes concepções sobre o racismo.

<p><b>Racismo Estrutural</b></p>	<p>O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019, p. 33).</p>
<p><b>Racismo Institucional</b></p>	<p>A concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça (ALMEIDA, 2019, p. 25).</p>
<p><b>Racismo Individualista</b></p>	<p>O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política (ALMEIDA, 2019, p. 25).</p>

Fonte: Elaborado com base em Almeida (2019).

A construção do racismo no Brasil está presente desde o período colonial, pois foi uma forma de sustento para o sistema econômico e social, de modo que demarcou as desigualdades e definiu também a distribuição do poder dentro da sociedade. Para Schwarcz e Gomes (2018), o racismo está enraizado no Brasil, sendo muito mais que um sistema econômico com vários desdobramentos, uma vez que se transformou numa linguagem, com consequências inimagináveis; moldou condutas, definiu e estabeleceu desigualdades sociais; fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais; e

ordenou etiquetas de mando e obediência, na mesma medida em que criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita.

De forma expressiva, percebemos que o racismo está presente para além de preconceitos individuais ou isolados. Esta é, sem dúvidas, uma das formas de controle social, político e econômico que atinge indivíduos de diferentes idades e gêneros. Por isso, o racismo representa um marco em que muitas pessoas são impedidas de acessarem direitos e condições de melhorias social. Em outras palavras, o racismo pré-determina situações e lugares que os indivíduos podem ocupar na sociedade, visto que está entranhado em muitos sistemas, como o social, o educativo e o estrutural.

### **1.3 A produção do racismo e a necropolítica: segregação, aniquilamento e genocídio da diversidade étnico-racial**

O racismo contribui para reforçar ações genocidas, um termo, dentro desta pesquisa, exige uma reflexão, pois nos permite compreender as realidades enfrentadas historicamente e também no dia a dia por muitos grupos da sociedade. O racismo também produz aniquilamento – de sonhos, ideais, conquistas e também do direito pela vida no Brasil como em outros países – que acompanha o histórico de grupos vulnerabilizados socialmente, de diferença étnica, que aqui podemos citar: negros, indígenas, ciganos e outras etnias, assim como no campo da diversidade de gênero podemos mencionar a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTQI+). Igualmente, o racismo está associado às práticas de discriminação de assassinatos, utilizadas como táticas para reprimir todos aqueles que são considerados fora do padrão branco, cis heteronormativo e de classe alta.

O racismo é fonte e objeto para ratificar as maneiras encontradas pelo conservadorismo para tentar imprimir o seu poder e sua repressão sobre a sociedade. Isso foi o combustível central para produzir os horrores durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, portanto, a produção do genocídio contra diferentes povos, como apontam Vergne *et al.* (2015). Ao falar sobre o genocídio, os autores em questão citam a definição trazida pela Organização das Nações Unidas (ONU):

Por genocídio, pela definição da ONU (1948), entende-se quaisquer dos atos abaixo relacionados, cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, tais como: (a) assassinato de membros do grupo; (b) causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) impor

deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial; (d) impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo; (e) transferir à força crianças de um grupo para outro (VERGNE *et al.*, 2015, p. 517).

Por essa definição – e por tudo aquilo que temos acompanhado ao longo da história, nos documentos e na literatura, fica evidente o desejo de exterminar o diferente. Misturado ao ódio e ao programa de interesses hegemônicos, as populações de diferença étnica e a população LGBTQI+ sofrem com a discriminação e com o preconceito que os empurra para uma vida onde não se veem inseridos dentro de uma lógica que lhes garanta os direitos básicos para viver e nem para sobreviver. Nessa conjuntura, o racismo velado e explícito empurra populações para viver em total segregação, que mata jovens negros, que nega o atendimento à saúde para população pobre, que extermina o diferente. Assim se constitui um projeto genocida, formulado para desumanizar o outro e instalar a soberania desejada.

De acordo com Almeida (2019), o próprio genocídio que foi implantado na Alemanha nazista de Hitler – com o extermínio de muitos: judeus, ciganos, homossexuais, entre outros – só deixou, cada vez mais evidente, que raça nada mais é que um elemento político sendo utilizado na contramão de um pensamento socioantropológico. Não por acaso, palavras como soberania, poder, vida e morte se entrelaçam e se fundem em vontades e desejos arquitetados em projetos políticos e sociais, instaurados contra a população pobre, negra, indígena, cigana, LGBTQI+ e sobre todo grupo social que soberanos e poderosos desejam desumanizar para eliminar.

As pesquisas de Mbembe (2018) – camaronês, professor, político, e um potente pesquisador que discute o pós-colonialismo – evidenciam os caminhos de um colonialismo que, mascarado de soberania, exerce um poder estatal que controla quem merece viver e morrer, sendo abordado em sua obra: necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Para o autor em pauta:

Racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado (MBEMBE, 2018, p. 18).

Na realidade brasileira, podemos elaborar uma reflexão sobre as práticas que levam ao genocídio imposto, também, às populações indígenas no passado e na atualidade. Palmquist (2018) descreve essas práticas genocidas como:

Compõem o complexo genocida contra povos indígenas, geralmente: massacres guerra biológica, com o uso intencional de patógenos, especialmente varíola; contaminação não-intencional por patógenos, especialmente gripe, contra a qual os povos indígenas não desenvolveram resistência; geração de epidemias pelo confinamento em reservas densamente povoadas e sem condições de higiene; escravidão e trabalhos forçados; deslocamentos forçados muitas vezes incluindo marchas da morte que geram colapsos populacionais e redução drástica do número de indivíduos de uma etnia em curto espaço de tempo; fome e insegurança alimentar provocada pela destruição e ocupação de territórios ancestrais, ou pela destruição de recursos vitais com inundações para usinas hidrelétricas ou, como no caso de Belo Monte, pela paralisação do pulso de inundação das florestas; internação de crianças indígenas em escolas brancas, com casos de altas taxas de mortalidade em índices genocidas (PALMQUIST, 2018, p. 60).

A participação, a colaboração e a convivência do Estado brasileiro diante das práticas genocidas descritas anteriormente nos levam a pensar no conceito de necropolítica, o qual foi pensado por Mbembe, (2018) e significa o processo de dominação capitalista onde o estado governa com a produção da morte, concretamente: onde se produz e se faz com que a população se conforme com a morte; nada mais assusta ou provoca o choque na população que se depara com a morte todos os dias e, principalmente, da população negra que diariamente é morta nas ruas e caminhos das cidades e comunidades; também, a morte da população em penitenciárias que, em sua maioria, é formada por negros. Através desta produção da necropolítica o Estado reflete seu poder em corpos negros, indígenas, ciganos e tantos outros.

Mecanizada, a execução em série transformou-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido. Esse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo de classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos racistas, acabou comparando as classes trabalhadoras e o “o povo apátrida” do mundo industrial aos “selvagens” do mundo colonial (MBEMBE, 2018, p. 21).

Sobre a compreensão acerca do conceito de necropolítica, Piza (2022) afirma:

A necropolítica é um projeto de subjugação de vida ao poder da morte, realizada de maneira articulada ou inarticulada, seja pelo Estado, seja pelo Mercado, seja por quem tenha capacidade de exercer poder em uma dada sociedade; com efeito, o modo da operação desse processo de subjugação é a categoria de raça e, por seu intermédio, o racismo que funciona como um dispositivo regulador. O racismo é um dispositivo que regula a distribuição da morte (PIZA, 2022, p. 145).

No Brasil é grande a normatização da necropolítica, as políticas de morte permeiam os espaços, atravessam a vida cotidiana e se instauram com o autoritarismo cerceando a vida e controlando quem morre e como vai morrer. A necropolítica domina

as vidas e os corpos, vai ditando as normas do estado que se apropria da morte para exterminar, deixando grupos da sociedade totalmente vulneráveis e isolados. O Estado, nesse contexto, alimenta a vulnerabilização socioeconômica, deixando determinados grupos sociais sem políticas de segurança, ilegitimamente usa a força e se permite ter o poder de matar ou deixar morrer.

Pensando a necropolítica – o direito de deixar morrer aparelhado pelo Estado – relacionamos esse conceito ao quanto este mesmo Estado prossegue com o ideal de invisibilizar e abandonar grupos. Em outras palavras, como o Estado imprimi nas minorias – entre elas os povos ciganos – um poder de soberania sobre a vida, fazendo uso de uma política de morte que se tornou um planejamento dentro do sistema capitalista. Tudo isso nos leva a pensar que, durante séculos ao redor do mundo, os povos ciganos foram tratados como indesejáveis, imputando sobre eles todas as formas de preconceito e de perseguição, fazendo com que este povo vivesse à margem da sociedade. Portanto, vítima, cotidianamente, de séculos de racismo e de preconceitos que os tornaram invisibilizados e inexistentes dentro da conjuntura dos direitos e das políticas públicas. Nesse sentido, no campo do direito, Moonen (2011) ressalta que:

A Constituição Federal garante aos brasileiros ciganos os mesmos direitos de qualquer cidadão não-cigano. Pelo menos em teoria. Na prática, muitos destes direitos são constantemente violados, o que se manifesta na existência de estereótipos negativos, preconceitos e várias formas de discriminação das minorias ciganas pela população nacional. Porém, os ciganos, por constituírem minorias étnicas, também têm direitos especiais, citados em vários documentos internacionais, aprovados e promulgados também pelo Governo Brasileiro. Desnecessário dizer que também estes direitos especiais são constantemente ignorados e violados (MOONEN, 2011, p. 206).

Para confrontar a ausência de direitos, principalmente nos últimos anos, diante de todos os desafios, os povos ciganos vêm militando pela sua causa e reivindicando direitos e políticas públicas de inclusão para o seu povo. Esses povos têm se organizado em algumas associações, embaixadas e movimentos que deram à população cigana alguns marcos legais que iremos apresentar e analisar mais adiante nesta pesquisa. Essas articulações têm como finalidade combater o racismo contra os povos ciganos.

Segundo Almeida (2019), o conceito de raça foi criado e trabalhado durante séculos com o objetivo de embasar e justificar a tortura, a colonização, a subalternização e a violência que coloca a etnia como marco regulatório verticalizado, onde uma raça seria superior à outra. Por isso, o autor acrescenta:

Ainda que hoje seja quase um lugar-comum, a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários (ALMEIDA, 2019, p. 22).

A partir desta abordagem, é possível perceber que a raça é, acima de tudo, um fator e elemento político. Logo, o racismo atrelado a esta categoria é o que ajuda a fomentar e a manter as desigualdades sociais presentes dentro da sociedade capitalista. O racismo seria, portanto, um dos grandes males presentes há séculos na sociedade, utilizando-se ora do apagamento, ora do extermínio de povos e de culturas, entre eles os povos ciganos (MOONEN, 2011).

Para combater o racismo, no campo jurídico, com o Decreto de 25 de maio de 2006, o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, instituiu o Dia Nacional do Cigano, comemorado no dia 24 de maio – data em que os povos ciganos celebram o dia de sua padroeira Santa Sara Kali<sup>7</sup>. Esse decreto representa um marco simbólico, como aponta Netto Junior (2020), em diversas áreas, uma vez que é grande a carência de políticas públicas que atendam às demandas dos povos ciganos. Além disso, existe uma invisibilidade do papel e da relevância da contribuição desse grupo na formação da sociedade brasileira. Isso faz parte, como diz o autor supracitado, do repertório semântico-normativo nacional.

---

<sup>7</sup> Sara, a santa de pele escura, é reconhecida como padroeira do povo cigano e reverenciada por ciganos de diversas etnias e nacionalidades em Saint Marie de L’Mer. A peregrinação de devotos e a manifestação da fé entre indivíduos ciganos e não ciganos marca no tempo e no espaço ações e transformações da peregrinação no lugar de fé, durante o evento geográfico festivo (GOMES, p. 23, 2020 apud SILVA, 2013).

## CAPÍTULO II

*“Mesmo assim vou caminhando. Nesta longa viagem, e vejo que me abandonam toda esperança e coragem!”*

*(FILHO, Mello Moraes, 1886, p.119)*

### **2 RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Múltiplas perguntas são necessárias para compreendermos a lógica racista que permeia os espaços sociais e as instituições. Somos levados a indagar: qual o espaço que os corpos negros, indígenas e ciganos – entre outros – e suas demandas possuem em um universo onde o padrão é ditado no/pelo universo branco? Esses corpos estão fora desta lógica hegemônica, branca e elitista que possui como meta o seu abandono, promovendo a invisibilidade e o aniquilamento por isolamento social, alicerçada em uma política de Estado que vem a decidir quem vive e quem morre. Em sua maioria, é esse corpo “não desejado” que está destinado à morte; bem como, os corpos de outras minorias. Diante do contexto apresentado, torna-se relevante estudar a importância das abordagens educativas antirracistas nas universidades, especialmente nas pesquisas dos programas de pós-graduação.

#### **2.1 Racismo institucional e universidade**

A visão do racismo institucional, que será objeto de estudo e compreensão deste trabalho, demanda uma análise mais detalhada. Pois, muitas vezes, esse tipo de racismo acontece de forma velada, estando presente dentro de instituições, entre elas: a universidade. Tal concepção de racismo emerge em discursos em defesa de uma sociedade ou de políticas de igualdade entre os indivíduos, mas que negam as ações de equidade.

O racismo é objeto de vergonha desta sociedade e, ao longo dos séculos, é reproduzido no interior das instituições, o que inclui as universidades. De forma sorrateira, situações e atos racistas são frequentes nas universidades e se refletem das mais diversas maneiras: a) isolamento de estudantes; b) ausência de docentes negros,

indígenas, ciganos etc.; c) ausência de representatividade das temáticas, demandas e saberes desses povos nos currículos educativos; d) ausências de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para essas minorias, entre outras questões. Essas práticas são alimentadas pela inexistência do discurso direto ou de situações que promovam questionamentos das práticas racistas, assim como a falta de debate e/ou a criação de grupos de trabalho e de pesquisa em defesa da pluralidade e da diversidade.

O Brasil, como país multiétnico e de grande pluralidade cultural, apresenta grandes desigualdades sociais. As políticas de luta contra as desigualdades sociais são marcadas, principalmente, por uma reforma na sociedade brasileira, nas instituições, para que o tema dos direitos humanos, por exemplo, não seja tratado em disciplinas ou debates isolados. Com isso, espera-se que essa pauta seja um tema transversal que envolva todas as temáticas abordadas nas instituições para se combater aquilo que autor defende como a grande doença na sociedade brasileira; a desigualdade (COMPARATO, 2013).

Nas universidades brasileiras, de acordo com Carvalho (2003), em mais de um século houve o silenciamento sobre o racismo dentro das instituições acadêmicas, sendo que essa pauta só foi reacendida por questionamentos e debates a partir da criação das políticas de cotas para ingresso nas universidades públicas. O autor nos aponta que além do número reduzido de negros nesse espaço – e aqui também coloco de outras minorias étnicas – também é menor a quantidade de docentes negros presentes em universidades, enquanto a maioria branca pertencente aos conselhos acadêmicos; ou seja, são os responsáveis pela aprovação de pautas raciais dentro dessas instituições. Por isso, o autor faz a seguinte análise:

As cotas já assaltam de tal modo a tranquilidade da elite branca da universidade que não podemos deter o ímpeto da discussão por causa da reação da academia à possibilidade da inclusão racial. Mais ainda, sustento que só conseguiremos entender porque há tão poucos negros na universidade hoje se analisarmos a pirâmide do mundo acadêmico pelo topo e não só pela base. O foco da reprodução ou da mudança do sistema não está no perfil racial dos calouros, mas dos professores – somos nós, afinal de contas, que temos autonomia para gerir o sistema universitário brasileiro (CARVALHO, 2003, p. 305).

A presença da diversidade étnica e cultural nas universidades propõem que os debates sobre a exclusão racial sejam realizados no âmbito dos espaços onde se reflete o racismo institucional e, portanto, onde as histórias de resistência das minorias étnicas possam ser parte principal de estudos em grupos e de análises em pesquisas. Essas ações podem ajudar para que esta temática provoque a reflexão de gestores e do corpo

docente, para que estes percebam o mundo a partir de outra perspectiva, entendendo-o como racialmente excludente, que se reflete no interior das instituições.

Compreender os impactos do racismo institucional e seus desdobramentos no cerne das instituições, bem como a sua ação na sociedade é o caminho que nos orienta nesta pesquisa. Portanto, este estudo visa promover o pensamento crítico e, acima de tudo, uma reflexão sobre as estruturas educativas e o questionamento sobre como e quais pesquisadores queremos formar em nossas instituições universitárias. Para isso, é importante revistarmos a história dessas instituições, com a finalidade de compreender o seu compromisso com a educação antirracista, implícito e explícito, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária em termos étnico-raciais.

Na região Sudeste, os dados destacam a UERJ que, na questão étnica e racial, foi uma das universidades pioneiras a adotar políticas de ações afirmativas, juntamente com a UnB, no ano de 2003 (FILICE; SANTOS, 2011):

A UnB foi a primeira universidade pública federal a introduzir ações afirmativas para negros e indígenas, inaugurando um processo de reparação das desigualdades étnico-raciais em seus bancos universitários. Significa dizer, que, ao adotar as cotas e a reserva de vaga na modalidade étnico-racial, a UnB descarta a indiferença e o desconhecimento do mundo acadêmico com relação à exclusão racial, rompe a homogeneidade racial no corpo discente e abre-se a novos saberes originários de outras realidades vividas (FILICE; SANTOS, 2011, p. 12).

A UNB e a UERJ inauguraram um processo de reparação histórica das desigualdades étnico-raciais e, assim, abriram caminhos para debates e estudos sobre as políticas de ações afirmativas (FILICE; SANTOS, 2011). Iniciaram, desse modo, o processo para que outras universidades aplicassem o sistema de cotas no processo de acolhimento a estudantes com origem em minorias étnicas, com as quais o país possui uma dívida histórica.

## **2.2 Autonomia universitária: pautas e ações antirracistas**

No Brasil, antes da chegada da família real, havia cursos de teologia e filosofia atrelados à Companhia de Jesus. Quando a corte de D. João VI desembarcou no Brasil, nos anos que se seguiram, foram criados alguns cursos superiores isolados nos moldes da reforma pombalina. Na era republicana, segundo Saviani (2021), começaram a surgir as universidades particulares e houve uma diminuição do protagonismo do Estado na área educacional, que somente retornou a partir de 1930, e com a criação da União

Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937. Assim, os debates sobre a autonomia universitária entram em cena, sendo prejudicados pelo golpe militar em 1964. No texto da reforma universitária, de 1969, a autonomia universitária foi aprovada e hoje é assegurada na Constituição Nacional no artigo 207<sup>8</sup>(BRASIL,1988)

A relevância da autonomia universitária, em sua plenitude, promove um reflexo para uma sociedade na qual a classe trabalhadora possa encontrar, de fato, um ambiente provocativo de debate e de estudos sobre as desigualdades sociais e suas lutas. Estas universidades são canais por onde os movimentos sociais, estudantes e pesquisadores encontrarão os caminhos para o amplo debate acerca da emancipação do indivíduo na luta por justiça e por seus direitos, de forma a construir uma sociedade mais justa.

Entender a autonomia universitária no contexto brasileiro é uma forma de encarar projetos de governos capitalistas que tratam a educação como mercadoria, tentando fazer a sua mercantilização. Esta atende aos desejos de empresários e outros grupos de poder que tentam se apropriar do ensino, da pesquisa e da extensão como aparatos do mercado de trabalho, promovendo, portanto, o afastamento da classe trabalhadora e das minorias étnicas desses espaços e debates.

A universidade pública, no Brasil, é de todos no sentido de que é mantida por todos os brasileiros, mas não igualmente, já que o ônus de sua manutenção recai, predominantemente, sobre a classe trabalhadora (SAVIANI, 2020). A universidade pública contribui com a população brasileira e a favorece através das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, por isso o autor aqui citado destaca alguns aspectos, contradições e desafios: a) as universidades públicas têm exercido o seu relevante papel, produzindo trabalhos científicos e fomentando pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento; b) a universidade é acessível para todos, mas ainda existem no Brasil muitos brasileiros que não ingressaram numa instituição pública de ensino superior; c) a universidade será de todos e para todos quando as bandeiras de lutas e de movimentos sociais estiverem em união com as instituições por uma sociedade totalmente livre.

O debate posto por Saviani (2020) nos apresenta alguns dos elementos que requerem uma compreensão mais detalhada sobre a forma como racismo se incide e molda institucionalmente a universidade. Na visão de Almeida (2019), o racismo institucional é – antes de mais nada e para além de comportamentos racistas isolados

---

<sup>8</sup>Art. 207. As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF Constituição (1988).

individualmente – a decorrência de como este racismo emerge dentro das instituições, outorga uma gama de vantagens e infortúnios, tendo como base os pensamentos e as ideias que compõem a concepção de uma superioridade entre as raças. Nesse sentido, o autor compreende que as instituições, por sua vez, são o objeto que moldam os comportamentos das pessoas, trazendo em si as divergências, as disputas de poder, já que abrigam também aqueles que almejam o comando das instituições. Sobre essas disputas de poder, ele destaca:

A estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos que são inerentes à vida social. Entenda-se absorver como normalizar, no sentido de estabelecer normas e padrões que orientarão a ação dos indivíduos. Em outras palavras, é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências. (ALMEIDA, 2019, p. 26).

Pensar as produções científicas – dissertações e teses – e as questões raciais que atravessam a universidade nos projeta a refletir que, dentro da formação dos profissionais do Ensino Superior, este é um tema de grande relevância. Pois, para que este profissional tenha uma compreensão mais ampla da realidade, de modo a acolher a escola e os demais espaços da sociedade como plurais e diversos, o debate racial precisa permear a sua formação. Isso auxilia a pensar a formação na área da educação, pois nas escolas se constroem identidades e pautas de luta que despertam o orgulho ao pertencimento às multiplicidades étnicas existentes. Nesse sentido, Macedo (2020, p. 108) pontua que:

Lutar para combater o racismo é entendê-lo como algo que age nas estruturas e, também, nas brechas, articulando diversas questões que não dizem respeito só à cor da pele. Vai muito além disso e, sendo assim, é preciso abandonar interesses individuais nesse contexto de combate ao racismo, para se juntar ao coletivo, às forças que se unem para entender e combater as raízes da discriminação racial (MACEDO, 2020, p. 108).

Ainda de acordo com Macedo (2020), a educação tem como meta contribuir para a formação de indivíduos críticos e reflexivos, sendo que os professores são os mediadores no debate entre preconceito e cidadania; contando com apoio e colaboração

para educação da Lei nº 10.639/03<sup>9</sup> e do Estatuto da Igualdade Racial<sup>10</sup>, de julho de 2010. Essas leis ajudam no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial.

As leis anteriormente citadas são de extrema importância na luta antirracista, pois, como destaca Almeida (2019), elas nos alertam que ao moldar os comportamentos dos indivíduos, as instituições inserem em seu contexto – e também no pensamento e nos discursos de seus indivíduos – ideias, lemas e formas de comportamento que refletem em sua forma de organização. Essa organização, por vezes, configura-se como fruto de ideologias racistas que, sendo perpetuadas no interior das instituições, promovem e prolongam estratégias para que o racismo esteja e seja vinculado de forma implacável na sociedade. Logo, a educação deve ser o instrumento crucial para o enfrentamento ao racismo institucional, fomentando debates e estudos para que outras instituições e organizações estejam alinhadas e comprometidas na construção de políticas públicas que acolham a diversidade étnico-racial, tão presente na realidade brasileira.

### **2.3 Universidade: racismo e projetos de sociedade em disputa**

Através do poder, do discurso e da possível inexistência de um combate ao racismo nas instituições, muitos indivíduos se privilegiam de uma estrutura institucional segregatória que é disseminada na ideia de uma supremacia racial, para exercer, de forma implacável, o poder de dominação. Nesse sentido, Almeida (2019) complementa que o racismo institucional é percebido quando observamos o monopólio de um poderio de supremacia branca, a dificuldade de ascensão e acesso aos bens básicos de forma igualitária por grupos negros, indígenas e ciganos; ou seja, um racismo cultivado para se garantir que uma raça esteja em total evidência e benefício, em detrimento de outros povos. O autor destaca que:

Assim, detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo

---

<sup>9</sup> Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. (BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003)

<sup>10</sup> Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010. Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010)

dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio. No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade (ALMEIDA, 2019, p. 27).

Para subverter esse exercício de poder, segundo Gianezini (2011), as universidades desempenham um papel de extrema relevância na transformação social por estarem em comunicação com o sistema político, econômico, social e por meio da formação de lideranças políticas. Ainda com base na autora referida, a educação superior se apresenta como um fenômeno plurifacetado, devido à diversidade de instituições, às formas de gestão, à integração entre docentes e discentes e ao panorama de funcionários. Sobre esse tema, concordamos com Trigo e Costa (2008, p. 579), quando sinalizam:

Acreditamos que uma liderança que se inspire em valores, comunique e “dirija” através de valores – que seja capaz de mobilizar os membros da comunidade para um diálogo em torno de valores, desenvolvendo a partir daí uma cultura própria, o seu próprio valor e o valor em todos os membros, que os leve, inclusive, a voltarem-se para os outros e a serem “ativos” na construção de uma sociedade e de um mundo melhores – será verdadeiramente facilitadora e inspiradora das mudanças necessárias ao aumento da qualidade e eficácia das instituições educativas (TRIGO; COSTA, 2008, p. 579).

Lideranças políticas ativas que colaboram para a construção de uma sociedade antirracista colaboram, também, para que debates (como o racismo) adentrem os espaços das instituições, refletindo em produções e pesquisas científicas, além de contribuir e promover as políticas de ações afirmativas para ingresso de alunos e professores das mais múltiplas etnias. Para que a diversidade seja contemplada e possam estar frequentando o espaço de construção do conhecimento, colaborando com os seus saberes e costumes. Nesse caminho, deparamo-nos, cada vez mais, com ações dos movimentos sociais atuando na tentativa de deixar o espaço universitário mais democrático. Ou seja,

Os argumentos de lutas reivindicatórias e propositivas realizadas em prol da educação para todos, pelos movimentos sociais, e pela sociedade civil, têm como prerrogativas a definição constitucional: educação como direito universal, de todos. Contudo, a validade constitucional só existe em sua garantia, se o Estado construtor de tais direitos estiver presente sob a forma de políticas públicas, amplas e abrangentes, promovendo a superação das desigualdades e

consentindo a participação da sociedade civil (GOHN; ZANCANELLA, 2012, p. 61-62)

Segundo Gohn e Zancanella (2012), a educação é um princípio fundamental para a igualdade. No entanto, quando subordinada aos ideais liberais, ela não concede os mesmos direitos a todos os indivíduos, como consequência da atuação de um Estado descomprometido com os seus cidadãos no que diz respeito à garantia de direitos igualitários e ao acesso à educação para todos. A participação dos movimentos sociais dentro das instituições de ensino superior proporciona, nesse sentido, grandes avanços dentro desses espaços, promove possibilidades de debates por meio das pesquisas e de favorecimento aos discentes, à universidade e aos movimentos sociais.

Eis o caso do processo histórico de reivindicação da institucionalização das ações afirmativas no Brasil. Como resultado das reivindicações e das lutas sociais, as políticas de ações afirmativas foram adotadas dentro das universidades, promovendo a democratização deste espaço.

As ações afirmativas podem ser compreendidas como medidas de caráter social que visam à democratização do acesso a meios fundamentais – como emprego e educação – por parte da população em geral. O principal objetivo destas medidas consiste em promover condições para que todos na sociedade possam competir igualmente pela conquista de tais meios. No Brasil as ações afirmativas são representadas essencialmente enquanto programas de cotas, isto é, são medidas que priorizam a inserção social de grupos minoritários com histórico de exclusão (étnicos, raciais, sexuais, entre outros) por meio da reserva de vagas (GUARNIERI; SILVA, 2007, p. 70).

Os estudos de Guarnieri e Silva (2007) apontam que no Brasil o segregacionismo – de forma velada, toda discriminação racial e a anulação durante anos de debates sobre as questões étnicas – reflete a elitização branca das universidades brasileiras; ou seja, o lugar no qual anteriormente as políticas de ações afirmativas não possuíam representatividade étnica dos grupos que formam nossa sociedade. Pinheiro, Pereira e Xavier (2021) destacam que, desde que as políticas afirmativas de cotas foram criadas e adotadas no ano de 2002, surgiram muitas falas e argumentos de indivíduos e de docentes a fim de colocar em pauta sua credibilidade. Com discursos de perda de qualidade por parte das universidades, ao aprovar alunos cotistas, os argumentos de cunho racistas e elitistas, relacionados aos alunos cotistas, ocasionariam um baixo desempenho da instituição ou evasões.

Com o tempo, a política de cotas ainda enfrenta desafios devido ao embate político daqueles que desejam acabar com uma política que tanto beneficiou a

instituição e os discentes da classe trabalhadora. Nesse contexto, os estudos de Pinheiro, Pereira e Xavier (2021) apontam que, nesses últimos vinte anos, as ações afirmativas beneficiaram o ingresso e permanência de alunos nas universidades. Esses autores – com base em estudos de diferentes pesquisadores – analisam que o desempenho de alunos que estudavam em universidades públicas estaduais que ingressaram por cotas raciais ou por cotas destinadas a alunos de escolas públicas comparando aos que ingressaram sem cotas e chegaram a seguinte conclusão: não houve perda de rendimento das universidades e, portanto, nem houve queda em sua qualidade (PINHEIRO; PEREIRA; XAVIER, 2021). Em sua maioria, esses discursos refletem o quanto ainda se formulam discursos de preconceito racial e social dentro das instituições.

Para Almeida (2019), o grupo que exerce o domínio será sempre o que tende a realizar o controle total da instituição, utilizando de muitos mecanismos, como a violência e outros aparatos que reforcem as ideias de sua dominação. Para que o poder eminente de dominação permaneça inalterado nas mãos de um grupo hegemônico, algo que o autor também evidencia é que dentro dessa lógica outras instituições abrigam o racismo de forma alterada; ou seja, mesmo concedendo o que muitos acreditam que são “benefícios” a grupos historicamente discriminados, acontece o reforço da ideia de que o racismo não está desassociado de um projeto político e de conjunturas econômicas.

#### **2.4 Racismo institucional e universidade: algumas formas de subversão do sistema de dominação.**

As universidades abrigam em suas instituições, de forma velada, o racismo; além do mais, reproduzem formas de exclusão contra minorias, a exemplo de filhos e filhas da classe trabalhadora e outros grupos sociais marginalizados. Logo, a emancipação desses grupos requer a garantia de políticas afirmativas em diversos setores da sociedade, como forma de reparação história de injustiças cometidas por preconceito e discriminação sistemática. A universidade é um desses espaços. Compreender como ideias e conceitos sobre raça e racismo atuam para afastar as minorias étnicas deste espaço deve ser algo pontual para pesquisadores e estudiosos compreenderem como isso afeta o ingresso e/ou permanência destes grupos nas universidades.

Cabe destacar que as universidades estão imersas em uma conjuntura social, reflexo de nossa sociedade, onde impera a narrativa da meritocracia refletindo nestas instituições de muitas maneiras. Uma delas, como aponta Araújo (2019), são os vestibulares que conduzem para uma elitização branca e de classes altas, colocando as minorias étnicas da classe trabalhadora em desvantagem ao competir com uma elite que desfruta de aparatos financeiros e que tem o seu acesso garantido através de uma preparação melhor para ingressar nas instituições, revelando, ainda mais, os reflexos sociorraciais das desigualdades.

O racismo institucional, como sistema de dominação, opera ressignificando lugares de poder e privilégio. A força do racismo institucional está em justamente seguir vigoroso mesmo com o consenso da inexistência das raças em termos biológicos (e as doutrinas daí decorrentes), mesmo que atitudes ou opiniões declaradamente racistas não estejam no bojo da discussão. Do envolvimento (oportunista) nas lutas antiescravistas ao reduto opositor da adoção de reserva de vagas étnico-raciais no vestibular, a ação política da classe média ao mesmo tempo em que tem conformado sua posição na hierarquia de trabalho tem contribuído para a manutenção racializada da sociedade de classes (ARAÚJO, 2019, p. 2207).

A luta antirracista dentro das instituições, como afirmam hooks (2017); Andrade *et al.* (2022); Araújo (2019) e Carvalho (2003), é o caminho necessário e urgente para se atingir uma universidade democrática e plural, de forma que possa contemplar toda a diversidade étnico-racial no seu interior; mas, para além disso, ainda são necessários outros avanços políticos e sociais. Inclusive, no campo epistemológico, os debates dentro e fora das instituições e as produções científicas provocam mudanças dentro das políticas destas instituições que, reconhecendo as necessidades dos grupos que não estão no poder, tentam construir formas de mudanças organizativas nas instituições.

Segundo Almeida (2019), essas discussões e debates dentro das instituições segue em modificação nos parâmetros de algumas regras e comportamentos. Por isso, o autor destaca que as políticas de ações afirmativas, tão presentes hoje em dia em algumas instituições de ensino e em processos seletivos de trabalho e empresas, são alvos de questionamentos dentro e fora das instituições. Isso tem gerado constantes debates e discussões em torno da tentativa de aumentar nesses espaços a presença das minorias políticas excluídas historicamente nos processos econômicos e sociais.

De acordo com Machado, Lima e Neris (2016), nas últimas décadas os debates acerca das desigualdades sociais e dos enfrentamentos principalmente da comunidade negra, as produções acadêmicas, juntamente com todas as reivindicações sociais e

históricas, possibilitaram que as relações étnicas nos anos cinquenta lutassem pela criação da Lei Afonso Arinos – como ficou popularmente conhecida – que foi duramente rejeitada por movimentos negros ao tratar o racismo como contravenção penal e não como um crime. A Constituição de 1988 condenou o racismo como uma das infrações de alta gravidade, punindo com pena de reclusão por se tratar de um crime imprescritível e inafiançável (BRASIL, 1988).

Este avanço legislativo surge das lutas do movimento negro e suas lideranças que, articuladas nos anos seguintes, conseguiram aplicações criminais e modificações das leis. Machado, Lima e Neris (2016) abordam algumas conquistas históricas no campo jurídico, como: a) em 1989 foi sancionada a Lei no 7.716/89<sup>11</sup>, chamada de Lei Caó, que punia os crimes de racismo com cinco anos de prisão; b) em 1994 essa lei foi alterada identificando como crime a criação, venda, veiculação e qualquer outro meio de propagação ou divulgação de um símbolo emblemático racista – a suástica nazista; c) em 1997, a Lei no 7.716/89 passa por modificações condenando como injúria qualificada, preconceitos de raça, religião, cor e origem e no mesmo ano se cria a tipificação criminal para o crime de injúria racial presente no código penal no artigo 140 (BRASIL, 1997). O crime de injúria racial, estabelecido no Código Penal, fundamenta-se em ofender a honra de um indivíduo com elementos de raça, cor, etnia, religião ou origem com penalização de um a três anos ou pagamento de multa. O racismo inafiançável e imprescritível acontece quando se ofende a um coletivo de indivíduos discriminando sua raça.

Agindo no controle dos corpos na forma organizacional da sociedade com mecanismos que favorecem essa dinâmica, o racismo institucional privilegia um grupo social em detrimento de outros: quase sempre dominado pela maioria de homens héteros e brancos, os quais exercem controle sobre as formas que ditam os padrões dentro da sociedade, inclusive na forma de se destacar no campo dos serviços e das vagas de empregos (ALMEIDA, 2019). O racismo, seja ele antinegro, anticigano, anti-indígena ou outros, contempla e favorece a população branca que está no núcleo de um processo que exclui e não integra todo aquele que não fizer parte deste núcleo branco cis heteronormativo.

---

<sup>11</sup> Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. O presidente da república, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Art. 2º (Vetado) BRASIL, Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1989.

Maria Aparecida da Silva Bento, mais conhecida como Cida Bento, em seu livro *Pacto da branquitude* analisa, para além do impacto da herança de um país escravocrata na vida de negros e negras e de outros grupos racializados, o quanto os brancos se beneficiaram dessa escravidão e de processos de exclusão que condenaram a comunidade negra, indígena e outras etnias há anos de exclusão, preconceito e racismo. Um processo escravagista que resultou, segundo a autora, nos privilégios da população em relação à população negra e a outras etnias que, até hoje, sofrem as marcas de um passado não tão distante – e tão presente – que sedimentou formas de preconceito, dentre as quais o racismo enraizado no pensamento e na formação da sociedade brasileira ainda vigora. Para a autora em foco,

Assim vem sendo construída a história de instituições e da sociedade onde a presença e a contribuição negras se tornam invisibilizados. As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. É claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram “iguais” (BENTO, 2022 p. 12).

A autora supracitada explicita as vantagens da branquitude e enfatiza como a organização social estabeleceu uma espécie de capitalismo racial, onde os brancos, a raça que escravizou a população negra e indígena, permanece se favorecendo. A esses benefícios, fruto dos privilégios do pacto da branquitude, Bento (2022) chama de meritocracia, tão aplicada em ritos procedimentais em instituições de ensino. Ela funciona como um termômetro que ignora a história das desigualdades dos povos racializados, fazendo com que não somente a luta de movimentos sociais e da comunidade negra seja totalmente apagada, mas que se estabeleça uma tentativa de “naturalização” das desigualdades socialmente construídas.

E, de fato, a história do movimento negro é de resistência e de lutas travadas durante todo o período da escravidão, indo da resistência individual às insurreições urbanas e aos quilombos. A história dos quilombos, assim como a de muitos importantes levantes ou revoltas que ocorreram antes da abolição, forçando o fim da escravidão, é omitida na historiografia oficial (BENTO, 2022, p. 24).

O legado histórico de negros, indígenas e dos povos ciganos, assim como de outras minorias étnicas, vem sendo manipulado pela população detentora dos processos

de relação de poder ao longo da história. Foi desta forma que a história eurocêntrica e branca prevaleceu como o “mito da história única e verdadeira”, protagonizada exclusivamente por homens brancos da elite que negligenciam a história de luta dos movimentos étnicos, a fim de perpetuar a segregação e racismo que atravessam espaços e instituições da sociedade até a atualidade e, com isso, garantir o seu lugar de privilégio e herança. Segundo Bento (2022),

Em sociedades desfiguradas pela herança do racismo, a preferência de um mesmo perfil de pessoas para os lugares de comando e decisão nas instituições financeiras, de educação, saúde, segurança etc., precariza a condição de vida da população negra, gerando desemprego e subemprego, a sobrerrepresentação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do alunado negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial (BENTO, 2022, p. 47).

Dessa forma, é possível identificar o racismo institucional quando incluímos o recorte étnico-racial para analisar o número de profissionais, servidores, lugares de liderança dentro das instituições. Em sua grande maioria, os cargos e funções de liderança são exercidos por homens brancos sem o compromisso com a diversidade de gênero ou étnica<sup>12</sup>, sendo essa uma herança da branquitude que se perpetua a partir da negação da sua natureza discriminatória e do apagamento das desigualdades socioeconômicas no que se refere aos aspectos étnico-raciais e de gênero.

É preciso, portanto, ampliarmos o pensamento e o debate acerca do racismo, pois sua ação na sociedade é reforçada pelas instituições. Logo, reconhecer as tramas do racismo é fundamental para a criação de políticas de enfrentamento ao mesmo. Segundo Bento (2022),

Movimentos sociais como o de mulheres negras, quilombolas e indígenas desestabilizam as relações de colonialidade, construindo contra narrativas que trazem novas perspectivas e paradigmas, e, além da denúncia, procuram protagonizar ação política contra a expropriação de riquezas e a brutalidade que sustentam a sociedade e o regime político no qual vivemos (BENTO, 2022, p. 25).

Refletindo sobre a situação da política mundial na atualidade, em que o conservadorismo tem ganhado notoriedade e poder em muitos países, Bento (2022) nos convida a pensar sobre nossa sociedade e nosso país, reforçando a necessidade de que as

---

<sup>12</sup> Segundo dados do IGBE, apenas 3% de cargos de liderança nas firmas brasileiras são ocupados por negros. Para maiores informações, ler: <https://elastica.abril.com.br/especiais/firma-preta-diversidade-racial-empresas>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ações antirracistas coletivas aconteçam em diferentes âmbitos. Na mesma direção, Almeida (2019) salienta que é possível sintetizar o racismo como sendo,

Uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Ao nos depararmos com esta realidade segregacionista, racista e preconceituosa, na qual uma elite branca tenta utilizar meios para barrar as etnias discriminadas, observamos o que se desenha para nós, dentro das instituições e da sociedade, e nos levanta reflexões pertinentes, dentre elas o quanto a produção do conhecimento voltada para os direitos humanos favorece e contribui para uma sociedade mais justa e menos discriminatória. Por isso, é preciso pensar sobre os Direitos Humanos e sua relação com a educação. De acordo com Benevides (2007):

A mudança cultural necessária deve levar ao enfrentamento de tal herança e ainda ser instrumento de reação a duas deturpações que fermentam entre nós sobre os direitos humanos. A primeira delas, bastante difundida na sociedade, inclusive entre as classes populares, refere-se à identificação entre direitos humanos e direitos da marginalidade, ou seja, são vistos como “direitos dos bandidos contra os direitos das pessoas de bem”. Essa deturpação decorre certamente da ignorância e da desinformação, mas também de uma perversa e eficiente manipulação, sobretudo nos meios de comunicação de massa, como ocorre com certos programas de rádio e televisão, voltados para a exploração sensacionalista da violência e da miséria. Além disso, é certo que existem grupos interessados em desmoralizar a luta pelos direitos, porque querem manter seus privilégios ou porque querem controlar e usar a violência institucional apenas contra os “de baixo”, ou seja, aqueles considerados membros das “classes perigosas” (BENEVIDES, 2007, p. 2).

Os direitos humanos são indispensáveis a qualquer ser humano, não importando classe, etnia, posição social, religião, posição política etc. Segundo Benevides (2007), os direitos humanos promovem a dignidade, uma vez que, sendo naturais e universais no processo, devem contribuir para uma formação atrelada a concepções de igualdade, despertando a cooperação, interação e socialização com solidariedade, formando cidadãos críticos, tolerantes e comprometidos com uma sociedade mais igualitária e

uma educação que não busca resultados, mas é continuada em processos educativos permanentes.

Nas esferas que detêm o poder e nas organizações políticas acontecem as mais palpáveis representações do racismo, e é exatamente nesses espaços que se faz urgente responsabilizar não apenas os indivíduos, mas também as instituições que promovem atos de exclusão por práticas racistas. Nesse sentido, Almeida (2019) salienta que o racismo é fruto de um longo processo histórico e que as lutas, debates, formas e processos educacionais são cada vez mais necessários. O autor fala também da importância da responsabilização jurídica para quem comete tais atos, enfatizando que ela precisa acontecer e de forma dura. Em outras palavras, promover o combate a essas práticas representa um processo de responsabilizar os que cometem o racismo e, paralelamente, educar as novas gerações para que nos lugares de poder as pessoas comprometidas com essa luta estejam em destaque. Isso envolve, também, o processo de produção do conhecimento realizado nas universidades, principalmente na pós-graduação.

## **2.5 Universidade: espaços de transgressões e lutas antirracistas**

Na obra intitulada *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*, bell hooks evidencia os seus desafios como uma autora provocativa, intensa, feminista, mulher, negra, uma ativista em grande potencial e reconhecida como tal. A autora defende uma educação antirracista nas instituições de ensino que transgrida e seja transformadora, ultrapassando as barreiras sociais, raciais, sexistas, que promovam o discente para a liberdade e o pensamento crítico, uma pedagogia engajada onde todos podem aprender – alunos e professores.

Na luta por uma educação antirracista nas universidades, Andrade *et al.* (2022) identificam a baixa representatividade de grupos sociais nos cursos de pós-graduação e apontam a necessidade de representatividade como algo urgente, ou seja, como uma forma de tornar o espaço acadêmico mais democrático, plural e diverso no combate às formas de preconceito e de desigualdades sociais. A pouca acessibilidade de pessoas negras, LGBTQI+, quilombolas, ciganos, indígenas, pessoas com deficiências, estudantes de escolas públicas entre outros à universidade demonstra o quanto nosso país e o sistema institucional são preconceituosos, racistas, sexistas e LGBTfóbicos,

configurando um modelo racista estrutural e institucional, bem como refletindo na produção do conhecimento.

Segundo hooks (2017), uma pedagogia engajada de resistência e anticolonial se configura com a presença de professores que buscam a atualização constante, promovendo a participação e o bem-estar dos alunos em sala de aula. Colaborando para que este espaço educacional e de socialização se torne uma comunidade pedagógica, alterando a vivência escolar de professores e alunos. Tudo transformado com apoio coletivo é, sem dúvida, o caminho ideal para romper com estruturas cada vez mais engessadas, classistas, sexistas e racistas dentro dos mais diversos espaços educacionais e de produção do conhecimento científico. Por isso, ao estimular esta integração que deve existir entre os diferentes sujeitos sociais, é necessário que a comunidade pedagógica se reconheça como essa válvula transformadora e se empodere da força que detém nas mãos.

Como aponta Martins *et al.* (2018), A sociedade brasileira recebeu como herança dos portugueses todo um processo de controle e de domínio baseado no racismo, na subordinação e na dominação como reprodução de um sistema e de uma sociedade europeia colonialista escravocrata. Os autores, fazendo uso de exemplos de casos racistas, apontam a onda de deslegitimação da identidade negra, que também refletimos onde outras minorias étnicas são desacreditadas da sua capacidade intelectual e de suas habilidades ao ocupar lugares de poder de supremacia branca.

Para Andrade *et al.* (2022), a desigualdade social para com pretos, pretas, pardos e pardas se reflete também na presença dos mesmos nas universidades e, de modo mais explícito, em cursos de pós-graduação. No Brasil, a comunidade negra foi forçada a anos de segregação, escravidão e negligenciamento de seus direitos. Os povos indígenas constantemente são alvos de múltiplas formas de perseguição, morte, exclusão social e apagamento cultural. A todo tempo, o racismo estrutural que é alimentado pela omissão criminosa do Estado tenta negar direitos e condições de vida para essa população. Assim, como pontuam Martins *et al.* (2018):

Neste contexto está inserida a universidade, que cumpre seu papel na manutenção da política excludente da sociedade brasileira. Não só por não estar imune a essa desigualdade, mas porque é no espaço acadêmico que acontece uma parte importante da construção de subjetividades que consolidam o racismo estrutural no qual vivemos (MARTINS *et al.*, 2018, p. 132).

No processo de construção das subjetividades na universidade e, de modo particular, na pós-graduação, Andrade *et al.* (2022) analisam a necessidade das ações afirmativas para ingresso da diversidade nesse espaço tão elitista, de modo a contemplar: indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, mulheres mães (com filhas/os até 12 anos), docentes da Educação Básica pública, estudantes estrangeiras/os, cota social (renda familiar per capita abaixo de 1,5 salários mínimos). Em outras palavras, formas reparatórias de acesso aos grupos que possuem baixa representatividade na universidade e que, por isso, necessitam ocupar os espaços institucionais para promoverem debates, estudos e reflexões voltados para uma sociedade mais justa e plural, bem como para que esses grupos possam obter melhores condições de vida e as ferramentas conceituais e políticas de enfrentamento em relação ao racismo e ao preconceito. Para reforçar essa questão, Almeida (2019) destaca que:

A desigualdade educacional está relacionada com a desigualdade racial, mesmo nos sistemas de ensino públicos e universalizados, o perfil racial dos ocupantes de cargos de prestígio no setor público e dos estudantes nas universidades mais concorridas reafirma o imaginário que, em geral, associa competência e mérito a condições como branquitude, masculinidade e heterossexualidade cisnormatividade (ALMEIDA, 2019, p. 51).

No que tange às universidades, Martins *et al.* (2018) apontam que dentro das matrizes curriculares, em sua maioria, não abordam a diversidade étnica e cultural presente nas universidades. Alunos negros, indígenas, ciganos ou outras diversidades étnicas não são contemplados com temáticas de valorização à sua história e cultura. A universidade precisa discutir as questões raciais de forma visceral, compreendendo seu papel neste cenário para além das políticas afirmativas e, assim, discutir a sua existência como local de pluralidades. Nessa conjuntura, a pesquisa de Andrade *et al.* (2022) analisa a importância de ações afirmativas na pós-graduação, em processos de seleção, para atender a demanda da diversidade, mas também pontua a necessidade de uma refundação epistemológica no processo de produção de conhecimentos.

A diversidade racial e étnica deve estar presente também, segundo Martins *et al.* (2018), nas bibliografias utilizadas nas disciplinas dos cursos de educação e na formação de educadores e pesquisadores. Isso demanda produção de conhecimento sobre esses temas, por exemplo: a respeito dos povos ciganos. Por essa razão, é necessário colocar em debate dentro das ementas e dos currículos dos cursos de formação de professores conhecimentos científicos plurais. Incluindo obras de autores e teóricos diversos, dando relevância à comunidade negra, indígena, cigana e a tantas

outras marginalizadas desse espaço. Entretanto é importante pautar também linhas de pesquisa que consigam emplacar a produção de conhecimento sobre esses povos – racializados e excluídos da sociedade – nos diferentes campos do saber, sobretudo com os povos ciganos, que configuram como os mais excluídos no âmbito das políticas públicas e dos marcos jurídicos nacionais.

Essas estruturas excludentes fazem com que, cada vez mais, grupos minoritários sejam afastados dos diferentes espaços de poder da sociedade, dando margem para a supremacia branca reafirmar o discurso de lugares e deveres que podem ser ocupados pela população não branca. Para confrontar as estruturas excludentes, é necessário que a comunidade científica se reconheça como essa válvula transformadora, empoderando-se de sua força e do poder que detém nas mãos, ao estimular a produção de conhecimento sobre e com os grupos sociais.

### CAPÍTULO III

*(...) voltarei a percorrer os caminhos e  
andarei com os ciganos de sorte, aí velhos  
ciganos, aí jovens ciganos é hora,  
levantemo-nos, é chegado o momento de  
agir. Venham comigo ciganos do mundo...*

*(trecho da tradução do hino cigano:*

*Djelém, Djelém Opré Romá.*

*(BORGES, 2015, p. 9)*

### 3 METODOLOGIA

Com a expansão de debates relacionados à temática da democratização da educação – e com as sobreposições que envolvem a diversidade étnico-racial, de gênero e cultural – emerge igualmente a necessidade de sistematização das pesquisas sobre essas temáticas e seus desdobramentos no âmbito das universidades e centros de pesquisa brasileiros. Nesse contexto, surgem questões e temas que estão ligados às minorias políticas racializadas, no caso desta pesquisa: os povos ciganos. Por essa razão, a presente pesquisa busca compreender as produções dos programas de pós-graduação no contexto brasileiro; ou seja, as dissertações de mestrados e teses de doutorados que envolvem esses povos.

Nesta parte do trabalho, apresentamos a metodologia desta pesquisa e seu desenrolar para que chegássemos até a etapa de coleta e análise de dados. Desde logo, sinalizamos que este estudo, em acordo com os seus objetivos, apresenta-se como pesquisa qualitativa exploratória que, com enfoque na análise documental, é estruturada no enfoque de estado da arte – denominado, em alguns casos, como estado do conhecimento. Segundo Ferreira (2002):

Nos últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses

de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 258).

Sendo assim, o estado da arte se torna o norteador deste trabalho; pois, ao aplicarmos sobre esta pesquisa o recorte temporal, o estado da arte agrega um caráter de inventário. Por um lado, o estado da arte sinaliza áreas nas quais as produções acadêmicas apontam uma potência e relevância, além de possibilitar o acompanhamento do que se tem produzido como pesquisa científica sobre determinado tema e seus avanços. Por outro lado, o estado da arte sinaliza, também, as ausências e os retrocessos sobre determinada temática de pesquisa, apontando, dentro das obras encontradas e analisadas, as limitações do desenvolvimento do próprio campo. Sobre esse argumento Romanowski, Ens (2006) defende que:

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI, ENS, 2006, p. 39).

O estado da arte favorece para que, ao apontarmos obras e pesquisas produzidas dentro do recorte temporal, consigamos compreender a sua amplitude, indicando: as áreas e abordagens realizadas; as metodologias de cada pesquisa; e as relações que levaram à realização dos trabalhos a partir da leitura de cada obra encontrada. O estado da arte permite, portanto, apontar o avanço da ciência e os investimentos que foram realizados em cada área, indicando a quantidade ou a nulidade de produções acadêmicas.

No que tange à quantidade e/ou à nulidade sobre determinados temas de pesquisa, a comunidade científica brasileira encontra desafios de todas as ordens, sobretudo econômicos e outros inerentes à composição da própria sociedade. Isso reverbera na produção científica, apresentando novos componentes que limitam o desenvolvimento de determinadas temáticas de pesquisa, tais como: diversidade de gênero e de culturas, inclusão de pessoas com deficiência e de minorias étnicas. Todas essas demandas se encontram e, portanto, cabe ao pesquisador o olhar e a postura frente à temática que deseja pesquisar. Dito de outra forma, a sua contribuição para que na sociedade se despertem vozes que norteiem novos horizontes, pautados na igualdade racial e na representação de uma nova sociedade.

Assim, ao construir este trabalho, fazer um estudo da arte. Desde logo, sinalizamos que os autores com os quais pretendemos dialogar nessa pesquisa estão situados em escolas filosóficas distintas. Contudo, tais autores possuem pontos em comum, concretamente: a interação entre suas pesquisas para um diálogo interdisciplinar sobre os temas que esta pesquisa evoca – ou seja, os povos ciganos nas produções científicas.

Dessa forma, o trabalho constitui-se de uma pesquisa qualitativa, de enfoque interpretativo, com base na análise documental. A escolha dos autores foi dedutiva, realizada com as buscas em sites acadêmicos especializados, tais como: a plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e livros impressos.

Durante o tempo de escrita e análise desta pesquisa, optamos por um estudo que analisasse os currículos dos cursos de pedagogia de duas instituições federais de Ensino Superior, a UFF e a UFRJ. Após a qualificação, a pesquisa foi ampliada e isso demandou novos horizontes metodológicos. Nesse sentido, o trabalho foi ampliado para entendermos e analisarmos as pesquisas realizadas nos cursos de pós-graduação de todas as universidades do Brasil. O período de coletas de dados para realização desta pesquisa ficou compreendido entre os meses de dezembro de 2022 a março de 2023.

Como fonte de dados, utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, também conhecido como Plataforma Sucupira. Nesse repositório de trabalhos, utilizamos como ferramenta de busca a palavra-chave “cigano” e sua variação no plural: “ciganos”. Feito isso, encaminhamos para um banco de dados, o qual forneceu informações importantes para a pesquisa, tais como: ano de apresentação; nome dos autores dos trabalhos; instituições; resumos; grande área de conhecimento dos programas de pós-graduação; área de conhecimento dos programas de pós-graduação; acesso à leitura dos trabalhos. Desse modo, foi possível adotar o recorte temporal de dez anos (2012 a 2022); ou seja, as teses e as dissertações nas quais constavam a palavra-chave da pesquisa e que foram defendidas nesse período.

É importante pontuar que, primeiramente, optamos pelo termo “romani” no processo de busca de palavras, uma vez que:

O termo “cigano” carrega uma conotação negativa, construída ao longo de séculos pelos não ciganos. É normal que “entre eles a denominação fosse calés (singular caló), e ainda rons ou rones” (RAMOS, 1947, p. 269). O exônimo para tal grupo se denomina “Romani” ou “Roma”, que carrega a tradução, no singular, a palavra “homem”. Essa foi aceita e também apropriada para indicar a língua

usada por algumas dessas famílias que é repassada oralmente como parte da tradição (FONTANA, LUCAS, 2020, p. 2).

Seguindo o que ilustra a afirmação dos autores supracitados e utilizando o termo já citado, “romani”, a Plataforma Sucupira destacou somente uma publicação, sendo que o restante do resultado da busca era composto por sobrenomes de autores, e não por produções científicas. Com base nesse primeiro resultado, optamos pela pesquisa com a palavra “ciganos”, visto a sua popularidade e utilização em alguns textos e publicações, ou seja, foi onde encontramos as produções – teses e dissertações – que analisaremos adiante.

Dos trabalhos encontrados, tanto de mestrado como doutorado, as produções anteriores a 2012 não entraram nesta análise, pois são obras que antecederam a Plataforma Sucupira e, portanto, não fornecem dados de resumo ou acesso aos trabalhos apresentados na mesma. Com apoio de um diário de bordo, fomos anotando os dados expostos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, tais como: as instituições e as regiões onde mais trabalhos foram realizados com a temática “ciganos”. Esse mesmo diário se tornou um campo de anotações de dados relevantes para a pesquisa, sendo utilizado para anotações numéricas que expõem a quantidade de trabalhos e suas ocorrências nas grandes áreas e nas áreas do conhecimento, outra categoria também apresentada pela Plataforma Sucupira.

Foram encontrados na plataforma Sucupira um total de 103 trabalhos sendo: 72 dissertações de mestrado e 31 teses de doutorado. Para caráter de análise dos trabalhos, alguns critérios de exclusão foram definidos, tais como: trabalhos anteriores a plataforma; trabalhos que apenas citavam o termo cigano, não sendo uma pesquisa direcionada a este grupo étnico a qual denominamos de “Outros temas”. A partir desses dois critérios foram excluídos:

- a) Mestrado: 8 (oito) trabalhos anteriores a plataforma e 18 (dezoito) trabalhos sobre outros temas
- b) Doutorado: 1 (um) trabalho anterior a plataforma e 6 (seis) trabalhos sobre outros temas.

Após essas exclusões restaram 24 (vinte e quatro) teses de doutorado e 46 (quarenta e seis) dissertações de mestrado, totalizando, ao final 70 trabalhos.

Para maior fluidez da pesquisa, apresentaremos, ao longo deste trabalho, gráficos e tabelas sobre o processo de construção de dados. É importante sinalizar que no decorrer do levantamento e das análises das produções acadêmicas encontradas,

identificamos trabalhos que não possuem divulgação autorizada do texto completo da pesquisa, os quais sinalizamos em notas de rodapé.

A pesquisa é qualitativa, pois analisamos e interpretamos os dados encontrados na Plataforma Sucupira, a partir de um olhar de relevância sobre essas produções, destacando: as instituições, as regiões e, até mesmo, as temáticas onde estes assuntos foram menos pesquisados. Para tanto, a interpretação dos dados aconteceu de forma criteriosa, com base em leitura dessas obras e destaque dos seus pontos mais relevantes, no sentido de pensarmos a diversidade e a luta antirracista dos povos ciganos na produção científica. Nessa etapa da pesquisa, o processo de produção do conhecimento levou em consideração que:

Para o desenvolvimento e o alcance dos objetivos almejados com a pesquisa qualitativa, o pesquisador configura-se como personagem essencial. Será ele, mediante o levantamento de um problema e permeado por hipóteses sobre este problema, que vai à campo para encontro com o meio, os objetos e os sujeitos a serem pesquisados em busca de respostas e de construir conhecimento (RODRIGUES, OLIVEIRA, SANTOS, 2021, p. 160).

Construímos essa pesquisa e compreendemos que este estudo do estado da arte que realizamos é um importante olhar sobre o que se tem produzido e sobre as formas como essas pesquisas se construíram em dez anos. Ao longo desse tempo, diversas transformações ocorreram no Brasil, com investimentos em pesquisas e, também, com retrocessos presenciados nos últimos anos. Entre esses retrocessos, destacamos o sucateamento da educação que, de certa forma, abalou as áreas de pesquisa e extensão de importantes instituições de ensino, bem como repercutiu na luta constante de movimentos sociais pelos direitos das minorias étnicas deste país. Dessa forma, na construção e análise dos dados nos preocupamos com a ideia de que:

O pesquisador tem para a análise diferentes representações e signos que se apresentam como um conjunto de informações que a partir dali precisa ser interpretado e articulado com a literatura já existente para ampliar o conhecimento atual e transformá-lo em novos códigos sociais, sendo essa a construção fundamental do pesquisador (RODRIGUES; OLIVEIRA; SANTOS, 2021, p. 164).

Com base nessa preocupação, nosso trabalho também contempla uma análise quantitativa, pois apresentaremos reflexões sobre a quantidade de trabalhos produzidos pelas instituições em diferentes regiões do país. Tais análises, de acordo com Rodrigues, Oliveira e Santos (2021), partem da ideia de que na perspectiva da pesquisa quantitativa o pesquisador fundamenta suas observações e análises com base em técnicas fidedignas, as quais oportunizam informações precisas e sem duplicidade. Ao adotarmos o critério

qualitativo, entendemos que os mesmos permitem trazer à tona produções, debates e incômodos relacionados a temas como o “racismo” dentro das instituições. Tal identificação do racismo nos possibilitou reconhecer que o mesmo reverbera no quantitativo das produções acadêmicas realizadas nas diferentes instituições e regiões do país, bem como na colaboração para a efetivação de um conhecimento científico sobre os povos ciganos em estudos e pesquisas.

Ampliando olhares e percepções das pesquisas produzidas, para uma melhor compreensão, agrupamos os trabalhos em dimensões que nos auxiliaram não somente na organização dos trabalhos, mas também, e principalmente, na sistematização dos principais temas sobre os quais os referidos trabalhos estão situados. As construções dessas dimensões aconteceram com base nos dados da própria pesquisa; ou seja, nas principais incorrências identificadas nos trabalhos. São dimensões pós-estabelecidas, concretizadas após a leitura atenta dos: títulos das obras; resumo e palavras-chave; conclusões; e, em alguns casos possíveis, leitura de todo o conteúdo da obra. Com isso, a organização dos dados nos levou a 6 (seis) dimensões.

De acordo com os critérios da análise temática, para definição das dimensões, as teses e dissertações foram agrupadas da seguinte forma: identidade – 21 (vinte um) trabalhos; exclusão social/políticas públicas – 14 (catorze) trabalhos; representações sociais – 7 (sete) trabalhos; cultura – 7 (sete) trabalhos; educação – 9 (nove) trabalhos; outros temas – 12 (doze) trabalhos. Com isso, voltamos ao objetivo geral da pesquisa, que consiste em apresentar um panorama sobre as produções científicas – teses e dissertações – que abordam os povos ciganos. Assim, a coerência desta toma como base o argumento de que os estudos do estado da arte:

São justificados por possibilitarem uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes (ROMANOWSKI, ENS, 2006, p. 41).

Como destacamos acima, foram as temáticas dos trabalhos, autores e vozes neles evocadas que nos levaram à divisão dos temas nas dimensões indicadas. No Quadro 2 destacaremos as dimensões que compõem este trabalho e algumas descrições sobre elas. Desde logo, sinalizamos que as análises sobre essas dimensões serão realizadas no capítulo quatro no qual tratamos de realizar uma descrição e análise mais profunda sobre cada uma das obras, bem como sobre as contribuições desses trabalhos no avanço dos estudos que contemplam os povos ciganos.

Quadro 2 - Dimensões adotadas na pesquisa

Dimensões	Descrições
<b>Identidade</b>	Podemos entender que quando alguém se <i>auto define</i> como cigano o faz enunciando os atributos e as qualidades próprias e exclusivas implicadas em sua noção do que significa pertencer ao “povo cigano”. Relacionado a isso, aquele que se auto define pode ou não <i>se autodeclarar</i> publicamente, “manifestando” e “patenteando” uma identidade étnica específica. Consequentemente quem se <i>auto identifica</i> como cigano estabelece sua identidade e reconhece a si mesmo como tal (SHIMURA, 2017, p. 47, grifo do autor).
<b>Outros temas: gênero</b>	Louro (1997) pondera que, inicialmente, os Estudos Feministas se ocuparam da denúncia da opressão das mulheres, sendo esta a gênese do conceito de gênero. Foi então a partir dos estudos da mulher (sendo importante, nesse momento histórico, dentre outras obras, a obra de Simone de Beauvoir, no ano de 1949, “O Segundo Sexo”), que se constituiu a crítica essencialista dos gêneros, entendendo-os como construção cultural, em seu aspecto relacional, não apenas girando em torno de papéis masculino e feminino, mas sendo estruturado por uma ampla gama de instituições sociais, como escola, Estado, igreja e família (JANUÁRIO JUNIOR, 2019, p. 24).
<b>Outros temas: raça</b>	Raça não é um termo fixo, estático. <sup>2</sup> Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da <i>raça</i> sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito <i>relacional</i> e <i>histórico</i> . Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2019, p.18).
<b>Outros temas: infância</b>	A concepção de infância entre os Calons passa também pelo processo contínuo de cuidado e proteção com aquele outro sujeito que é o outro. Este outro, compreenda que a relação de cuidado que recebe, é parte constitutiva nesta noção da rede de cuidados com suas crianças. A exemplo, para algum determinado casal de pai e mãe, seus respectivos filhos sempre serão considerados como crianças, como alguém que sempre receberá sua estima, seu carinho, cuidado e proteção, tanto afetiva quanto material. Estando assim circunscrita nesta rede de manutenção e cuidado contínuo, o sujeito pode ser lido nesta relação como uma criança, embora para, os não-ciganos este ser já seja uma pessoa velha (MONTEIRO, 2019, p. 217-218).
<b>Outros temas: saúde</b>	Algumas questões gerais, como acesso a serviços de saúde, sistemas de proteção social, pobreza, dupla discriminação (étnica e de gênero) e determinantes sociais demarcam as condições de vida dos ciganos. Fatores sociais, políticos, econômicos e culturais determinam o processo saúde-doença a partir do tipo de população, da forma de enfrentamento dos agravos, e das noções de saúde. Ao considerar a

	definição de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS) como um conceito amplo, que engloba aspectos físicos, psíquicos, culturais, sociais, e não apenas a ausência de doença, se amplia o olhar sobre a diversidade (SILVAA, 2016, p. 17).
<b>Exclusão social /políticas públicas</b>	Considerados “hóspedes indesejados” em diferentes países e continentes, os ciganos convivem secularmente com a discriminação e com a exclusão social. Acresce que com a recente crise econômica e o avanço do discurso de extrema-direita em países europeus, as políticas discriminatórias contra as populações ciganas agravam-se no continente. Ainda assim, são cada vez mais expressivas as organizações ciganas tanto na Europa como no Brasil, engajadas na luta pelo reconhecimento. Diante das dificuldades enfrentadas, cada vez mais estão sendo reivindicadas políticas de inclusão voltadas para os ciganos brasileiros (MENINI, 2015, p. 12-13).
<b>Representações sociais</b>	Trata de classificações e divisões que organizam o mundo social como categorias de percepção do real sendo variáveis de acordo com os grupos e classes sociais. O poder e a dominação estão sempre presentes e, dessa forma, o discurso nunca é neutro (DURANTE, 2014, p. 19).
<b>Cultura</b>	Investigar sobre a cultura cigana é contribuir na difusão da identidade de um povo rico em história, arte e cultura. Ciganos são grupos étnicos que se agrupam em famílias numerosas, formando acampamentos, divididas em várias etnias (ROCHA, 2019, p. 9).
<b>Educação</b>	Nesses diversos contextos históricos e culturais, e nos grupos que compõem uma sociedade, a educação organiza-se de forma diferente, os modos de ensinar e de aprender são distintos. Segundo Brandão (1993), a educação existe em cada povo, difusa em todos os espaços sociais, inserida na vida cotidiana, podendo existir de modo livre, ser transmitida de modo oral dos mais velhos aos mais novos; ou ser sistematizada, hierarquizada, através do ensino formal, perpassada pelos conhecimentos da pedagogia (PINTO, 2017, p. 42).

Fonte: Elaboração nossa (2023).

Este trabalho colabora para um olhar sobre a diversidade que precisa ser representada dentro dos espaços acadêmicos e de ensino. Nesse contexto, pretendemos não somente produzir um estudo do estado da arte, mas lançar um olhar crítico sobre a inclusão e/ou exclusão dos povos ciganos das pesquisas científicas. Para além disso, almejamos construir reflexões sobre o desmonte das universidades públicas enquanto projeto de falência da educação, para que alguns sujeitos continuem na invisibilidade, ou seja, para que não haja questionamento das estruturas sociais racistas e excludentes.

## IV CAPÍTULO

*Cigano bandeirante em busca de cristais  
canta, dança, representa. Dá vida a nossos  
laços culturais. Cigano-rei, mineiro  
iluminado o mundo não vai esquecer.  
Plantou no solo brasileiro, a realização do  
amanhecer.*

*(FARIA, GELSON, MACHADO  
FLAVINHO, 1992)*

### 4. ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste quarto capítulo apresentamos um levantamento sistematizado e análise dos dados coletados pela presente pesquisa, na qual se utilizou de um trabalho bibliométrico com recorte temporal de dez anos (2012 a 2022) no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Plataforma Sucupira<sup>13</sup>. Durante o período de coleta, foram selecionadas e analisadas as produções de mestrado e doutorado que se debruçam sobre o tema “ciganos”. Deste modo, apresentamos neste capítulo os dados formulados a partir da pesquisa. Essa apresentação contempla gráficos e quadros que auxiliam o leitor e a leitora na melhor compreensão das análises elaboradas. Compensa destacar que ao produzirmos este levantamento também identificamos o pioneirismo e ineditismo da presente pesquisa, a qual poderá servir como fonte para novos estudos sobre os povos ciganos. Em outras palavras, colocar em evidência suas especificidades, enfrentamentos, lutas e o desejo de que sua cultura e tradição sejam reconhecidos e respeitados como salvaguarda de que o Estado Brasileiro garanta a esta população o seu reconhecimento, a partir da respeitabilidade aos seus costumes e crenças.

#### 4.1 Povos ciganos nas produções da pós-graduação brasileira: o que dizem os números?

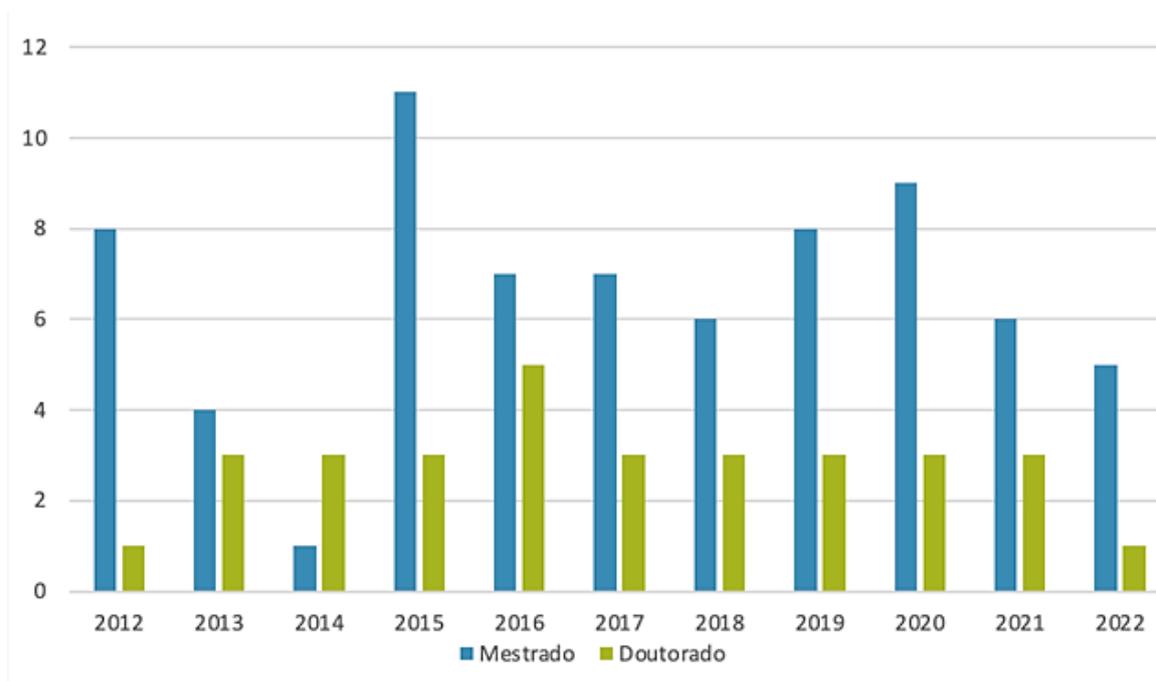
Buscamos traçar, por meio dos resultados apresentados, um trabalho que funcione como um indicativo acerca do que se tem produzido e debatido a temática dos povos ciganos nas Instituições de Ensino Superior brasileiras (IES), enfatizando a autoria dos (as) pesquisadores (as), localidade (por região e programas de pós-

---

<sup>13</sup> O nome da Plataforma Sucupira é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes dos dias de hoje. Newton Lins Buarque Sucupira nasceu em Alagoas em 9 de maio de 1920 e faleceu no Rio de Janeiro em 26 de agosto de 2007. O acadêmico tinha formação em história e filosofia da educação e foi referência na educação brasileira. Para maiores detalhes, ver: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/plataforma-sucupira>. Acesso em: 12 jun. 2023.

graduação), bem como as suas dimensões de gênero, sociais, étnico-raciais, educacionais, dentre outras. Nesse sentido, na Figura 2 apresentamos através de um gráfico o panorama geral sobre o qual a presente pesquisa se debruça.

**Figura 2** - Produções acadêmicas (Mestrado e Doutorado), no período de 2012 a 2022, que tiveram como temática os ciganos



Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

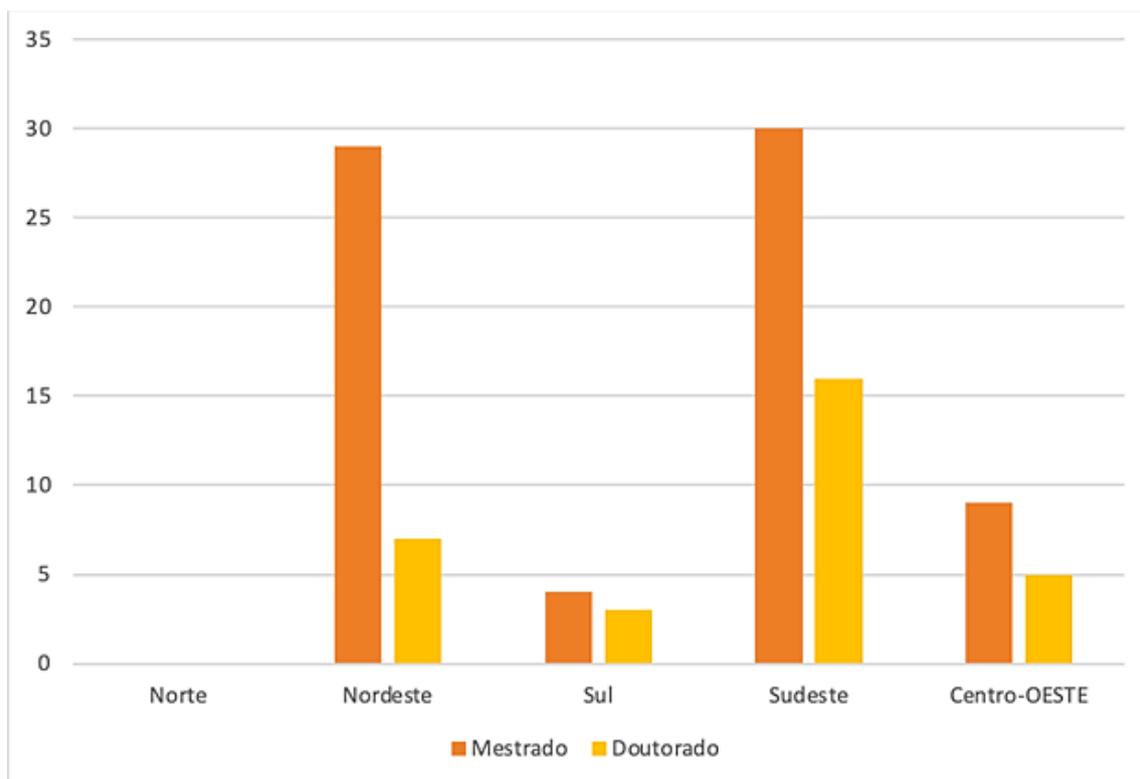
Os dados expostos na Figura 2 indicam um total de 103 trabalhos com/sobre a temática cigana, produzidos na pós-graduação stricto sensu – mestrado e doutorado – nos últimos dez anos no cenário brasileiro. De acordo com a base de dados utilizada, Plataforma Sucupira, essas produções são mais frequentes nas pesquisas de mestrado do que nas de doutorado. Destaca-se, também, um aumento significativo dessas produções no ano de 2015 e de 2020. Observamos que os cursos de doutorado tiveram uma produção muito pequena, tanto em 2012 quanto em 2022. O maior número de produções de doutorado foi identificado no ano 2016, mantendo-se estável nos anos que se sucederam, exceto pela queda significativa no ano mencionado anteriormente 2022.

O mestrado possui o tempo de duração de dois anos e o doutorado de quatro anos. Nesse período, a/o pesquisador/a desenvolve sua pesquisa apresentando, ao final do curso, um trabalho – sendo uma dissertação ou tese – que contribui para avanços de pesquisa sobre o tema proposto. Nesse sentido, a/o pesquisador/a faz com que suas contribuições de estudos e pesquisas enriqueçam a produção científica. No gráfico

apresentado na Figura 2, podemos perceber o aumento de produções entre os anos de 2015 e 2016 para mestrado e doutorado. De acordo com Schwartzman (2022), as informações do CNPq apontam que entre os anos de 1993 a 2016 houve um aumento nos grupos de pesquisa, passando de 4 mil para 38 mil; também, houve um aumento na quantidade de instituições participantes – de 99 instituições para 531 – o que gerou uma ampliação nos números de pesquisadoras/es representando o crescimento no sistema de pesquisa.

Segundo Aquino (2020), com a assinatura do Decreto nº 36.137, de 13 de julho de 2006, o estado brasileiro reconheceu e incluiu a comunidade cigana do país no rol das comunidades tradicionais. Este decreto, segundo o autor, discorria sobre a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, onde a redação de um dos seus artigos previa a salvaguarda da cultura cigana por meio de associação de preservação da cultura cigana e um centro de discussão Romaní. O pesquisador em questão pontua que esse documento foi revogado pelo Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que instituiu o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, garantindo vaga neste conselho segundo o decreto para representantes dos povos ciganos. Possivelmente, o cenário de mudanças no texto do decreto de 2006 ampliou os debates e as discussões no campo dos direitos dos povos ciganos e, por conseguinte, reverberou no aumento das produções científicas voltadas aos povos ciganos observados nos de 2015 e de 2016, sobretudo em algumas regiões do país – conforme exposto no gráfico da Figura 3.

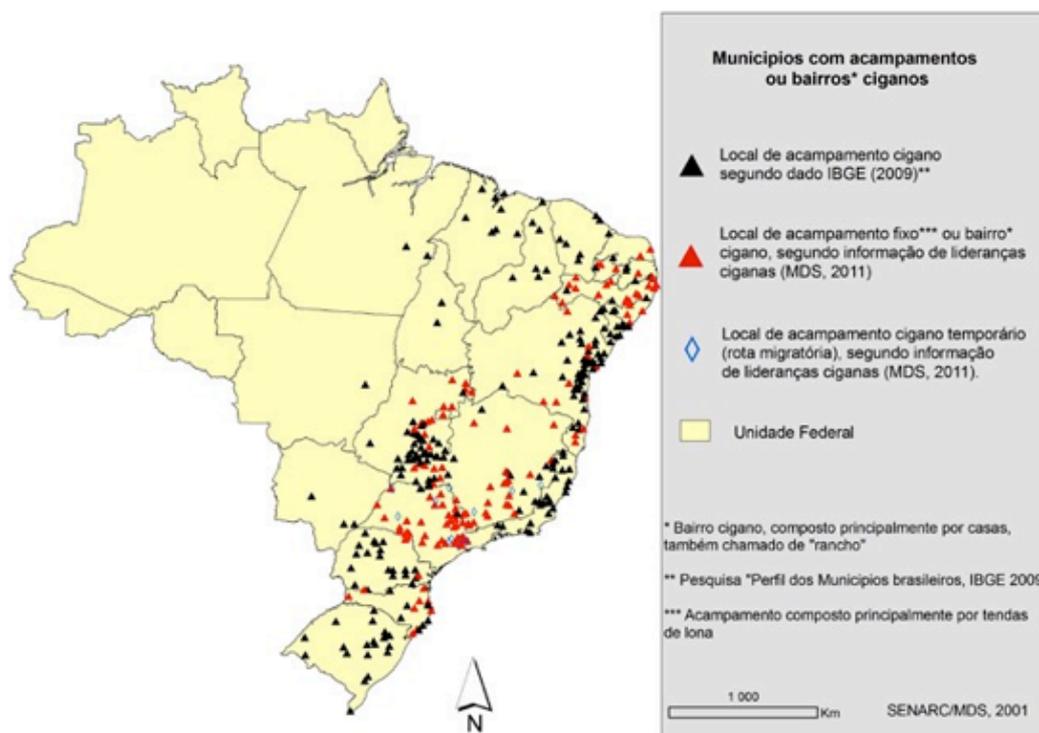
**Figura 3** - Produções acadêmicas por regiões do país que tiveram como temática os ciganos



Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

Os dados apresentados no gráfico acima, Figura 3, indicam as regiões do Brasil nas quais foram realizados trabalhos sobre a temática “ciganos”. Observamos as regiões que possuíram uma concentração maior e/ou menor de produções acadêmicas sobre o tema: na região Norte do país destacamos a ausência de produção, seja dissertação de mestrado, seja tese de doutorado, com a temática cigana nos últimos dez anos. Essa ausência nos fez indagar sobre a sua razão; ou seja, poderia estar associada, direta ou indiretamente, ao número pequeno ou à inexistência de comunidades ciganas na região? Com o propósito de deixar essa questão mais evidente, apresentamos, na Figura 4, um mapa das comunidades ciganas no Brasil.

**Figura 4** - Mapa das comunidades ciganas por município



Fonte: Brasil (2014).

No mapa apresentado na Figura 4, percebemos que não consta a presença de locais de acampamentos fixos para ciganos na região Norte do Brasil. Constam somente três locais de acampamentos, sendo dois deles no estado do Pará e dois no estado de Tocantins. Entretanto, é importante destacar que esses dados são primários (BRASIL, 2014). Com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada em 2011, foram apresentados 291 acampamentos ciganos em 21 estados brasileiros, sendo os estados com maior número de acampamentos ciganos: Bahia (53), Minas Gerais (58) e Goiás (38), respectivamente.

Outro documento analisado foi (BRASIL, 2018). De acordo com este documento, em março de 2018 foram identificadas 22.003 pessoas de etnia cigana no Cadastro Único<sup>14</sup>, dentre as quais 14.907 são participantes do projeto Bolsa Família (BRASIL, 2018). O documento apresenta uma tabela sobre a presença de ciganos nos estados brasileiros. Para fins de melhor compreensão, essa tabela foi reproduzida abaixo.

<sup>14</sup> Para maiores informações, consultar: <https://www.gov.br/mds/pt-br/cadunico#:~:text=O%20que%20é%20o%20Cadastro,públicas%20voltadas%20para%20essa%20população.>

**Tabela 1** - Quantitativo de ciganos em cada Unidade da Federação.

<b>Tabulação Pessoa Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos.</b>			
Em Família Cigana			
UF	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Acre	3	4	7
Alagoas	255	287	542
Amapá	7	6	13
Amazonas	19	42	61
Bahia	3.356	3.419	6.775
Ceará	193	276	469
Distrito Federal	62	58	120
Espírito Santo	372	371	743
Goiás	1.170	1.288	2.458
Maranhão	561	596	1.157
Mato Grosso	37	39	76
Mato Grosso do Sul	16	17	33
Minas Gerais	1.328	1.469	2.797
Pará	65	68	133
Paraíba	467	512	979
Paraná	258	270	528
Pernambuco	334	354	688
Piauí	288	359	647
Rio de Janeiro	244	285	529
Rio Grande do Norte	278	320	598
Rio Grande do Sul	81	98	179
Rondônia	11	14	25
Roraima	1	0	1
Santa Catarina	85	74	159
São Paulo	625	714	1.339
Sergipe	371	427	798
Tocantins	76	73	149
<b>Total</b>	<b>10.563</b>	<b>11.440</b>	<b>22.003</b>

Fonte: Brasil (2018). Atendimento a povos ciganos no SUAS.

A tabela 1 é referente à quantidade de ciganos em cada Unidade da Federação; essa organização foi feita considerando o sexo masculino e feminino (BRASIL, 2018, p. 11). Com os dados da tabela em questão e com base nos dados da Figura 4, é possível afirmar que a região Norte possui a presença de ciganos mesmo que em pouco número,

levando-se em consideração outros estados brasileiros. Neste caso, podemos suspeitar, portanto, que se trata de um processo profundo de invisibilidade dessa etnia, provocando, inclusive, profundas marcas de epistemicídios que impactam na formulação de políticas públicas.

O cruzamento de dados como estes nos ajuda a escapar de respostas imediatas que reforçam os preconceitos e discriminações, frutos do racismo estrutural que fomenta o apagamento da etnia cigana. O racismo estrutural, como aponta Almeida (2019), deseja o poder e a supremacia de uma raça sobre a outra. Nesse sentido, estabelece categorias entre os grupos sociais como forma de domínio e controle social e econômico. A função do racismo estrutural consiste em perpetuar desigualdades e marginalizar etnias, subjugando-as por outra nessa sociedade que, ao longo de sua história, foi estruturada para deixar as minorias étnicas – e aqui situamos os povos ciganos – totalmente fora do sistema social, político e econômico. No campo político, o racismo estrutural atua provocando invisibilidades e negação de direitos, de modo que a presença e a existência não sejam documentadas. Sinalizamos, neste ponto, uma declaração feita pelo ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, na reunião ministerial do dia 22 de maio de 2020, ao se referir aos povos indígenas e os povos ciganos:

Odeio o termo 'povos indígenas', odeio esse termo. Odeio. O 'povo cigano'. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios (G1, 2020).

A declaração do ex-ministro da educação denota totalmente o seu ato de ignorar a grandeza demográfica, étnica e intercultural que coexiste no Brasil. Além disso, é uma fala de propagação de preconceito e racismo, uma vez que a mesma tece – de forma palpável – o quanto o racismo estrutural produz violências que vitimizam as minorias políticas de nossa sociedade. O racismo estrutural, muitas vezes negado por autoridades e instituições, revela-se constante. Entretanto, o papel das autoridades deveria ser o de criar mecanismos de proteção às minorias étnicas, ao invés de reverberar, em seus discursos, práticas racistas sob alegação de que não é necessário garantir direitos os povos que foram racializados, sob uma ideia de generalização de nacionalização.

No cenário da educação brasileira, no qual o referido ministro foi responsável pela pasta, os ciganos passaram a ser mencionados em políticas públicas somente em

2012, quando foi promulgada a Resolução nº 3, de 16 de novembro de 2012, que estabeleceu as diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância (BRASIL, 2012). Nesse documento ficou garantido que os sistemas de ensino se adequem às particularidades dos estudantes – crianças, jovens e adultos – que se encontrem nessas condições. Sobre isso, Pereira (2020) destaca que:

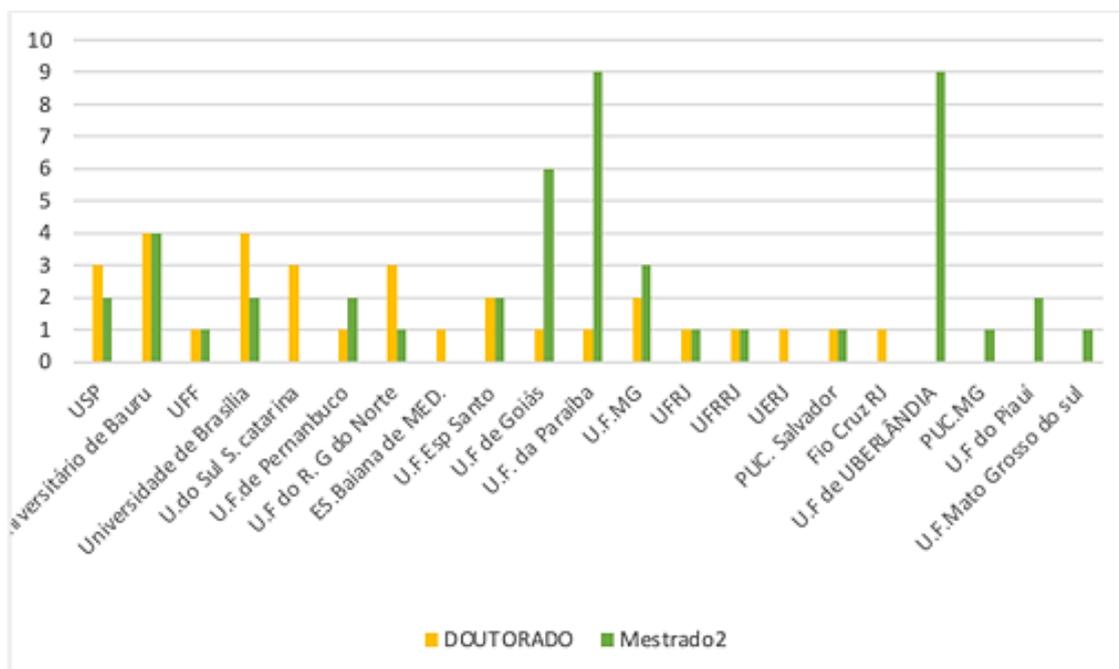
O Brasil, em virtude dos variados processos migratórios pelos quais passou, possui um diversificado e significativo conjunto de minorias étnicas. Com exceção dos indígenas, as demais minorias têm à sua disposição escolas tradicionais/monoculturais às quais devem se adaptar, incluir-se. Entretanto, pela forma como está estruturada, essa escola não é atrativa para essas populações, ocasionando com isso o abandono. Para os ciganos, a escola apresenta-se ainda mais desinteressante. A razão disso está no sentimento de não pertencimento destes diante dos elementos que compõem o contexto escolar. A criança, bem como o jovem cigano são constantemente alvo de preconceitos, desconfianças e xenofobias e são tratados com desconfiança tanto pelos colegas quanto pelos professores e funcionários (PEREIRA, 2020, p. 456-457).

A escola, o currículo e o ensino precisam estar alinhados e em diálogo com docentes, discentes e a sociedade atual. É necessário que a educação esteja integrada e explore a diversidade que nela está presente, fazendo com que os estudantes entendam a sua construção histórica, as lutas sociais e os diferentes grupos étnicos que estão espalhados pelo Brasil. Muitos desses grupos encontram-se vivendo às margens da sociedade, como é caso dos povos ciganos, que de forma excludente são vítimas de violências e preconceitos. Nesse sentido, compete à estrutura escolar estimular o estudante para uma formação que desperte a sua intelectualidade e a sua formação política, interagindo com as relações sociais e com o ambiente em que vive. O currículo, por sua vez, deve ser aplicado numa perspectiva crítica, levando os discentes a refletirem sobre todas as situações econômicas excludentes, refletidas no âmbito social.

Retomando as discussões, podemos voltar aos dados apresentados no gráfico da Figura 3, em que observamos que as Regiões Nordeste e Sudeste apresentam um grande número de trabalhos com a temática ciganos, sendo a predominância dos trabalhos na Região Sudeste. Analisando dados fornecidos pela CAPES, compreendemos que na Região Sudeste há uma maior concentração de programas de pós-graduação, sendo 397 na região Centro-Oeste, 960 na Região Nordeste, 283 na Região Norte, 974 na Região Sul e 1979 na Região Sudeste (CAPES, 2023). Essa grande quantidade de Programas de pós-graduação na Região Sudeste pode refletir, em certa medida, a sua potência em produzir trabalhos e debates, refletindo as vivências e lutas das populações mais

vulneráveis e desassistidas de políticas públicas, entre elas os povos ciganos. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender, também, quais são as instituições onde a temática “ciganos” se mostra mais reiterativa nas produções da pós-graduação, conforme ilustra o gráfico apresentado na Figura 5.

**Figura 5 -** Universidades com produções no mestrado e no doutorado com/sobre ciganos



Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

No gráfico exposto na Figura 5, apresentamos as universidades com produções no mestrado e doutorado com a temática ciganos. Algumas instituições, em determinados estados, acabam se destacando na pesquisa voltada aos povos ciganos. Entre essas instituições os dados ressaltam: Universidade de São Paulo (USP) – 5 produções; Centro Universitário de Bauru (ITE) – 8 produções; Universidade de Brasília (UnB) – 6 produções, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) – 3 produções, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – 4 produções; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – 4 produções; Universidade Federal de Goiás (UFG) – 7 produções; Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – 11 produções; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 5 produções; Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – 9 produções.

Como mencionado anteriormente, na região Sudeste está concentrada a maioria dos programas de pós-graduação; juntas as universidades da Região Sudeste apresentam 40 produções sobre a temática “ciganos”. Entre as universidades do Sudeste que

produziram trabalhos com temas ciganos destaca-se a Universidade Federal Fluminense (UFF), que possui um de seus *campus* no interior do Estado do Rio de Janeiro em Santo Antônio de Pádua (UFF/Infes/), onde funciona o programa de mestrado PPGEn e local de realização desta pesquisa, o que possibilita novos olhares sobre as produções acadêmicas relacionadas ao povo cigano.

Mesmo com uma produção de dois trabalhos que apontamos no gráfico da Figura 5, a UFF avança dentro da proposta de ampliar os estudos da temática cigana. A Universidade Federal Fluminense, como beneficiária do programa Reuni, possui polos em muitos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Entre esses polos, destacamos o campus de Angra dos Reis, o qual neste ano de 2023 realizou a Jornada Educação e Ciganidades (UFF, 2023)<sup>15</sup>.

**Figura 6** - Cartaz da Jornada Educação e Ciganidades

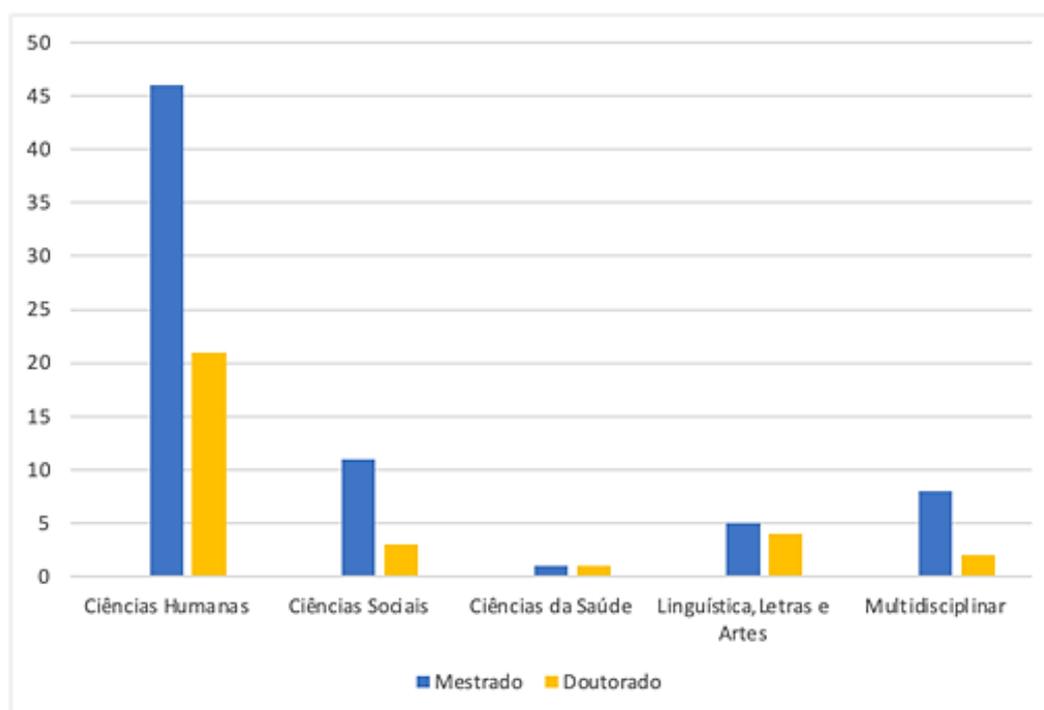


Fonte: Reprodução do site (UFF, 2023).

<sup>15</sup> Essa jornada é fruto de pesquisas e estudos realizados pelo grupo de pesquisa Kijetxawê: currículo, diferença e formação de professores (as) – CNPq que, realizando debates sobre assuntos referentes à temática cigana e com a pertinente necessidade de aprofundamento de temas sobre etnia cigana, organizou a Jornada Educação e Ciganidades. Que a realização desta jornada inspire outras instituições a realizar evento e grupos de pesquisas com a temática voltada às minorias étnico-raciais além de possibilitar mais estudos e pesquisas dentro das universidades, ouvindo a população cigana, aproximando a população não cigana a combater o racismo e o preconceito.

Quanto à Fiocruz, de acordo com os dados da pesquisa, ela tem sido destaque em relação à necessidade de pensar a interseção de raça, etnia e gênero, uma vez que tem pouca produção sobre a temática “ciganos”, com apenas 1 (um) trabalho de doutorado. Em sua maioria, as universidades que possuem uma produção acadêmica significativa sobre povos ciganos estão situadas em estados onde é possível perceber um número relevante de comunidades/acampamentos ciganos. Nesse sentido, a pesquisa buscou identificar, também, as grandes áreas de conhecimento sob as quais estas pesquisas foram produzidas. Essas informações podem ser visualizadas no gráfico da Figura 7.

**Figura 7-** Grandes áreas do conhecimento dos programas de pós-graduação: pesquisas com/sobre ciganos



Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

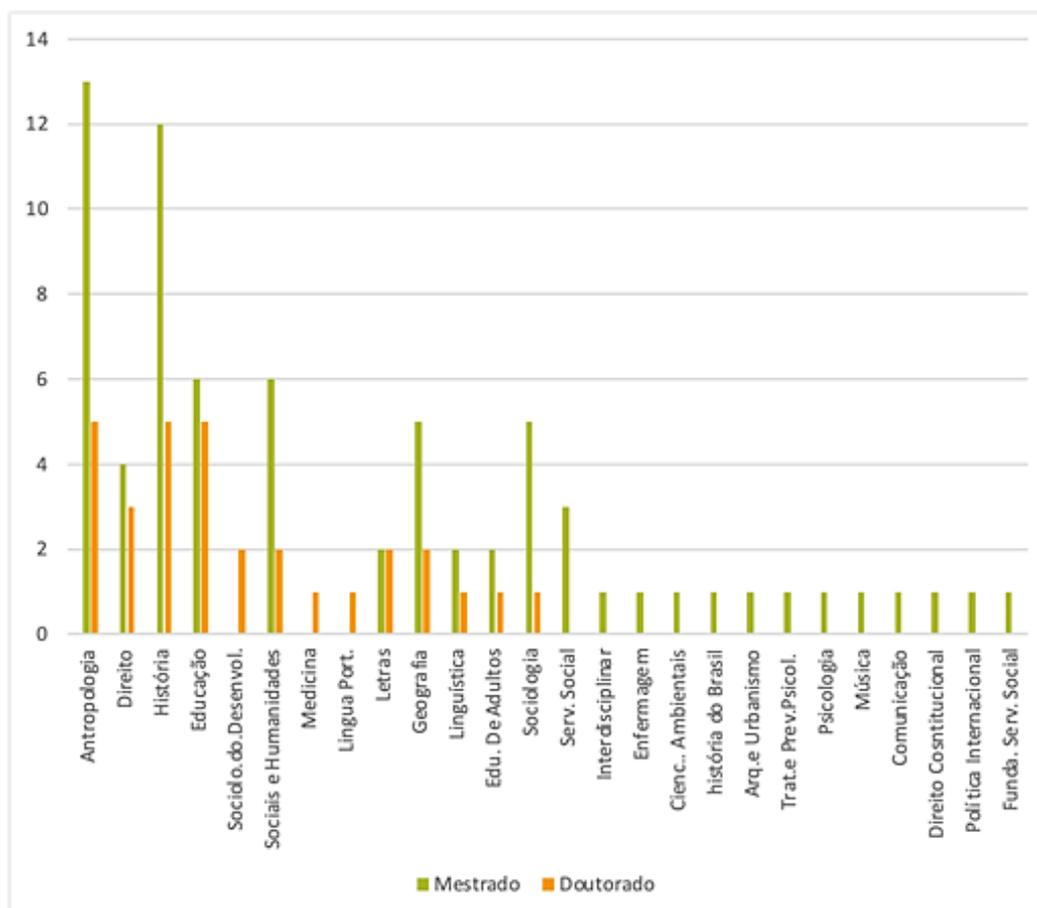
No gráfico que compõe a Figura 7 estão apresentadas as grandes áreas do conhecimento com pesquisas sobre ciganos. Apresentamos, portanto, os cursos que estão dentro de cada grande área da CAPES, com a finalidade de sistematizar tais dados. As Ciências Humanas compreendem os cursos: Antropologia/ Arqueologia, Ciência Política, Relações Internacionais, Ciências da Religião, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia e Sociologia (CAPES, 2023). Nessa área, a temática dos povos ciganos foi a mais pesquisada e objeto de estudo em relação às demais, seja no mestrado ou no doutorado, reunindo uma expressiva quantidade de pesquisas.

Em segundo lugar aparecem as Ciências Sociais, que abrangem os cursos: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis, Turismo, Arquitetura Urbanismo e Design, Comunicação e Informação, Direito, Economia, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e Serviço Social (CAPES, 2023). Observa-se a quantidade de trabalhos em que destacamos um aumento e interesse nesses cursos pela temática étnico-racial, precisamente, 11 (onze) dissertações de mestrado e 3 (três) teses de doutorado.

Na área Multidisciplinar aparecem os cursos: Biotecnologia, Ciências Ambientais, Ensino, Interdisciplinar e Materiais (CAPES, 2023). Nessa grande área ocorre um fenômeno semelhante à área anterior: mais pesquisas na área de mestrado e menos pesquisas no doutorado; ou seja, 8 (oito) produções de mestrado e 2 (duas) de doutorado. Por sua vez, a área de Linguística, Letras e Artes compreende os cursos: Artes, Linguística e Literatura (CAPES, 2023). Nessa área a quantidade de produções ficaram quase que equiparadas nos dois segmentos, sendo 5 (cinco) trabalhos de mestrado e 4 (quatro) de doutorado.

O que desperta nossa atenção é observar que na grande área do conhecimento de Ciências da Saúde, que engloba os cursos de Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Saúde Coletiva (CAPES, 2023), o número de pesquisas seja consideravelmente baixo: 1 (uma) dissertação e 1 (uma) tese. Tal dado nos possibilita questionar a defasagem e urgência para se fomentar pesquisas relacionadas à saúde dos povos ciganos. Ou seja, fica explícita a necessidade de serem realizadas, no país, pesquisas que nos auxiliem na compreensão do acesso dos povos ciganos aos serviços de saúde, bem como a necessidade latente da criação e implementação de políticas que atendam às necessidades e particularidades da população cigana. A baixa representatividade de dados em Ciências da Saúde e em outras grandes áreas levou-nos a incluir a categoria “áreas do conhecimento” à pesquisa, possibilitando-nos identificar os cursos que têm produzido essas pesquisas. Informações sobre essa categoria estão apresentadas no gráfico da Figura 8.

**Figura 8** - Áreas do conhecimento com pesquisas com/sobre povos ciganos: Mestrado e Doutorado.



Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

No gráfico acima, Figura 8, apresentamos as áreas do conhecimento com pesquisas em “povos ciganos” de mestrado e de doutorado. A Antropologia – com 13 (treze) dissertações de mestrado e 5 (cinco) teses de doutorado – e a História – com 12 (doze) trabalhos de mestrado e 5 (cinco) de doutorado – aparecem como as áreas de maior destaque. As pesquisas identificadas nessas áreas dialogam com diferentes frentes de trabalho e discutem temas diversos, como: representações sociais, história dos povos ciganos, movimentos sociais, dentre outros, direcionando sempre essa temática como tema de pesquisa. De acordo com Menini (2015), com o despertar do interesse em pesquisar grupos marginalizados da sociedade, houve, na Europa em muitos países, uma disposição por parte de historiadores em pesquisar os grupos ciganos, onde as pesquisas voltadas para esta etnia obtiveram um número crescente. Segundo a autora, no Brasil a temática cigana ainda continua encontrando entraves quando o assunto é a busca por fontes documentais para se pesquisar determinado período histórico. Para ela:

Os estudos ciganos no Ocidente ganharam fôlego a partir da constituição da “ciganologia” como área específica de conhecimento,

especialmente após o lançamento na Inglaterra da Gipsy Lore Society, primeira revista europeia especializada na temática cigana, cuja primeira edição se deu no ano de 1888. Atualmente, os pesquisadores europeus vinculam a ciganologia à Antropologia Cultural, em diálogo constante com a História e a Linguística (MENINI, 2015, p. 16).

Em seguida vemos as áreas de Educação, de Sociais e Humanidades e do Direito que despontam para um crescimento na produção de trabalhos com a temática “ciganos”. Esses cursos produziram 6 (seis), 6 (seis) e 4 (quatro) trabalhos de mestrado e 5 (cinco), 6 (seis) e 3 (três) teses de doutorado, respectivamente. Nessas áreas, observamos a preocupação com as formas de assegurar os direitos e as leis de acesso à escolaridade, os currículos, bem como a proteção do povo cigano pelo Estado. Tal proteção é reiterativa nessas produções, sendo destacada, de forma explícita, por Melo (2015):

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 232 e, conseqüentemente, a Lei Complementar 70, de 2º de maio de 1993, é a atribuição ao Ministério Público à defesa dos direitos e interesses relativos às minorias étnicas em geral, incluindo dessa forma os ciganos. Mas no que diz respeito aos ciganos e às outras minorias étnicas essas leis vêm sendo de certa forma negligenciadas, principalmente por desconhecimento por parte de quem deveria garantir o direito aos mesmos (MELO, 2015, p. 61).

O reconhecimento pela diversidade e pela luta dos povos ciganos como uma minoria étnica que necessita ser protegida e reconhecida pelo Estado brasileiro como um povo, uma etnia participante da história brasileira, pretende romper estigmas e invisibilidade. Romper estigmas e a marginalização desses povos tem sido a pauta de luta das associações de ciganos e movimentos articulados que buscam maior inclusão e proteção no âmbito das políticas públicas. Nesse sentido, a pesquisa identificou uma tese de doutorado em uma pós-graduação em Medicina. De acordo com Silva A. (2016), no Brasil existe uma extrema carência de pesquisas que abordem o acesso aos serviços de saúde pelos ciganos e por outras minorias étnicas. Para ele:

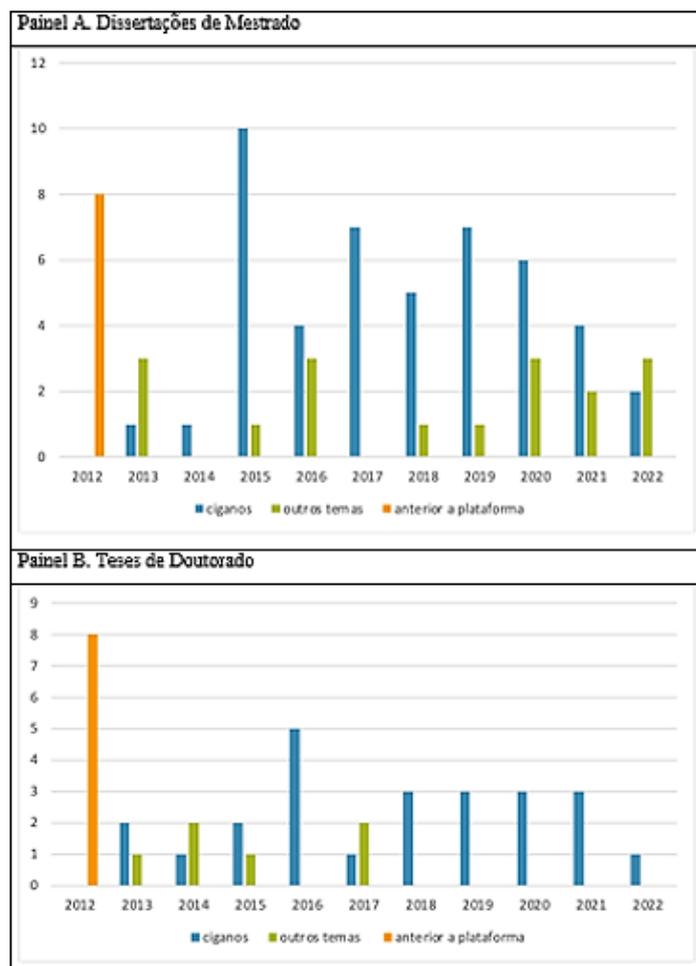
A condição étnica do povo cigano perpassa por direito à saúde, barreiras sociais, econômicas e geográficas, pelos dispositivos em saúde, como acolhimento, vínculo e integralidade, e pelas características culturais, valores e crenças que os diferenciam do grupo majoritário. Observa-se uma lacuna do conhecimento na discussão sobre saúde da população cigana. Evidencia-se a importância da ampliação da discussão do determinante étnico nas questões de promoção da saúde e direito social. Nesta perspectiva, sugere-se que a implantação e a implementação de políticas públicas para o povo cigano devem priorizar os fatores/barreiras mencionados anteriormente, os quais determinam o acesso e a utilização dos serviços de saúde, e conseqüente promoção da saúde e prevenção de

doenças, por meio de ações estratégicas e atividades com potencial de resolutividade rumo à superação das desigualdades (SILVA, A., 2016, p. 30).

A lacuna no processo de produção de conhecimento na discussão sobre saúde da população cigana, conforme destacado por Silva, A. (2016), também se estende à outras áreas do conhecimento. Desse modo, nas demais áreas, tal como apresentado no gráfico da Figura 8, pode-se observar não haver doutorado que aborde o tema cigano e a existência de uma carência de debate profícuo e contínuo no mestrado, percebe-se de forma latente que ainda é necessário e relevante que o debate cresça, com a finalidade de mapear, destacar e registrar a presença dos ciganos no território brasileiro. A ausência identificada neste levantamento revela, conforme dito anteriormente, o epistemicídio associado ao racismo estrutural que afeta a população cigana. Isso deixa evidente a brutal marginalização desses povos, conforme observamos no levantamento até aqui.

Com a finalidade de compreender, de forma mais detalhada, alguns dos indícios que se fazem mais perceptíveis no epistemicídio e no racismo estrutural, presentes nas ausências identificadas nesta pesquisa, abaixo passaremos a desmembrar os dados coletados. Logo, apresentaremos os trabalhos de Mestrado e Doutorado separadamente – Painel A e Painel B –, a fim de sistematizar tais informações e tornar este levantamento mais bem detalhado. A produção desse gráfico levou em consideração a presença da palavra “cigano” e “ciganos”, plural e singular, na Plataforma Sucupira. Contudo, isso não significa que tais produções versem ou dialoguem com a temática ciganos como tema principal, tal como pode ser observado nos gráficos abaixo, que compõem a Figura 9.

**Figura 9** - Trabalhos de mestrado e doutorado dos últimos dez anos nos quais consta a palavra cigano ou ciganos (no singular e no plural)



Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

A figura 9, é composta por dois gráficos, que auxiliam na apresentação de algumas informações da pesquisa, contendo nele as quantidades de teses e dissertações que foram encontradas e que serão analisadas neste trabalho. Este gráfico atende à finalidade de sistematizar a próxima etapa da pesquisa; ou seja, a análise temática das produções identificadas. Nesse sentido, o ponto de partida para esta pesquisa sobre as produções acadêmicas teve como origem a busca, na base de dados utilizada, da palavra “cigano” e “ciganos” – singular e no plural, respectivamente. Dentre as produções encontradas sinalizamos neste gráfico a partir de cores datas e temas que nos auxiliam a compreender como se deu a lógica de análise destas obras.

Em ambos os painéis, as dissertações e teses destacadas pela cor amarela representam trabalhos anteriores à criação da Plataforma Sucupira; portanto, são trabalhos não disponibilizados na íntegra para leitura e pesquisa virtual. Tal fato se

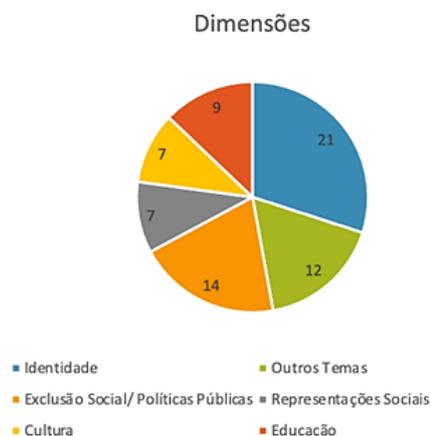
tornou, portanto, critério de exclusão. Ou seja, os anos representados pela cor amarela – que contabiliza um total de 09 trabalhos excluídos – não serão contemplados na análise temática da presente pesquisa. Compensa destacar que ao iniciar a análise dos trabalhos e ao ler os primeiros textos levantados, percebemos que apesar da plataforma indicar determinado número de trabalhos com essa temática, muitos deles somente faziam uma menção – em algum instante – aos ciganos, não sendo este o tema central do estudo. Tais trabalhos – um total de 24 – estão representados pela cor verde, a partir da legenda: “outros temas”, que também se tornou um caráter de exclusão uma vez visto que não se tratavam de produções na qual os povos ciganos foram o foco central da pesquisa.

Sendo assim, conforme mencionado anteriormente no capítulo da metodologia, realizando as análises e fazendo as exclusões pertinentes ao foco desta pesquisa ao final encontramos 70 trabalhos; dos quais 46 são dissertações de mestrado e 24 são teses de doutorado. Esses trabalhos nos ajudam a analisar o que se tem produzido no país quando o assunto é os povos ciganos; ou seja, as mais diferentes temáticas de pesquisa que são associadas a esses povos. Por essa razão, esses trabalhos foram agrupados por categorias e serão apresentados próxima seção, a partir de seis dimensões.

#### **4.2 Povos ciganos nas dissertações e teses: temáticas evocadas**

Neste tópico do trabalho analisamos as produções de teses de doutorado e dissertações de mestrado com a temática ciganos, a partir da leitura e estudo das temáticas investigadas em cada obra. Em um primeiro momento, as produções foram divididas por anos, autores, instituições, regiões, áreas do conhecimento e grandes áreas, com apoio de dados fornecidos pela própria Plataforma Sucupira. Em seguida, por meio de uma leitura das obras disponibilizadas entre os anos de 2012 a 2022, agrupamos os temas em dimensões a partir das temáticas identificadas em cada pesquisa. Essas dimensões serviram para organizar os dados nesta etapa de análise, conforme exposto no gráfico abaixo, Figura 10:

**Figura 10** - Produções com/sobre os povos ciganos: dimensões evocadas nas teses e dissertações



Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

No gráfico que compõe a Figura 10, apresentamos as dimensões que identificamos nos trabalhos de mestrado e doutorado dos últimos dez anos, os quais apresentam os ciganos como tema central de suas pesquisas, dividimos em dimensões pelas quais as abordagens foram mais presentes ao longo de todo o texto dos trabalhos. Essas dimensões abrem caminhos para pensarmos os ciganos e os debates sobre assuntos relacionados a esta etnia, sobretudo aqueles que estão sendo discutidos e debatidos nos processos de construção do conhecimento no âmbito da pós-graduação brasileira, sendo elas: identidades – 21 (vinte um) trabalhos; outros temas – 12 (doze) trabalhos; exclusão social/políticas públicas – 14 (catorze) trabalhos; representações sociais – 7 (sete) trabalhos; cultura – 7 (sete) trabalhos; e educação – 9 (nove) trabalhos.

#### 4.2.1 1ª dimensão: identidades

No âmbito desta pesquisa, compreendemos que o Brasil é um país multiétnico, cujas identidades são fortemente impactadas por uma diversidade de aspectos culturais, econômicos, políticos, ambientais. Nesse contexto, os ciganos – desde os que vivem em acampamentos aos que não vivem em processos e itinerância – lutam pela permanência de sua cultura, oralidade e liberdade de transitarem entre as comunidades, tendo seus direitos de identidade étnica respeitados. De certa forma, os ciganos preservam sua identidade como fator de sua autoestima como grupo étnico e como povo que luta, resiste e sobrevive, sendo esta a forma como se identificam e registram sua pertença ao

grupo étnico (NASCIMENTO, 2021). Com esse entendimento, nesta parte da pesquisa analisaremos as 21 (vinte e uma) produções, cujas ênfases dos trabalhos inscrevem-se na dimensão “identidade”.



**Quadro 3.** Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão “identidades”

<b>Ano</b>	<b>Produto</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Área do Conhecimento</b>	<b>Instituição</b>
2013	Dissertação	Anna Clara Viana de Oliveira	A identidade cigana na modernidade tardia: construções fragmentadas	Linguística	Universidade de Brasília
2013	Tese	Mirian Alves de Souza	Ciganos, Roma e Gypsies: projeto identitário e codificação política no Brasil e Canadá	Antropologia	Universidade Federal Fluminense
2014	Tese	Silvia Régia Chaves de Freitas Simões	Vida cigana: aspectos que configuram as atuais dinâmicas de mudanças dos ciganos brasileiros	Letras	Universidade do Sul de Santa Catarina
2015	Tese	Erisvelton Savio Silva De Melo	Ciganos, novas tecnologias, redes de sociabilidade e identidade	Antropologia	Universidade Federal de Pernambuco
2015	Dissertação	Franco Andrei Borges	A inserção de novos sujeitos no espaço agrário do triângulo mineiro: Os ciganos do assentamento Paulo Faria	Geografia	Universidade Federal de Uberlândia
2015	Dissertação	Indira Silva Alves	História, memória e identidade: os ciganos no interior da Bahia na segunda metade do século XX	História do Brasil	Universidade do Estado da Bahia
2015	Dissertação	Jamilly Rodrigues da Cunha	Olhe nosso centro! Aqui somos todos ciganos: construções identitárias e dinâmicas políticas entre os ciganos de Sousa - PB	Antropologia	Universidade Federal de Pernambuco
2016	Dissertação	Liana Liberato Lopes Carlos	Memória, cultura e Tradição: trajetória histórica dos ciganos em Sobral (1974-2000)	Educação	Universidade Federal do Ceará
2017	Dissertação	Maraisa Lisboa de Souza	Atualização e manutenção da identidade étnica: etnografia sobre o processo de conversão religiosa de ciganos em Cruz das Almas/Ba	Sociologia	Universidade Federal do Recôncavo da

					Bahia
2017	Dissertação	Mario Igor Shimura	Ser cigano: a identidade étnica em um acampamento calon itinerante	Sociologia	Universidade Estadual de Maringá
2018	Dissertação	Adilson dos Reis Felipe	Narrativas de formação de famílias ciganas em Pires do Rio - Go (2000 a 2017)	Educação	Universidade Federal de Goiás
2018	Tese	Brigitte Grossmann Cairus	Ciganos roms no Brasil: (in)visibilidades, imagens e identidades diaspóricas na contemporaneidade	História	Universidade do Estado de Santa Catarina
2018	Dissertação	Grecy Kelle de Andrade Cardoso	Nós somos ciganos. E você, o que é? Processos identitários entre três gerações de ciganos calon no estado do Espírito Santo	Psicologia	Universidade Federal do Espírito Santo
2018	Dissertação	Inês Dourado Araújo	O poeta Laurindo Rabello: história e memória cigana em modinhas e lundus do Romantismo	Letras	Universidade Estadual de feira de Santana
2019	Tese	Cleiton Machado Maia	Optcha! Cigano não é religião? Uma análise da atuação, disputas e controvérsias entre ciganos na cidade do Rio de Janeiro	Sociologia	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2019	Dissertação	Nayara Cristina Cardoso	Entre retratos e visitas: reflexões com famílias ciganas em Tupaciguara-MG	Antropologia	Universidade Federal de Goiás
2020	Tese	Elisabete Pessoa Lima da Silva	Discursos em cena no Cancioneiro da Cidade Nova, de Mello Moraes Filho: um olhar sobre as identidades ciganas	Letras	Universidade Federal Do Rio De Janeiro

2021	Tese	Jeane da Silva Ramos	Quando as “vozes” se tornam visíveis: o panorama de vida de pessoas idosas em comunidades ciganas	Sociais e Humanidades	Universidade Católica Do Salvador
2021	Dissertação	Josefa Felix do Nascimento	Os costumes como fontes das políticas e dos direitos linguísticos em uma comunidade cigana de Itabaianinha-SE	Letras	Fundação Universidade Federal de Sergipe
2021	Dissertação	Wilker Lopes Vieira	Depois do asfalto, lá nos ciganos. Manifestações culturais, identidade e territorialidade em Trindade-Goiás	Geografia	Universidade Federal de Goiás
2022	Dissertação	Arthur Flavio Silva Pinto	Conflito, política e parentesco: aspectos da socialidade cigana em Coelho Neto-MA.	Antropologia	Fundação Universidade Federal do Piauí

Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

Ao analisar a dimensão “identidades”, com base no Quadro 3, observamos que a dissertação de Anna Clara Viana de Oliveira, *A identidade cigana na modernidade tardia: construções fragmentadas*, apresentada no ano de 2013, estuda os processos da identidade cigana, a organização de seus grupos e os discursos para, nas palavras da autora, “desnaturalizar representações e identificações hegemônicas de ciganas/os brasileiras/os” (OLIVEIRA, 2013). Nesse sentido, a autora realiza uma análise da produção de textos vinculada à Embaixada Cigana sobre identidade, diferença e modernidade amparados em aportes teóricos. Ao final, os resultados da pesquisa mostram a produção de uma identidade cigana como uma luta contra a hegemonia (OLIVEIRA, 2013). A construção dessa pesquisa revela-se como uma potência diante de um cenário de ausência de trabalhos científicos, dissertações e teses que analisam as questões mais emblemáticas relacionadas ao imaginário social brasileiro sobre os povos ciganos; ou seja, as diferenças que trazem a diversidade dos povos ciganos.

O texto *A inserção de novos sujeitos no espaço agrário do Triângulo Mineiro: o cigano do Assentamento Paulo Faria*, de autoria de Franco Andrei Borges, aborda a presença e história dos ciganos em Paulo de Faria, suas trajetórias e modos de vida. Nesse sentido, Borges (2015) conduz sua pesquisa analisando o assentamento cigano na referida cidade e o quanto os ciganos, na busca pela sua territorialidade, desempenharam um papel de luta pelo direito ao assentamento-alvo de disputas entre os ciganos e camponeses. Ao final, o autor aponta, por meio da técnica da observação, como se dá a vida, o cotidiano dos ciganos e a identidade cultural desse grupo. Além disso, a pesquisa reflete sobre as políticas públicas e a distribuição de terras nessa região.

Borges (2015) destaca que todos os ciganos se uniram na conquista dos lotes do assentamento e que, mesmo se fixando em um determinado lugar, não perderam sua identidade cultural. Esse trabalho é de grande relevância, pois discute a questão da territorialidade, reforma agrária e assentamentos em uma comunidade cigana. Logo, a referida pesquisa buscou interpretar essas temáticas, tendo a identidade e a cultura cigana como guias para se compreender o universo cigano. Além de ser um trabalho que aponta as necessidades e as políticas públicas necessárias para os ciganos, o estudo contribui para essas temáticas no campo científico.

Apresentando a questão da identidade cigana no estado da Bahia, encontramos a pesquisa de Indiara Silva Souza, *História, memória e identidade: os ciganos no Interior da Bahia na segunda metade do século XX*. Nesta pesquisa, Souza (2015) propõe um

debate sobre a identidade cigana, com a utilização de notícias de jornais da segunda metade do século XX. Para a autora:

Geralmente os ciganos costumam ocupar o lugar da diferença, do sujeito exótico e folclórico em alguns livros e trabalhos acadêmicos. Alguns estudos antropológicos, por exemplo, têm como proposta analisar os ciganos enquanto sujeitos estranhos, exóticos e de cultura nunca antes explorada. Nos jornais, os ciganos aparecem como sujeitos já conhecidos e, portanto, indesejáveis à sociedade, sem se preocupar com a humanização daquele sujeito e a necessidade relacional de todo e qualquer indivíduo para o estabelecimento de uma vida social (SOUZA, 2015, p. 51).

Souza (2015) deixa perceptível o quanto, através dos meios de comunicação, os povos ciganos são representados de forma preconceituosa e tidos como indesejáveis por parte da população não cigana. Aprofundando os diálogos com ciganos Calon, a autora analisa duas obras literárias: *Jorge Medauar conta estórias de Água Preta*, de Jorge Emílio Medauar, e *O tempo é chegado*, de Euclides Teixeira Neto. A pesquisa dialoga com uma bibliografia de relevantes teóricos da área dos estudos culturais e de identidade e, portanto, compreende o tempo, o espaço e as relações de poder entre os grupos sociais em consonância com a identidade cigana.

Jamilly Rodrigues da Cunha é a autora de *Olhe nosso centro! Aqui somos todos ciganos: construções identitárias e dinâmicas políticas entre os ciganos de Sousa – PB*. Nessa pesquisa, a autora promove um estudo partindo da invisibilidade do povo cigano que, mesmo com a Constituição Federal de 1988, sempre esteve invisibilizado e à margem de uma sociedade que fomenta preconceitos. Desse modo, Cunha (2015) destaca que na cidade de Souza, na Paraíba, os ciganos da comunidade reivindicaram seus direitos para que sua identidade étnica pudesse ser respeitada. Eles criaram um Centro Cultural Calon, como forma de reforçar identidade e a cultura. Nesse sentido, a pesquisa conclui que a presença do Centro Cultural Calon vem promovendo também formas de organização entre os ciganos para lideranças comunitárias, como meio de asseguarção de sua cultura e de promoção para a saída da invisibilidade (CUNHA, 2015).

Com uma proposta de um recorte temporal, a pesquisa *Memória, cultura e tradição: trajetória histórica dos ciganos em Sobral (1974 – 2000)*, da autoria de Liana Liberato Lopes Carlos, discorre sobre as memórias, tradições e identidade de uma comunidade cigana na cidade de Sobral. Nesse sentido, a pesquisa de Carlos (2016) analisa diferentes dimensões associadas às identidades, tais como: as memórias desta comunidade; os desafios para sua fixação; os preconceitos que encontraram ao longo do

caminho. Ademais, a pesquisa destacou, também, a resistência desta comunidade cigana em permanecer e enfrentar os desafios, tornando-se parte integrante da história local de Sobral (CARLOS, 2016). A partir das vivências e da história oral dos ciganos, o trabalho relata os enfrentamentos dos ciganos para a reafirmação de sua identidade. Isso deixa evidente que os ciganos precisam ser ouvidos, nas suas trajetórias e históricas, como forma de disseminar os desafios que este grupo étnico ainda enfrenta no Brasil atual.

Maraisa Lisboa de Souza, em sua dissertação apresentada em 2017, busca estudar e compreender o processo de conversão de ciganos em Cruz das Almas/BA. O trabalho intitulado *Atualização e manutenção da identidade étnica: etnografia sobre o processo de conversão religiosa de ciganos em Cruz das Almas/BA*<sup>16</sup> destaca a identidade étnica de grupos de ciganos no processo de conversão ao protestantismo. Concretamente, como estes são percebidos pela sociedade antes e depois da conversão e o que isto implica nas mudanças que ocorrem em suas vidas e na sua cultura (SOUZA, 2017).

Apresentando trabalho sobre as questões acerca da identidade étnica em um acampamento itinerante de ciganos, Mario Igor Shimura nos conduz à pesquisa: *Ser cigano: a identidade étnica em um acampamento Calon itinerante*. Shimura (2017) busca compreender como se dá o processo da identidade étnica de um grupo de ciganos Calons que vivem em acampamento, explorando toda sua configuração social, a ciganidade e as relações entre ciganos e não ciganos. Além disso, o autor busca compreender como se dá a transmissão de conhecimento entre esses povos e suas percepções sobre a escola. Esse trabalho possui relevância, pois se dedica à identidade étnica do ser cigano, a qual é vista pela ótica de ciganos itinerantes da etnia calon. A relevância da pesquisa se revela, também, ao demonstrar como se tecem as relações étnicas, familiares e de grupo entre os ciganos.

Sobre os ciganos do estado de Goiás, destacamos o trabalho de Adilson dos Reis Felipe, intitulado *Narrativas de formação de famílias ciganas em Pires do Rio – GO (2000 a 2017)*. A partir dos relatos das trajetórias de vidas dos ciganos que habitam nos lócus da pesquisa, Felipe (2018) parte de uma revisão bibliográfica sobre a história dos ciganos para resgata os desafios encontrados por esses povos. Na metodologia do trabalho, o autor optou pela pesquisa exploratória, trazendo as narrativas destes ciganos

---

<sup>16</sup> Esse trabalho, na Plataforma Sucupira, não possui divulgação autorizada.

atravessadas por diversas temáticas: cultura, casamento, religião, relações familiares e escolares, as quais são abordadas ao longo de todo o trabalho.

Os ciganos Calons do Espírito Santo são contemplados na pesquisa de Greycy Kelle de Andrade Cardoso, intitulada *Nós somos ciganos. E você, o que é? Processos identitários entre três gerações de ciganos calon no Estado do Espírito Santo*. Nesta pesquisa, Cardoso (2018) investiga os processos identitários e a socialização de ciganos Calons em três gerações vivendo em um acampamento no Espírito Santo. A autora, por meio da abordagem etnográfica, realiza entrevistas e estudos de campo, de modo que as conclusões do seu trabalho ressaltam as memórias dos entrevistados e analisa os fenômenos sociais por eles descritos (CARDOSO, 2018). A ciganidade ainda precisa ser objeto de constante estudos, e este grupo, mesmo enfrentando constantes desafios, resiste e sobrevive. Este trabalho agrega para a academia um registro de vivências, memória a história dos ciganos, levando-nos a compreender como três gerações de ciganos mantiveram vivas suas trajetórias na construção da identidade cultural e étnica.

O trabalho de Ines Dourado Araujo, intitulado *O Poeta Laurindo Rabello: história e memória cigana em modinhas e lundus do Romantismo*, apresenta e utiliza, como viés investigador, a vida e as memórias do poeta Laurindo também conhecido como Lagartixa. Na visão de Araujo (2018):

Na construção de uma poética e música — genuinamente brasileira, o povo cigano construiu através das modinhas e lundus a sua base na manifestação de cultura, que na contemporaneidade, vão ser reveladas pelo — Lundu a ciganal, e pelo Carimbó na região de Belém do Pará. Laurindo Rabello como porta voz do povo cigano na literatura e na música fica desse modo eternizado sua contribuição e participação na Literatura e arte Brasileira. O Rio de Janeiro como lugar de chegada de distintos povos — estrangeiros no século XVIII e XIX, também testemunhou a formação híbrida e multicultural das diferentes memórias e histórias da cultura cigana que se manifestaram na música e poesia do poeta cigano — “Lagartixa” (ARAUJO, 2018, p. 145).

A autora supracitada, com base nas memórias de Laurindo Rabello, analisa a chegada de ciganos no século XIX à cidade do Rio de Janeiro como meio de contribuição para a construção da memória dos ciganos e da valorização da cultura, assim como as contribuições dos ciganos na vida, na memória e na cultura do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro (ARAUJO, 2018). Essa pesquisa não apenas coloca em destaque a contribuição dos povos ciganos na formação da identidade brasileira, mas também aponta a riqueza identitária compartilhada por esses povos.

A pesquisa intitulada *Entre retratos e visitas: reflexões com famílias ciganas em Tupaciguara-MG*, de Nayara Cristina Cardoso, analisa como as ações de pertencimento ocorrem dentro de comunidades ciganas e, para isso, realizou sua pesquisa com visitas a dois núcleos familiares de ciganos no município mineiro de Tupaciguara. Com base nessas visitas, Cardoso (2019) busca debater acerca do aprofundando de análises sobre as diferentes noções de pertencimento e de territorialidade dos povos ciganos. O trabalho ressalta o quanto as relações de sociabilidade nos grupos ciganos se desenrolam a partir da família, bem como a importância desses laços no universo dos grupos ciganos. A pesquisa nos leva a refletir sobre as relações de pertencimento, de como as famílias ciganas demonstram em seu cotidiano o cuidado entre eles.

Associando identidade à territorialidade, também encontramos o trabalho de Wilker Lopes Vieira, intitulado *Depois do asfalto, lá nos ciganos: manifestações culturais, identidade e territorialidade em Trindade-Goiás*. Nesta obra, o autor analisa a questão da territorialidade e da identidade cigana com grupos de ciganos na cidade de Trindade no Estado de Goiás. Vieira (2021) busca compreender os motivos que os levaram a se fixarem na referida cidade, formando na mesma, assim como cita o autor, um território cigano. As conclusões dessa pesquisa nos levam a problematizar os impactos dos crimes de preconceitos e racismos historicamente impostos aos povos ciganos. Na visão do autor, o preconceito exercido pela população do município levou ao isolamento dos ciganos na cidade de cidade de Trindade (VIEIRA, 2021).

Os costumes linguísticos, vinculados à dimensão da identidade, são os objetos de estudo de Josefa Felix do Nascimento em *Os costumes como fontes das políticas e dos direitos linguísticos em uma comunidade cigana de Itabaianinha-SE*. Neste trabalho, Nascimento (2021) analisa os costumes linguísticos e a forma como os ciganos a utilizam como resistência cultural e de identidade de sua comunidade. A pesquisa foi realizada no município de Itabaianinha no estado do Sergipe. A autora promoveu, em seu trabalho, um extenso debate sobre as políticas linguísticas e a vida dos ciganos em comunidade e nos ritos de passagem. O estudo é de potência e relevância enormes, pois busca averiguar e compreender as práticas linguísticas dos ciganos, a preservação da língua, sua cultura e o seu caráter identitário. Ademais, a pesquisa ressalta o desconhecimento da língua por parte da sociedade não cigana, a língua é para os ciganos – por assim dizer – um mecanismo de proteção que atravessa gerações, garantindo a esses grupos a sua continuidade cultural.

Aspectos da sociabilidade cigana em Coelho Neto-MA são ponto de pesquisa de Arthur Flavio Silva Pinto em *Conflito, política e parentesco: aspectos da socialidade cigana em Coelho Neto-MA*. Nessa dissertação, Pinto (2022) desenvolve como tema principal as diferenças e semelhanças das ciganidades e sua relação com a política, além de questões como parentesco e conflitos. O autor investiga, também, os níveis de parentesco entre os ciganos e a construção do ser cigano ancorada em uma boa estrutura de teóricos que discutem as relações sociais. O trabalho agrega um olhar sobre as relações dos ciganos com o seu movimento, as andanças de uma vida em movimento e a articulação dos ciganos com a política partidária. Também, o trabalho desperta o interesse do leitor por trazer essa relação entre ciganos e vida política – como vereadores – e como se desenrolam pensamentos e abordagens importantes para se pensar a coletividade entre os ciganos.

Nas pesquisas de doutorado, identificamos o trabalho de Mirian Alves de Souza, defendido em 2013 com o título *Ciganos, Roma e Gypsies: projeto identitário e codificação política no Brasil e Canadá*<sup>17</sup>. Nesse estudo, Souza (2013) apresenta duas associações ciganas situadas em diferentes países, como Brasil e Canadá e, por conseguinte, discute como elas se organizam de forma estratégica e discursiva no que diz respeito à construção de uma identidade cigana. A pesquisa de campo durou quatro anos e a autora destaca que a identidade cigana se estrutura em enfrentamento ao discurso nacionalista.

Problematizando as configurações da identidade cigana brasileira, entendendo aspectos culturais e elementos presentes no modo de vida dos ciganos, Silvia Régia Chaves de Freitas Simões escreveu sua tese de doutorado intitulada *Vida cigana: aspectos que configuram as atuais dinâmicas de mudanças dos ciganos brasileiros*. A autora apresenta, nas conclusões de sua pesquisa, as formas como a identidade cigana é percebida nas interações de ciganos e não ciganos em diferentes espaços da sociedade (SIMÕES, 2014). Além disso, a pesquisa ressalta outras questões relevantes, entre as quais podemos citar: o aumento do número de ciganos que se converteram ao protestantismo; a relação dos ciganos, principalmente dos jovens, com as mídias sociais como forma de sociabilidade; e as dificuldades encontradas para produzir os dados – em decorrência da resistência dos participantes (SIMÕES, 2014).

---

<sup>17</sup> Este trabalho, na Plataforma Sucupira, não possui divulgação autorizada.

O trabalho de Simões (2014), busca entender a identidade étnica cigana, um ponto importante que agrega múltiplos e amplos olhares sobre o que é identidade, como esta se forma e qual a consciência sobre a mesma por grupos ciganos. O trabalho também evidencia o processo de conversão de ciganos a religiões protestantes e, de forma explícita, como isto impacta nas suas práticas culturais que, muitas vezes, acabam sendo ameaçadas, como é o caso da quiromancia. Além do mais, a pesquisa identifica que muitos ciganos burlam esse sistema tendo como justificativa sua etnicidade – uma cultura étnica que se defronta com um mundo que vive em mudanças constantes.

O trabalho de Erisvelton Savio Silva de Melo em: *Ciganos, novas tecnologias, redes de sociabilidade e identidade*, discute a identidade cigana a partir da técnica da observação. Melo (2015) utiliza em sua pesquisa etnográfica, a observação participante, para construir dados junto à liderança de uma associação de preservação da cultura cigana do Paraná. O autor relata situações adversas encontradas pelos ciganos e por esta associação. Durante a pesquisa, a questão de gênero, educação e políticas públicas ajudam a compor a análise sobre a identidade cigana. O trabalho possui uma força e agrega novas percepções sobre o povo cigano, elaboradas com base em dez anos em que o autor manteve contato com grupo. O trabalho é um importante pilar para causa cigana, pois evidencia os preconceitos e os desafios enfrentados pelos ciganos, no que tange aos processos identitários.

Brigitte Grossmann Cairus produziu a tese de doutorado intitulada: *Ciganos Roms no Brasil: (in)visibilidades, imagens e identidades diaspóricas na contemporaneidade*, na qual analisa a etnicidade e as representações dos ciganos entre as décadas de 1930 a 2000. Portanto, o estudo de Cairus (2018) focaliza na descrição da histórica segregação, marginalização e exclusão que essa etnia sofreu – passando por perseguições e intolerâncias em várias décadas. A autora ressalva nessa pesquisa a contribuição histórica dos ciganos, além de propor uma análise histórica e social desse grupo. Sem dúvidas, essa pesquisa representa um marco na literatura acadêmica brasileira, uma vez que propõe um profundo estudo histórico dos povos ciganos no Brasil.

Em *Optcha! Cigano não é religião? Uma análise da atuação, disputas e controvérsias entre ciganos na cidade do Rio de Janeiro*<sup>18</sup>, da autoria de Cleiton Machado Maia, a pesquisa analisa as atuações dos ciganos em diferentes setores da

---

<sup>18</sup> Este trabalho, na Plataforma Sucupira, não possui divulgação autorizada.

sociedade, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, Maia (2019) destaca a participação destes ciganos em eventos e suas atuações nas formas de ser cigano, ou seja: a forma como identificam a si mesmos; os símbolos sobre a representatividade de uma liderança dos ciganos. Tais símbolos, na visão do autor, é o que possibilita estudar a legitimidade no cenário cigano, a partir de uma etnografia desses eventos como fonte de dar visibilidade aos grupos ciganos.

A tese apresentada no ano de 2020, *Discursos em cena no Cancioneiro da Cidade Nova, de Mello Moraes Filho: um olhar sobre as identidades ciganas*, de Elisabete Pessoa Lima da Silva, discorre sobre a obra de Mello Moraes Filho: *Cancioneiro dos Ciganos*, tendo como centro de estudo a etnicidade e a identidade dos ciganos no Rio de Janeiro do século XIX. A referida pesquisa faz uma crítica sobre como a imagem do cigano foi retratada a partir de uma visão preconceituosa e eurocêntrica, atribuindo a este grupo as piores impressões e adjetivos classificatórios, perpetuando preconceitos e estereótipos a esta parcela da população (SILVA, 2020). A relevância dessa pesquisa consiste, entre outros aspectos, no registo das práticas históricas e de racismo e de preconceitos impostos aos povos ciganos. O trabalho possui um destaque ao abordar a pesquisa histórica sobre ciganos na cidade do Rio de Janeiro e, com isso, favorece que se ampliem pesquisas históricas sobre o povo cigano nos dias atuais.

Jeane da Silva Ramos é autora da tese: *Quando as “vozes” se tornam visíveis: o panorama de vida de pessoas idosas em comunidades ciganas*, na qual busca refletir sobre as histórias e as trajetórias de pessoas ciganas idosas e suas representações. Para isso, Ramos (2021) analisou histórias de seis famílias ciganas das etnias Calon e Sinti no município de Penedo no Estado de Alagoas, apresentando as visões particulares de cada família, bem como suas relações humanas, culturais históricas e antropológicas. A autora adotou um questionário semiestruturado com a finalidade de auxiliar na construção de uma percepção, a partir da visão que os idosos ciganos carregam em si, em suas vivências e histórias. Compondo uma parte da identidade do povo brasileiro, sendo valorizados nesta pesquisa como sujeitos protagonistas de suas histórias e vivências, as narrativas deram espaço para que os saberes e as experiências desses idosos contribuíssem para a produção científica no mundo acadêmico.

Estudar e compreender a identidade cigana e a forma como ocorrem os processos identitários das mais variadas comunidades ciganas é um exercício de pesquisa totalmente instigante. Isso possibilita o contato com estas comunidades e o

diálogo com a academia, proporcionando novos estudos e abordagens. Todos os meios onde possa ocorrer este diálogo favorecem para pensarmos a pesquisa como fonte de registro e de estudos científicos, colaborando para promover o rompimento com a invisibilidade que toma conta dos povos ciganos. De acordo com Nascimento (2021), os ciganos se reinventam socialmente por viverem à margem de uma sociedade majoritária; ao longo da história, eles atravessaram momentos de conflitos culturais, étnicos e sociais.

É por tudo isso que é indispensável empreender uma luta antirracista, a qual se torna possível com o apoio da militância, de debates e com a produção de pesquisas que incomodem a população não cigana, levando a mesma a pensar e se enxergar em seu lugar de privilégios. Bento (2022) mostra em sua obra o quanto as heranças dos brancos os beneficiaram em detrimento dos negros. Para exemplificar, a autora destaca que, quando o assunto é a escravidão, os brancos fortalecem suas posições querendo transmitir lugares de servidão aos negros, como ocorre com mulheres brancas que se beneficiam e perpetuam o legado de sinhazinha, sempre querendo colocar o negro/a em lugar de servidão e subalternização. Para além do exposto, é preciso que as etnias se organizem cada vez mais em associações e movimentos sociais de luta como uma resposta concreta ao racismo estrutural. Ainda na visão da autora supracitada:

Respondendo à dimensão estrutural do racismo em nossa sociedade, a população negra também se organiza em coletivos de natureza diferente, e, assim, a semente dos quilombos não para de crescer. Nesse sentido, esses diversos tipos de grupos de jovens, professores, intelectuais e artistas trabalham com o conceito de quilombo como território de memória, de resistência, de fortalecimento cultural e precisam ser apoiados por políticas públicas e programas de diversidade e equidade realizados por organizações (BENTO, 2022, p. 25).

A causa pela luta antirracista, cultural e social dos povos ciganos também vem sendo combatida nos últimos anos com a criação de associações de povos e comunidades ciganas que se organizam como forma de representatividade, luta e união por seus direitos e reivindicações.

As associações representativas dos povos e comunidades ciganas, embora estejam em estados e municípios diferentes, se comunicam entre suas lideranças e estão sempre à frente das pautas relativas às causas ciganas. Mesmo que alguns grupos étnicos possuem suas especificidades, ao mesmo tempo que discordam em alguns aspectos relativos em suas culturas, mantém-se unidos quanto às pautas nacionais de interesse coletivo. Uma das características marcantes entre eles/elas é que se tratam como primos e primas numa relação de parentesco consistente. Isso demonstra uma estratégia para

manutenção da cultura, fortalecimento, resistência e pertencimento identitário (PERPÉTUO, 2021, p. 77).

Assim, é inegável a importância desse combate contra a violência histórica sofrida pelos povos ciganos. O reconhecimento e a preservação de seus valores tradicionais merecem e precisam de atenção, razão pela qual a luta antirracista e de apoio à diversidade funcionam como âncoras para as etnias ciganas, enaltecendo sua identidade e as memórias de um povo que resiste a cada dia em lutas de combate ao anticiganismo.

#### **4.2.2. 2ª dimensão: outros temas**

A dimensão denominada “outros temas” reúne diferentes temáticas que apresentaram produções sobre povos ciganos, mas que também trazem outras questões que se sobrepõem e, portanto, agregam um caráter interseccional, como: raça, gênero, infância e saúde. Durante nossa análise, destacaremos cada uma dessas dimensões e apresentaremos os trabalhos correspondentes. Primeiro, iremos analisar os trabalhos voltados à discussão sobre gênero – 4 (quatro) trabalhos produzidos, sendo três dissertações e uma tese. Com a temática infância a pesquisa identificou 3 (três) trabalhos – duas dissertações e uma tese. Por sua vez, sobre as questões de raça, os dados da pesquisa indicaram 2 (duas) dissertações. No tocante à saúde, os dados apontaram 3 (três) trabalhos – sendo duas teses e uma dissertação. Todas estas obras serão apresentadas no Quadro 4.



**Quadro 4 - Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão outros temas**

<b>Ano</b>	<b>Produto</b>	<b>Autoria</b>	<b>Título</b>	<b>Área do Conhecimento</b>	<b>Instituição</b>
2015	Dissertação	Caroline Leal Dantas do Nascimento	Memórias do estrador: identidade cigana analisada sob a luz das narrativas de um chefe cigano	Antropologia	Universidade Federal Da Paraíba
2015	Dissertação	Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro	As crianças calon: uma etnografia sobre a concepção de infância entre ciganos no Vale do Mamanguape-P	Antropologia	Universidade Federal da Paraíba
2015	Dissertação	Priscila Paz Godoy	A racialização dos(as) ciganos(as) e a experiência dos calon de Belo Horizonte como sujeitos coletivos de um projeto histórico de liberdade	Sociais e Humanidades	Universidade de Brasília
2016	Tese	Ana Claudia Conceição da Silva	Fatores associados a utilização de serviços de saúde por ciganos na Bahia, Brasil	Medicina	Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública
2017	Dissertação	Patrícia Moser Montinho	O período de transição entre a infância e a vida adulta dos ciganos Calon: considerações sobre a adolescência.	Tratamento e Prevenção psicológica	Universidade de São Paulo
2018	Tese	Alúzio de Azevedo Silva Júnior	Produção social dos sentidos em processos interculturais de comunicação e saúde: a apropriação das políticas públicas da saúde para ciganos no Brasil e em Portugal	Sociais e Humanidades	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

2019	Tese	Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro	Tempo, redes e relações: uma etnografia sobre infância e educação entre os Calon	Antropologia	Universidade Federal de Santa Catarina
2019	Dissertação	Expedito Jose Januário Junior	Ciganos e ciganas em trânsito: gênero, etnicidade e mudança cultural na comunidade cigana do Japumerim, Itagibá-Ba	Sociais e Humanidades	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
2019	Dissertação	Renan Jacinto Monteiro	A rua dos ciganos: a construção do ser homem entre saberes, honra e festas	Antropologia	Universidade Federal da Paraíba
2020	Tese	Juliana Miranda Soares Campos	O nascimento da esposa: movimento, casamento e gênero entre os calons mineiros	Antropologia	Universidade Federal de Minas Gerais
2020	Dissertação	Luana Antonino de Medeiros	Estratégia de saúde da família e povos ciganos: os desafios na construção da política de saúde para povos ciganos	Serviço Social	Universidade Federal da Paraíba
2021	Dissertação	Vaneide da Silva Cavalcante	Sou mais cigano que morador": relações interétnicas e a questão da identidade cigana em São João Do Paraíso (Ma)	Ciências Humanas	Universidade Federal do Maranhão

Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

#### 4.2.2.1 Gênero

No que diz respeito aos estudos sobre a temática “gênero”, a pesquisa identificou a dissertação *Ciganos e ciganas em trânsito: gênero, etnicidade e mudança cultural na comunidade cigana do Japumerim, Itagibá-Ba*<sup>19</sup>, de autoria de Expedito Jose Januário Junior. Esse estudo aborda as relações étnicas e reflexões de gênero em uma comunidade cigana, apontando como se dá e são construídas as relações e gênero dentro do universo cigano, mais precisamente em ciganos da etnia Calon. Para isso, Januário Junior (2019) utiliza um arcabouço teórico da área de gênero e de ciganidade, além de ouvir relatos e histórias de vida dos ciganos, a fim de entender como estes se organizam e vivenciam a realidade com base nas divisões culturais de gênero.

Um dos trabalhos que também chamou a nossa atenção intitula-se *O nascimento da esposa: movimento, casamento e gênero entre os calons mineiros*, da autoria de Juliana Miranda Soares Campos. O estudo em questão busca estudar a temática do gênero entre os ciganos a partir do olhar das ciganas, colocando as mulheres como ponto central da pesquisa e, assim, propondo uma análise sobre como as relações entre os ciganos são construídas no contexto das questões de gênero. Nesse sentido, Campos (2020, p. 291) pontua que “um exame da bibliografia cigana no Brasil e no mundo deixa claro que a diferenciação entre homens, mulheres e seus papéis aparece invariavelmente como sendo um aspecto basilar destas socialidade”.

Ainda sobre os papéis desempenhados pelas mulheres, Campos (2010, p. 291) ressalta que “mesmo que muitos autores não escolham dar enfoque a este tema, ele geralmente surge de maneira incontestável, na diferenciação categórica imposta pelo gênero nos modos de se portar, de trabalhar ou de ocupar espaços”. A pesquisa é de suma relevância, pois, além de abordar a construção dos papéis desempenhados pelas mulheres ciganas, também reforça uma abertura sobre estudos de gênero, o qual é negligenciado com frequência na forma de compreender a vida da etnia Calon no contexto brasileiro.

Dois autores buscam investigar as memórias dos ciganos homens e abordam a temática da masculinidade. Um desses trabalhos tem como título *A rua dos ciganos: a construção do ser homem entre saberes, honra e festas*, e é da autoria de Renan Jacinto Monteiro. O outro trabalho, de Caroline Leal Dantas do Nascimento, intitula-se *Memórias do estrador: identidade cigana analisada sob a luz das narrativas de um*

---

<sup>19</sup> Este trabalho, na Plataforma Sucupira, não possui divulgação autorizada.

*chefe cigano*. No primeiro trabalho, Monteiro, R. (2019) busca compreender a masculinidade e o ser homem entre os ciganos da etnia Calon; ou seja, a formação do homem, as práticas, as experiências e os pontos fundamentais na formação desta masculinidade dentro da cultura desta etnia. Por sua vez, a pesquisa de Nascimento (2015) pontua a construção de uma identidade cigana, tendo como campo de trabalho a cidade de Patos, na Paraíba. O trabalho apresenta como elemento central as memórias e as narrativas de um chefe de uma unidade doméstica, um cigano que mediava as relações entre os ciganos e os não ciganos.

Ambos os trabalhos, ao se debruçarem sobre a temática de gênero entre os ciganos e se dedicarem à investigação acerca da masculinidade, revelam os processos de identificação, pertença e valores culturais das comunidades ciganas a partir do olhar do homem e das relações que este estabelece com a sociedade não cigana. A questão de gênero, elemento central de poder na nossa sociedade, vai se relevando como fator determinante para apontar desigualdades sociais e culturais. Por isso, destacamos a importância desses dois trabalhos, cuja temática de gênero merece ser investigada e estudada nos diferentes grupos étnicos, visto que possibilita compreender como essas relações são construídas. Em outras palavras, como os ciganos se identificam do ponto de vista dessa questão, algo que pode abrir novas perspectivas epistemológicas sobre gênero a partir de diferentes realidades culturais.

#### **4.2.2.2 Infância**

Nas produções destacadas, encontramos três trabalhos que pontuam a temática “infância”, sendo estes duas dissertações e uma tese. Patrícia Moser Montin é a autora da dissertação: *O período de transição entre a infância e a vida adulta dos ciganos calon: considerações sobre a adolescência*”, a qual investiga como os ciganos Calon veem e percebem a transição entre infância e adolescência, observando categorias culturais que demarcam os comportamentos e casamentos entre ciganos ao atingirem a adolescência (MONTIN, 2017). A autora entrevista mulheres ciganas e suas percepções sobre os desafios, modos culturais e todas as dinâmicas que entrelaçam a transição entre a infância e adolescência sob a ótica dos ciganos. O trabalho apresenta sua relevância ao destacar como são percebidas a infância e a adolescência pelos ciganos e suas transformações, já que na adolescência ocorrem a maioria dos casamentos nos

acampamentos ciganos. Ouvir essas vozes e suas percepções se torna importante para a compreensão das dinâmicas em que vivem e se organizam.

Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro desenvolveu duas pesquisas abordando a temática da infância em épocas diferentes. Sua dissertação intitulada *As crianças calon: uma etnografia sobre a concepção de infância entre ciganos no Vale do Mamanguape-PB* propõe uma reflexão etnográfica de estudo sobre o ciclo de vidas dos ciganos. Nesse trabalho, Monteiro (2015) busca levar o/a leitor/a compreender as dinâmicas da vida de ciganos da etnia calon, sua visão sobre a infância e o processo de se reconhecerem como ciganos. Entre os anos de 2013 a 2018, pesquisando grupos ciganos, a autora apresenta sua tese nos mergulhando em outra pesquisa: *Tempo, redes e relações: uma etnografia sobre infância e educação entre os calons*. A concepção de infância pelos ciganos continua permeando seu estudo, além de refletir sobre como as perspectivas educacionais são encaradas pelos ciganos (MONTEIRO, E., 2019).

Na tese de doutorado de Monteiro, E. (2019), a autora adota uma etnografia itinerante com as pesquisas em duas localidades, Mamanguape e Souza, ambas situadas no mesmo estado – Paraíba. A pesquisa foi realizada em duas instituições educativas onde estudavam crianças ciganas e não ciganas. Por meio de conversas informais com as crianças e os adultos, a autora estudou e observou como se dá o processo de escolarização entre essas crianças, o papel da escola e a percepção da infância entre os ciganos. Por isso, ela destaca:

A importância da infância entre os ciganos é compartilhada em toda a estrutura familiar. Quando nasce uma criança, nascem pais, avó, tios, padrinhos. As crianças expandem as relações, e dependendo de caso, reintegram famílias que estavam afastadas por conflitos. Não menos importante, os jovens/adultos, os velhos/anciãos guardam consigo as histórias de suas infâncias, que permitem aos mais novos vivenciarem alguns fatos, a partir de seus relatos, conhecendo e reinventando modos de vida dos seus mais velhos. Para entendermos o valor das crianças entre os ciganos, é imprescindível entendermos o valor dessa geração ao longo do tempo, e como a criança é a base do núcleo familiar entre os Calons da Rede da Costa (MONTEIRO, E., 2019, p. 241).

A questão entre os ciganos e a escola requer mais aprofundamento por parte não só de estudos, mas de avanços de leis de acolhimento e permanência desses grupos no espaço escolar. O currículo, a formação de professores e a escola em toda sua comunidade precisam estar preparados para acolher toda a diversidade cultural e social do país. Entretanto, essa é uma área que precisa ser mais explorada nas pesquisas científicas, de forma a contribuir para as análises e criação de políticas voltadas à

presença de crianças ciganas e ao acolhimento destas em diferentes cidades e estados do país. A tese revela sua potência, promovendo encontro entre os ciganos e a autora, bem como as trocas, vivências e percepções, destacadas nessa obra que aponta a infância Calon e os processos de escolarização. Além disso, a pesquisa destaca as crianças e o modo como elas se encontram no cotidiano, colaborando para a construção de uma identidade entre os calons.

#### 4.2.2.3 Raça

Neste trabalho, no qual uma das vertentes de análise é o racismo institucional, ao pesquisar os dados, identificamos dois trabalhos de mestrado que discutem a temática da “raça”. Um deles é a pesquisa de Priscila Paz Godoy, autora da dissertação *A racialização dos(as) ciganos(as) e a experiência dos calon de Belo Horizonte como sujeitos coletivos de um projeto histórico de liberdade*<sup>20</sup>. A dissertação se propõe a estudar como o estereótipo de nômade dos ciganos sempre esteve ligado a este povo pela concepção de raça (GODOY, 2015). O estudo constrói uma discussão sobre a concepção de raça com base no ponto de vista das contribuições de Aníbal Quijano. O trabalho é realizado a partir das vivências de ciganos calons de Belo Horizonte, com foco nos processos históricos e nas lutas dessa etnia por dignidade e direitos.

Janeide da Silva Cavalcante, em sua dissertação intitulada *Sou mais cigano que morador: relações interétnicas e a questão da identidade cigana em São João do Paraíso (MA)* estuda as relações entre os ciganos e os moradores da cidade em questão. Na pesquisa a autora apresenta as interações dos moradores de São João do Paraíso com os ciganos, descrevendo os desafios encontrados e as formas como os ciganos constroem suas relações com os não ciganos, bem como a forma como estes percebem e entendem a população cigana (CAVALCANTE, 2021). A dissertação se faz relevante por pesquisar as relações entre os não ciganos e os ciganos em uma cidade no sul do estado do Maranhão, mais concretamente, quando os ciganos vencem os estereótipos e as imagens anticiganas e, assim, reconstróem sua imagem – dessa vez com uma conotação positiva – na localidade, mantendo vivas suas tradições e reafirmando a sua ciganidade.

---

<sup>20</sup> Este trabalho, na Plataforma Sucupira, não possui divulgação autorizada.

#### 4.2.2.4 Saúde

Outra dimensão encontrada nos dados da pesquisa refere-se à “saúde” dos povos ciganos, sobre a qual encontramos três trabalhos que abordam o acesso dos mesmos às políticas públicas de saúde. Esses trabalhos focam, principalmente, em como os ciganos são atendidos, em quais casos procuram as unidades de saúde e como se dá o atendimento a esses povos nesses espaços. Nesse sentido, a pesquisa *Estratégia de saúde da família e povos ciganos: os desafios na construção da política de saúde para povos ciganos*, apresentada pela autora Luana Antonino de Medeiros, debruça-se sobre as condições de vida, as desigualdades e o acesso às políticas públicas de saúde. A pesquisa é contextualizada na cidade de Souza, na Paraíba, município que apresenta expressivo número de ciganos. Desse modo, o estudo analisa as desigualdades vividas por essa população diariamente e as dificuldades para acessar às políticas públicas de saúde, algo que se mostra presente em outros estados do Brasil (MEDEIROS, 2020).

A autora Ana Claudia Conceição da Silva, em seu trabalho intitulado: *Fatores associados à utilização de serviços de saúde por ciganos na Bahia, Brasil*, estuda a procura tardia pela utilização dos serviços de saúde por ciganos no estado da Bahia. Dessa forma, Silva, A. (2016) investiga como fatores socioeconômicos destas comunidades ciganas influenciam na informação e buscas desses serviços.

Tanto no trabalho de Medeiros (2020) quanto no de Silva, A. (2016) – mesmo realizados em épocas distintas e em regiões diferentes – concluem que são necessárias políticas públicas para o acesso dos ciganos aos sistemas de saúde e se faz urgente que as equipes de saúde estejam preparadas para lidar com particularidades culturais da população cigana, como a precarização de moradias, saneamento básico e os mais variados estigmas e preconceitos com que são acometidas as populações ciganas e que impactam na saúde desses povos.

O trabalho *Produção social dos sentidos em processos interculturais de comunicação e saúde: a apropriação das políticas públicas da saúde para ciganos no Brasil e em Portugal*, de Aluizio de Azevedo Silva Júnior, teve como finalidade compreender os processos de produção, circulação e apropriação de políticas públicas para ciganos nos países de Portugal e Brasil. Nesse estudo, o autor organiza reflexões sobre a desigualdade social, as violências sofridas pela população cigana e como as práticas de preconceito e de racismo ocasionaram a pobreza e exclusão desta população (SILVA JÚNIOR, 2018). Contando com apoio de diálogos juntamente ao movimento

político cigano, ouvindo e respeitando suas vozes e saberes, o estudo possibilitou um intercâmbio ao olhar sobre as políticas entre os dois países para os ciganos, além de denunciar negligências à saúde dos mesmos, permitindo ampliar reflexões e debates. Todos os trabalhos apresentados nessa dimensão destacam a sua importância e relevância ao se pensar em temáticas que permeiam o cotidiano da sociedade e dos povos ciganos.

Estudar as relações de gênero de comunidades tradicionais e a forma como estas se desenvolvem no interior de suas comunidades, através das vivências dos indivíduos, é um fator de extrema relevância para os avanços dos estudos de gênero, incluindo povos ciganos e, principalmente, gerando essa abordagem dentro da pauta cigana e investigando os fatores que caracterizam organização social nestes grupos. De acordo com Ventura (2004), a organização familiar e dos grupos ciganos se dá pelas relações de gênero, sendo a família, nas palavras da autora, o seu “porto seguro”. O homem é o provedor, negociador fora de casa, e a mulher cigana cuida dos filhos e do marido, realizando a quiromancia e atividades econômicas de subsistência. Tais abordagens contemplando o estudo de gênero são significativas, pois ressignificam lutas e reforçam que os estudos de gênero sobre povos ciganos precisam avançar no país. Nosso trabalho aponta para que cada vez mais pesquisadores e instituições se debruçam sobre esta temática como forma de contemplar a diversidade e as vivências de corpos e de gêneros.

Com base no que vimos até aqui, ao realizar o estado da arte, é possível afirmar que pesquisas envolvendo a questão racial e os povos ciganos ainda são poucas em comparação aos 1.925 programas de pós-graduação existentes e reconhecidos no Brasil pelo Ministério da Educação (MEC)<sup>21</sup>.

A questão cigana no Brasil carece de estudos específicos em que se possa intercalar as categorias raça, gênero, sexualidade, território e classe, de modo a compreender e ao mesmo tempo pautar a efetivação dos direitos humanos (SILVA; LIMA FILHO, 2018, p. 523).

De acordo com os autores, o racismo atinge a maioria dos ciganos nos diferentes espaços da sociedade, seja nas ruas diariamente, quando estão exercendo suas atividades econômicas, ou quando transitam em centros urbanos e vivenciam situações adversas

---

<sup>21</sup> Capes divulga mapa da pós-graduação no país. Portal.mec.gov.br, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2582-sp-1752673202#:~:text=Neste%20ano%2C%20122.295%20alunos%20de,reconhecidos%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em: 21 ago. 2023.

que deixam escancaradas as quebras dos seus direitos e a necessidade urgente de uma atuação do Estado ao combate sistemático às práticas de racismo.

O racismo, enquanto um processo histórico e político, desempenha um papel fundamental na formação de estruturas que perpetuam desigualdades na sociedade. Portanto, é crucial que o Estado promulgue leis que condenem vigorosamente essa prática. A pesquisa, a educação e a ciência devem ser os pilares que impulsionam essa mudança social. Portanto, é necessário intensificar os esforços na realização de pesquisas e na promoção de debates em diversos espaços sobre a luta antirracista. Além disso, é essencial apoiar organizações e movimentos sociais que representem as minorias étnicas e reconhecer sua militância na sociedade. Isso garantirá que suas experiências sejam respeitadas e que seus direitos sejam protegidos pelas autoridades e pelas leis, refletindo as questões que são significativas para eles.

Na dimensão que abrange a temática da infância é possível evidenciar as vivências de crianças dentro das comunidades ciganas e sua relação nas escolas, observando como é a acolhida por parte destas instituições, além de compreender como a cultura e valores sociais e étnicos são perpetuados dentro da família e nas comunidades. Segundo Bonomo e Cardoso (2019), o período que compreende a infância para os ciganos e um momento da vida de aprendizado, proteção e preparo para a vida adulta que ocorre no casamento sendo estes preparados para as vivências em um núcleo familiar. E neste processo as brincadeiras infantis também são formas de socializar as crianças transmitindo também valores sociais e culturais de preservação da sua cultura e do seu grupo. Estudar a infância cigana é importante para a compreensão e estudos sobre a formação nas crianças da pertença e da identidade étnica, além de também contribuir para pensar os desafios dessas crianças e os espaços de acolhimento, como as escolas, considerando o recebimento e diálogo com seu universo cultural.

Ouvir, pensar, discutir e promover Políticas públicas e de saúde para a população cigana na atualidade, é de extremo interesse e se torna um ato político para retirar essas comunidades do apagamento no âmbito dos direitos fundamentais. Os trabalhos dos autores reunidos no Quadro 4 possuem grande relevância científica e política. Mas, por outro lado, colabora para testemunharmos que em dez anos de produção sobre povos ciganos no Brasil, somente três trabalhos foram produzidos sobre esse tema. Isso nos leva a pensar sobre os estigmas e preconceitos que os ciganos enfrentam no seu dia a dia, em hospitais e unidades de saúde. Por isso, essa minoria

étnica necessita ser ouvida para que, de fato, as políticas de acesso à saúde sejam discutidas e implementadas. A saúde dos ciganos é, sem dúvida, um tema que precisa fazer parte da discussão acadêmica, entre estudantes e professores, e das pesquisas.

Nessa dimensão, encontrando temáticas tão importantes que ampliam o estudo e o debate sobre os ciganos, constatamos que são áreas onde as pesquisas precisam ser expandidas e carecem de mais incentivos do Estado e das instituições em geral.



**Quadro 5** - Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão “exclusão social/políticas públicas”

<b>Ano</b>	<b>Produto</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Área do Conhecimento</b>	<b>Instituição</b>
2015	Dissertação	Natally Chris da Rocha Menini	Os assim chamados ciganos na capitania da Bahia (século XVIII)	História	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
2016	Tese	Cassi Ladi Reis Coutinho	Os ciganos nos registros policiais mineiros (1907-1920)	História	Universidade de Brasília
2016	Dissertação	Jessica Cunha de Medeiros	Em busca de uma sombra: a construção de uma territorialização através de processos de mobilidade e reconhecimento étnico entre os ciganos de Sousa (PB)	Antropologia	Universidade Federal da Paraíba
2016	Tese	Lidia Spaziani	A estigmatização em relação aos ciganos: as construções avaliativas por não ciganos	Língua Portuguesa	Universidade de São Paulo
2016	Dissertação	Rogério Ferrari de Souza	Nos outros, os ciganos: entre o estigma e a resistência	Antropologia	Universidade Federal da Bahia
2017	Dissertação	Eduardo Costa de Mancilha	Pegando o ritmo: uma experiência etnográfica entre os ciganos calon do Bairro Céu Azul, Belo Horizonte - MG	Antropologia	Universidade Federal de Minas Gerais
2017	Dissertação	Jose Aclecio Dantas	Dissimetria entre o hábito cigano do mercado e o trabalho formalizado – encontros e desencontros	Serviço Social	Universidade Federal da

					Paraíba
2019	Dissertação	Erika dos Santos Tolentino	Estudo sobre os ciganos calon e os desafios em acessar bens e serviços em um município da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro: uma relação em evolução	Fundamentos do Serviço Social	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
2019	Tese	Helena Dolabela Luciano Pereira	Palavra e catira: orientações cosmológicas e práticas de negociação Calon em contexto de reconhecimento e de direitos no Brasil (2013-2018)	Antropologia	Universidade Federal de Minas Gerais
2019	Dissertação	Luiza Muniz Garroni	O Estado de exceção dos ciganos na constituição brasileira: Um estudo de caso no Município de Pouso Alegre – Mg	Direito Constitucional	Faculdade de Direito do Sul de Minas
2020	Dissertação	Iranildo da Silva Marques	Ciganos calons: Sociabilidade e trajetórias de vidas	Serviço Social	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2020	Dissertação	Jonathan da Silva Cardoso Mendonca	A década de 1990 e a condição social cigana no Leste Europeu: o caso Romeno	Antropologia	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2020	Tese	Juliana da Silva Henrique	O Fundamento anticigano: contribuições para uma crítica a constituição lógico-histórica do mundo moderno	História	Universidade de São Paulo
2021	Tese	Natally Chris da Rocha Menini	“Indesejáveis necessários”: os Ciganos degredados no Rio de Janeiro setecentista	História	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

### 4.3 3ª dimensão: exclusão social/políticas públicas

Nesta dimensão, reunimos as temáticas da exclusão social e das políticas públicas, identificando nos trabalhos uma correlação entre ambos os tópicos. Nesses trabalhos, Quadro 5, verificamos que a exclusão social à qual grupos ciganos foram submetidos desde o seu aparecimento é um mote que alavanca as suas lutas por políticas públicas, as quais, ainda na contemporaneidade, avançam a passos muito lentos, como veremos nas análises das teses e dissertações encontradas.

Exclusão social e políticas públicas foram reunidas nessa dimensão, pois uma está atrelada a outra. A urgência de políticas públicas que atendam os povos ciganos são ferramentas essenciais de combate ao racismo e o preconceito. Quando o estado não cria e aplica essas políticas e não emerge essas minorias étnicas, o que se vê são as mais variadas formas de preconceito, violência e o aumento cada vez mais atenuado das desigualdades, ficando evidente o desprezo pela vida de todos os corpos que não se enquadrem em um padrão branco normativo.

Conforme aponta Mbembe (2018), ao analisarmos a necropolítica do Estado, refletimos sobre desigualdades, poder e realizamos uma leitura sobre a política em sua totalidade que cada vez mais mata a nossa diversidade étnica em nome de um racismo estrutural que carece de ações de combate com políticas públicas.

No campo da história, retratando a exclusão social dos ciganos, nos deparamos com as pesquisas de Natally Chris da Rocha Menini, tanto sua dissertação de mestrado, apresentada em 2015, como sua tese, defendida em 2021, apontam as formas de exclusão social impostas aos grupos ciganos desde as leis coercitivas até as penas de degredo do século XVIII. Em sua dissertação intitulada: *Os assim chamados ciganos na capitania da Bahia (Século XVIII)*, Menini (2015) destaca a forma como os ciganos chegavam à Bahia, no Brasil, como se inseriam na sociedade e as formas de se organizarem no território. Esse trabalho contribui para o entendimento de dados históricos, permitindo que possamos compreender os desafios de um grupo étnico para sobreviver em meio a um período de perseguição e exclusão social no estado da Bahia. Ao se debruçar sobre sua tese de doutorado, anos mais tarde, a autora vai abordar a situação dos ciganos no estado do Rio de Janeiro. Em: *“Indesejáveis necessários”*: os ciganos degredados no Rio de Janeiro setecentista, Menini (2021) estuda os ciganos que sofreram degredo, formas de penas de açoitamento, preconceito e trabalhos

forçados, e investiga uma movimentação de ciganos, indígenas e negros nas áreas costeiras do Brasil.

De acordo com a pesquisa de Menini (2021), no século XVIII, os ciganos na cidade do Rio de Janeiro ocupavam a região do atual campo de Santana, o que levou a autora a investigar os conflitos entre os poderes da localidade e os ciganos no período setecentista nessa cidade. Os trabalhos dessa autora se destacam pela abordagem a períodos históricos e a estudos em diferentes estados, retratando as formas e vivências dos ciganos no cotidiano de sua época, carecendo de investigação e estudo, além de ser um importante passo na historiografia e para aqueles que pretendem estudar os povos ciganos.

Estudando os ciganos no Estado de Minas Gerais, encontramos a tese: *Os ciganos nos registros policiais mineiros (1907-1920)*, de Cassi Lado Reis Coutinho. Nesse estudo, Coutinho (2016) investiga os registros policiais do século XIX, analisando como os ideais de progresso e de modernização contribuíram para a marginalização e classificação pejorativa dos grupos de ciganos, favorecendo a repressão policial sobre estes grupos. O trabalho contribui destacando a forma como os ciganos eram noticiados em jornais, relatos que abrangiam o período no início do século XX: mesmo sofrendo preconceitos e, por vezes sofrendo até perseguições, os ciganos conseguiram driblar os desafios, sobreviver e estabelecer relações econômicas com a sociedade de sua época. Isso nos permite compreender o quanto os ciganos participavam do cotidiano da sociedade em disputas políticas, trazendo novos pontos de vista, para além de visões de exclusão, e destacando a sua contribuição em nossa história.

A dissertação de mestrado *Em busca de uma sombra: a construção de uma territorialização através de processos de mobilidade e reconhecimento étnico entre os ciganos de Sousa (PB)*<sup>22</sup>, de autoria de Jessica Cunha de Medeiros, apresenta um trabalho desenvolvido no estado da Paraíba que denota a importância de se pesquisar comunidades ciganas, sua ocupação nos espaços, a forma como se movimentam e tecem suas relações sociais. A autora foi a campo pesquisar narrativas desses grupos, formas como evidenciam o preconceito, as demandas sociais necessárias para eles e como se dá a invisibilidade dessa etnia por parte da sociedade não cigana. Nesse sentido, Medeiros (2016) destacou que a identidade cigana é construída pelas relações de parentescos,

---

<sup>22</sup> Esse trabalho, na Plataforma Sucupira, não possui divulgação autorizada

formas de vivência entre esses grupos e nos processos sociais, algo que ao longo do trabalho é analisado e problematizado pela autora, trazendo importantes reflexões.

*A estigmatização em relação aos ciganos: as construções avaliativas por não ciganos* é o título da tese produzida por Lidia Spaziani. A autora analisou a influência do imaginário e como os discursos dos não ciganos no século XXI se referem aos ciganos e à sua cultura (SPAZIANI, 2016). Para elaboração dessa tese foi aplicado um questionário entre paulistanos, em vários pontos da cidade e das mais diversas camadas sociais. Ao final, a pesquisa concluiu que o preconceito e estigmatização ainda permeiam a população não cigana ao se referirem aos ciganos e seus modos de vida. A contribuição dessa tese é inegável, pois em seu texto a autora examina e mostra fundamentos de preconceitos e a conjuntura dos ciganos na sociedade. A pesquisa, ao estudar estigmas e preconceitos da sociedade não cigana sobre os ciganos na atualidade, demonstra que estigmas e preconceitos ainda perduram, ocasionando no isolamento dos ciganos, algo que é fundamentado a partir dos dados da pesquisa

A exclusão social, concentrada em estereótipos formulados ao longo da história com visões racistas sobre os ciganos, é uma problemática apresentada por Rogerio Ferrari de Souza como tema central no trabalho: *Nos outros, os ciganos: entre o estigma e a resistência*<sup>23</sup>. Nessa obra, Souza (2016) busca compreender a formação de estereótipos, a interação dos ciganos, alvos de preconceito pela população não cigana, e o acesso às políticas públicas, a partir de um registro fotográfico realizado pelo autor em diferentes comunidades ciganas no estado da Bahia. Nessa análise, o autor provoca o leitor a refletir sobre a relação dos ciganos com a sociedade contemporânea brasileira, sobre a falta de políticas públicas e, conseqüentemente, a respeito da carência de acesso.

A socialização dos ciganos Calons também é um fator de pesquisas e interrogações de Eduardo Costa de Mancilha. A dissertação de Mancilha (2017) foi realizada no Bairro Céu Azul, em Belo Horizonte, e é intitulada *como Pegando o ritmo: uma experiência etnográfica entre os ciganos calon do Bairro Céu Azul, Belo Horizonte – MG*<sup>24</sup>. O autor desenvolveu sua pesquisa sobre o processo de normalização fundiária que ligava os ciganos Calons e a aproximação destes com os não ciganos. O trabalho aponta os desafios enfrentados pelos Calons – desde os socioeconômicos até as questões de invisibilidade.

---

<sup>23</sup> Este trabalho, na Plataforma Sucupira, não possui divulgação autorizada.

<sup>24</sup> Este trabalho, na Plataforma Sucupira, não possui divulgação autorizada.

O acesso ao mercado de trabalho por grupos ciganos e a forma de vivenciar o comércio constituem a pesquisa *Dissimetria entre o hábito cigano do mercado e o trabalho formalizado – encontros e desencontros*<sup>25</sup>, do pesquisador José Aclecio Dantas. A pesquisa estabeleceu uma análise comparativa entre os ciganos de Portugal e da Espanha – os ciganos Calons – na tentativa de compreender suas vivências e percepções sobre o trabalho formal e o comércio com a venda de artesanatos (DANTAS, 2017). Logo, esse estudo, que traz como referencial teórico o marxismo, foi resultado de dois anos de pesquisa junto ao grupo de ciganos no estado da Paraíba e, portanto, apresenta à literatura científica o modo como estes grupos veem as questões relacionadas ao trabalho, promovendo importantes reflexões acerca desta temática.

O acesso aos direitos básicos foi tema de estudo da autora Erika dos Santos Tolentino, quando esta optou por abordar a realidade da população cigana Calon, que reside no município de Resende, no estado do Rio de Janeiro. O trabalho intitulado *Estudo sobre os ciganos Calon e os desafios em acessar bens e serviços em um município da Região do Médio Paraíba no estado do Rio de Janeiro: uma relação em evolução* verifica o acesso dessa comunidade aos bens de serviço, às políticas públicas e às relações de como a gestão pública estabelece conexões com a comunidade cigana (TOLENTINO, 2019). A autora compreende que com o passar do tempo avança o diálogo entre os ciganos e a gestão pública, de forma que esta passa a entender os traços culturais marcantes dessa população e as formas que possibilitam o diálogo e o atendimento da população cigana. Este trabalho agrega uma análise sobre a presença de ciganos no município de Resende e as dificuldades para os ciganos em conseguir acesso aos direitos básicos. O estudo analisou políticas de inclusão aos povos ciganos no âmbito federal, estadual e municipal, despertando nos leitores a análise de como se dá o acesso a estas políticas públicas pelo povo cigano e a realidade por eles vivida na região do Médio Paraíba.

Helena Dolabela Luciano Pereira, em *Palavra e Catira: orientações cosmológicas e práticas de negociação Calon em contexto de reconhecimento e de direitos no Brasil (2013-2018)*, apresenta a etnografia e o contexto social de dois grupos de ciganos no estado de Minas Gerais, entre os anos de 2013 a 2018. Nessa produção, a autora destaca a organização social e política dos Calons, enfatizando uma liderança política e suas formas de negociação entre o mundo Calon e o não cigano (PEREIRA,

---

<sup>25</sup>Este trabalho, na Plataforma Sucupira, não possui divulgação autorizada.

2019). A tese, ao apresentar a conjuntura da política Calon junto ao Estado e a garantia de direitos, mostra a articulação de lideranças de ciganos e as relações de poder entre os envolvidos. O trabalho permite mergulhar em temas importantes, como política, laços familiares e políticas públicas para os ciganos e disputa fundiária.

Outro tópico identificado e de relevância dentro dessa dimensão é a temática da invisibilidade sobre as comunidades ciganas, sobre a qual o estudo de Luiza Muniz Garroni se debruça no trabalho intitulado *O Estado de exceção dos ciganos na constituição brasileira: um estudo de caso no município de Pouso Alegre – MG*. Aplicando a técnica de análise documental e entrevistas, Garroni (2019) estuda a invisibilidade dos ciganos, no que tange à constituição e o direito brasileiro do povo cigano, e como esta minoria é acolhida; seja por leis brasileiras ou pelas leis do exterior. A autora conclui que, mesmo na atualidade, os ciganos ainda compreendem uma etnia não reconhecida pelo direito pátrio como um grupo legítimo de direitos (GARRONI, 2019). O trabalho revela sua potência, pois desnuda a realidade histórica de exclusão da etnia cigana, explanando a construção de imagens históricas anticiganas e as marcas atuais desta exclusão na vida dos ciganos.

As vivências e a sociabilidade em um acampamento cigano, sob a ótica de um assistente social, é o que nos relata o trabalho *Ciganos Calons: sociabilidade e trajetórias de vidas*, da autoria de Iranildo da Silva Marques. Nessa obra, o autor, também utilizando como referencial teórico o materialismo histórico-dialético – com apoio de diários de campo –, constrói suas análises visando contribuir para a ressignificação dos conceitos sobre os ciganos (MARQUES, 2020). A dissertação apresenta as narrativas dos ciganos e expõe a ausência de trabalhos sobre eles na área do serviço social e o quanto esta área necessita de estudos e produções sobre povos tradicionais. Esse trabalho é um alerta para que a temática de povos tradicionais seja incluída nos currículos de serviço social e possa ser analisada e estudada com a finalidade de que o assistente social tenha o conhecimento de povos integrantes da formação social, histórica e cultural do Brasil.

Pensar o trabalho e as condições sociais nas quais estão inseridos os grupos de etnia cigana é importante para se entender como se dão as relações entre as comunidades ciganas e a comunidade não cigana. Em distintos países da Europa, a população cigana sempre enfrentou o preconceito e diversas situações de racismo (MOONEN, 2011). Frente a isso, autores se debruçam em observar e entender como se atravessam essas relações, tal como nos indica o estudo *A década de 1990 e a condição*

*social cigana no Leste Europeu: o caso romeno*<sup>26</sup>, de Jonathan da Silva Cardoso Mendonça. Nesse estudo, Mendonça (2020) analisa como a população cigana da Romênia, a partir da década de 1990, promoveu mudanças no país quanto ao ingresso do país na União Europeia. As políticas que levam ao preconceito, à discriminação e à marginalização que a população cigana enfrenta, orientarão os caminhos desta pesquisa (MENDONÇA, 2020). Essas práticas de exclusão e de discriminação consolidaram a presença constante da desconfiança, do racismo, do preconceito e da negação de seus direitos, configurando naquilo que muitos autores chamam de anticiganismo.

Na visão de Moonen (2011), o anticiganismo gerou problemas para os ciganos através de políticas anticiganas que, ao longo da história, colocou essa etnia na condição de vítima de todos os tipos de preconceitos e violências, como: a escravidão no século 14 na Romênia, prisões, deportação, isolamento e genocídio – tal qual aconteceu no holocausto na Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, o anticiganismo se apresenta como tema central na tese de doutorado: *O fundamento anticigano: contribuições para uma crítica à constituição lógico-histórica do mundo moderno*. A autora da mesma, Juliana da Silva Henrique, se debruça sobre uma documentação que reforça o anticiganismo no mundo. O trabalho de Henrique (2020) representa um marco para a compreensão dos elementos que constituem o anticiganismo e, ao mesmo tempo, inclui componentes que podem ajudar na luta antirracista, em defesa desses povos.

Assim, é notório identificarmos a expressividade dos trabalhos mencionados, visto que abordam as relações e as dificuldades dos ciganos para conseguirem acesso às políticas públicas, vítimas de uma exclusão social histórica que perdura e atravessou séculos de subalternização à qual a etnia cigana esteve sempre subjugada.

Em relação aos povos ciganos no Brasil, além de lutarem para superarem as barreiras sociais e étnico-raciais, lutam para serem incluídos nas pautas das políticas públicas, pois ainda são alvos de muitas violações e poucos são conhecedores dos seus direitos. Por isso, o Estado precisa cumprir seu papel em garantir os direitos desses povos de cultura pouco reconhecida (PERPÉTUO, 2021, p. 79).

A autora supracitada denuncia atos de violência às comunidades ciganas, alegando que muitas comunidades sofrem com repressão de força pelo estado e são vítimas das mais variadas violências, como violação de acampamentos e tendas.

Segundo Bento (2022), com base no racismo existente no Brasil, grupos são escolhidos pelo Estado, pois há a alegação de que representam constante ameaça à

---

<sup>26</sup> Este trabalho, na Plataforma Sucupira, não possui divulgação autorizada

segurança e à ordem. Assim, as violências aos ciganos são comuns em acampamentos no país. Para Moonen (2011), esse é um povo que desde o seu surgimento convive com imagens anticiganas, sendo vistos como ladrões, trapaceiros feiticeiros entre outras imagens somadas à falta de informação por parte da população não cigana que realiza ou contribui para atos extremos contra os povos ciganos, que necessitam de amparo cada vez mais expressivo de políticas públicas e de inclusão, ao invés de serem vitimados pela necropolítica do Estado.

No tocante aos povos ciganos, a literatura demanda mais estudos e aprofundamentos, principalmente por cientistas sociais, para que possamos traçar um panorama acerca das políticas reivindicadas pelos ciganos e das formas de contribuição para que o Brasil seja um país onde a diversidade étnica se veja representada por leis, ações e nos múltiplos cenários sociais. As pesquisas existentes informam a necessidade de se promover campanhas para o atendimento à população cigana, e cada vez mais afirmamos a importância de se fazer pesquisa de visibilidade, emergindo, assim, as vozes que clamam por justiça e inclusão.



**Quadro 6** - Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão “representações sociais”

<b>Ano</b>	<b>Produto</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Área do Conhecimento</b>	<b>Instituição</b>
2014	Dissertação	Daniela Simiqueli Durante	Ciganos nas terras no Espírito Santo (1870-1936): representações sociopolíticas	História	Universidade Federal do Espírito Santo
2015	Dissertação	Gilmara Tavares Batista	Ciganos e suas andanças por Campina Grande (1960-1990): trajetórias de vidas, representações e práticas culturais'	História	Universidade Federal de Campina Grande
2015	Tese (Doutorado)	Lailson Ferreira da Silva	A vida em família: parentesco, relações sociais e estilo de vida entre os Calons de Sobral, Ceará	Sociologia do Desenvolvimento	Universidade Federal Do Rio Grande do Norte
2016	Dissertação	Cassia Maria Alves Nunes	“O que eu faria com aquilo que entrava pelos meus olhos? ” Gesto e poética na fotografia de Rogério Ferrari	Sociais e Humanidades	Universidade Federal da Bahia
2018	Dissertação	Lucas Medeiros de Araujo Vale	Vinha caminhando a pé, para ver se encontrava uma cigana de fé”: o culto aos espíritos ciganos no Catimbó/Jurema do Ylê Axé	Antropologia	Universidade Federal da Paraíba
2021	Dissertação	Anaira Sousa de Moraes Sarmiento	Representações sociais dos povos chamados “ciganos” em jornais brasileiros (2008-2018)'	Comunicação	Universidade Federal da Paraíba

2022	Tese	Daniela Simiqueli Durante	O bando do cigano Deolindo: higienismo e criminalidade na belle époque capixaba (1890-1898)	História	Universidade Federal do Espírito Santo
------	------	------------------------------	---	----------	--

Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

#### 4.4 4ª dimensão: representações sociais

Na 4ª dimensão apresentamos as representações sociais do povo cigano. Para Perpétuo (2021, p. 146), estas são conhecimentos práticos do fenómeno em sua aparência e se estruturam nas relações sociais formadas pelo conjunto de ideias da vida cotidiana, estabelecendo no campo ideológico o que se pensa em relação ao outro/outra e como se constrói o pensamento do senso comum.

Segundo Moonen (2011), desde o século XV, na Europa, devido ao comportamento dos ciganos, o que os diferenciava da população da época, começaram a surgir estereótipos e imagens anticiganas. Para a autora, muitas dessas imagens perpetuadas vigoram até a atualidade. Mas de que forma? Nesta parte do estudo procuramos registrar os trabalhos que identificavam as formas como os ciganos são percebidos em meios de comunicação – através de discursos e falas – e como são vistos nos mais diferentes espaços. Essas dimensões se propõem a investigar as obras apresentando como pesquisadores investigaram as representações sociais dos ciganos nos mais diferentes espaços sociais e nas mais distintas situações cotidianas pelo olhar desta etnia, denunciando segregações, preconceitos e estereótipos. Com isso, buscamos potencializar suas falas e suas lutas sociais.

Entre os dados reunidos no Quadro 6 consta o trabalho de mestrado *Os ciganos nas terras no Espírito Santo (1870-1936): representações sócio-políticas*, de Daniela Samiquei Durante, o qual apresenta um recorte, entre os anos de 1870 a 1936, no estado do Espírito Santo, sobre as populações ciganas. Durante (2014) utilizou o conceito de representações sociais e, com auxílio de jornais e periódicos, buscou entender o contexto social da época. Seguindo uma perspectiva histórica, essa mesma autora, no ano de 2022, defendeu sua tese de doutorado intitulada *O bando do cigano Demolindo: higienismo e criminalidade na belle époque capixaba (1890-1898)*. Essa pesquisa de doutorado teve como objeto de análise a repressão de órgãos especializados e atuação da imprensa sobre as ações do bando do cigano Deolindo José Cardoso, o qual realizou suas andanças no final do século XIX. Durante (2022) analisou documentos históricos, ofícios da Secretaria de Polícia do Espírito Santo e, como na pesquisa anterior, buscou nos jornais da época informações sobre as perseguições de grupos ciganos e as formas de repressão às quais eram submetidos, principalmente com o novo Código Penal da época, o qual legitimava a repressão policial.

Em ambas as produções de Daniela Simiqueli Durante, observamos que ela investigou as práticas e as relações de poder entre a sociedade e o grupo de ciganos, assim como a invisibilidade deste grupo a partir das representações construídas sobre os ciganos pela sociedade da época. A dissertação revela a potência de uma pesquisa realizada em território capixaba sobre as representações dos ciganos em jornais e meios de comunicação. Em 2022, ao escrever sua tese de doutorado e seguindo a linha de pesquisas em jornais da época, o trabalho acende uma luz sobre pesquisas que investiguem os ciganos na primeira república. A tese de doutorado, ao pesquisar o bando do cigano Deolindo, denota que o estigma de criminosos se reforçou e acompanhou os ciganos. Ao fazer o recorte temporal a autora destaca que, além de haver carência em relação à temática, ela abre o caminho para que mais pesquisas sejam realizadas nessa área histórica.

Ao pesquisar as representações sociais de determinadas épocas, as fontes documentais, como jornais e outros periódicos são importantes para compreensão de como a sociedade mantinha relação com a etnia cigana. Nesse viés, Gilmara Tavares Batista escreveu a dissertação *Ciganos e suas andanças por Campina Grande (1960 – 1990): trajetórias de vidas, representações e práticas culturais*. Essa pesquisa produziu uma cartografia com base nos jornais de Campina Grande – analisando as formas como eram representados os ciganos e sua socialização – associando-a aos relatos orais da forma como estes se identificavam entre os anos 1960 a 1990 (BATISTA, 2015). Assim, o trabalho discute a memória, a identidade, a cultura cigana e a historiografia de Campina Grande alicerçados em importantes referenciais teóricos. Essa dissertação é muito importante, pois as fontes históricas pesquisadas apontam formas como os ciganos foram recebidos em Campina Grande, como se deram as interações com a população não cigana e como se construíram as representações sociais dos ciganos nesta localidade. O trabalho também deu voz para que os ciganos compartilhassem suas vivências e memórias.

Com análise documental de jornais se desenvolve a pesquisa de Anaira Sousa de Moraes Sarmiento, a qual analisou *As Representações sociais dos povos chamados “ciganos” em jornais brasileiros (2008-2018)*. Neste trabalho, Sarmiento (2021) investiga a forma como os jornais retratam as representações sociais de ciganidade e como estes identificam e representam estes grupos ao veicular notícias e representações. Para isto, a autora analisou os jornais de três estados – onde a concentração de ciganos é maior –, quais sejam: os jornais Estado de Minas (MG), Correio (BA) e O Popular

(GO). Os principais resultados dessa pesquisa indicam que os ciganos são sempre retratados em duas condições opostas: como marginalizados ou como criminosos. Essas representações acabam por verberar sobre essa minoria étnica, cujo preconceito é reforçado pelos veículos de comunicação. Isso acaba por, de forma consciente ou não, fortalecer as práticas que caracterizam o racismo estrutural, tal como descrito por Almeida (2019).

Assim, conforme apresentado anteriormente, é possível dizer que o racismo é uma forma de discriminação que incide há séculos sobre a etnia cigana, causando inúmeros entraves aos direitos e à sobrevivência dos povos ciganos, como consequência de representações sociais carregadas de preconceito e estereótipos que recaem sobre os ciganos. Nesse sentido, as pesquisas envolvendo a temática das representações sociais, voltadas à essa etnia, apresentam alguma frequência.

As representações sociais também podem ser analisadas através de fotografias, como é o caso do trabalho *O que eu faria com aquilo que entrava pelos meus olhos? Gesto e poética na fotografia de Rogério Ferrari*, de Cássia Maria Alves Nunes. A informação, memória, documentação e estética das fotografias do livro *Ciganos*, de 2011, do antropólogo e fotógrafo Rogério Ferrari, que fotografou e mapeou grupos ciganos na Bahia, é o caminho pelo qual Nunes (2016) nos propõe uma análise das fotografias, imprimindo no debate as questões sociais e políticas. Essa produção se apresenta inovadora, já que recorre à fotografia para produzir conhecimentos sobre os povos ciganos, na mesma medida em que inclui no diálogo as questões políticas que sempre serão um ponto determinante para o estudo sobre/com os ciganos.

Outra pesquisa a ser destacada é a de Lucas Medeiros de Araujo Vale, *Vinha caminhando a pé, para ver se encontrava uma cigana de fé”: o culto aos espíritos ciganos no Catimbó/Jurema do Ylé Axé Nagô Ôxáguã (Caicó/RN)*, a qual consiste numa investigação da imagem dos ciganos em suas construções sociais e imagéticas nas representações dentro da Jurema sagrada, catimbó, terreiros de umbanda e candomblé, templos kardecistas e tendas ciganas espiritualistas. Vale (2018) salienta que em muitas religiões de matrizes africanas é possível identificar a figuração dos ciganos representados em entidades ou linhas de trabalho; seja como forma de culto, ou na compreensão de como se dão essas relações. Esse estudo é uma importante contribuição para se entender as formas de culto aos ciganos dentro da Jurema nordestina, e um combate à intolerância religiosa presente em nosso país, além de retratar como representações ciganas permeiam o universo religioso.

A família é um ponto de grande relevância dentro das culturas das etnias ciganas, afinal, é em torno dela que se desenham as relações sociais, bem como as representações sociais dos indivíduos e dos papéis sociais que realizam no cotidiano (SILVA, 2015). Dessa forma, o pesquisador Maílson Ferreira da Silva, em seu estudo *A vida em família: parentesco, relações sociais e estilo de vida entre os Calons de Sobral, Ceará*, analisa as relações sociais dos ciganos da família Cavalcante, residente em Sobral, Ceará. o autor analisa as relações dos ciganos a partir da perspectiva familiar e os seus desdobramentos, indicando como se dão as formas de solidariedade entre os ciganos. Nessa pesquisa, Silva (2015) busca compreender como os membros do grupo lidam com os conflitos, os matrimônios e as relações familiares, relatando a sociabilidade e a forma de organização dos mesmos. Esse trabalho agrega informações importantes sobre como a família ocupa um lugar central na cultura cigana; em torno dela se organiza o modo de vida cigano, as relações sociais e as tomadas de decisões entre seus membros. A tese também ajuda na compreensão de como se dá a relação entre ciganos e não ciganos, principalmente quando acontece um casamento, e os desdobramentos diante desta realidade.

A abordagem sobre as representações sociais nesta dimensão relatou formas de vida, costumes e a forma como os ciganos são representados nos mais diversos espaços: na família, no grupo cigano ou na sociedade não cigana. O que podemos observar em muitos trabalhos é que o preconceito ainda é presente contra a etnia dos ciganos, traços de um racismo estrutural que visa a promoção de desigualdades, estereótipos e a marginalização de povos e culturas. Uma imagem dos ciganos construída historicamente a custo de muitas perseguições e discriminação. Segundo Barreto (2020), durante toda a história dos ciganos estes sempre foram alvos de racismo, de campanhas negativas contra suas comunidades, fato este que os levou os ciganos a se movimentarem no intuito de preservação de sua vida, seus costumes e suas crenças, buscando proteção contra as constantes perseguições sofridas. É exatamente por isso que a informação e a educação sobre este povo são de extrema importância, pois contribuem para a construção de uma sociedade justa, plural e diversa, onde as redes de socialização aconteçam longe do o racismo e de outras discriminações.

Salientamos que muitos estudos ainda precisam ser realizados sobre essa temática, pois somente com o conhecimento é que o ser humano pode romper as barreiras da ignorância e do desconhecimento e se lançar a perceber e tentar compreender o outro em sua realidade, para além de visões estereotipadas.





**Quadro 7 - Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão “cultura”**

<b>Ano</b>	<b>Produto</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Área do Conhecimento</b>	<b>Instituição</b>
2015	Dissertação	Juliana Miranda Soares Campos	Casamento cigano: produzindo parentes entre os Calon do São Gabriel	Antropologia	Universidade Federal de Minas Gerais
2016	Tese	Virginia Katia De Araujo Souza	Entre laços e teias: famílias ciganas no Seridó Potiguar	Sociologia do Desenvolvimento	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
2017	Dissertação	João Gabriel Farias Barbosa de Araujo	Arquitetura por um fio: vestes e abrigos de povos ciganos e nômades	Arquitetura e Urbanismo	Universidade de São Paulo
2018	Dissertação	Rachel Pontes Pessanha Fernandes	O envelhecimento humano na percepção dos ciganos acampados no distrito de Tócos do município de Campos dos Goytacazes/RJ	Sociais e Humanidades	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
2019	Dissertação	Maria Raquel Alves da Rocha	A performance no ritual das masinas do grupo Devlesa Avilan	Antropologia	Fundação Universidade Federal do Piauí
2020	Dissertação	Luka Milanovic	Ornamentos na música tradicional dos ciganos romenos: um estudo das práticas interpretativas dos Lăutari	Música	Universidade Federal de Minas Gerais

2020	Dissertação	Monica Cristina Soares Barretto	Aos ciganos, as estradas da língua: uma viagem ecolinguística	Linguística	Universidade Federal Fluminense
------	-------------	------------------------------------	---	-------------	---------------------------------------

Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

#### 4.5 5ª dimensão: cultura

Como observamos no Quadro 7, as dimensões culturais destacadas nas produções abrangem os mais variados temas, os quais influenciam nas formas de organização e nos movimentos dos grupos ciganos. Nessa dimensão, temas como casamento cigano, música, vestimentas, moradias, língua e práticas religiosas nos possibilitam um olhar sobre uma cultura tão diversa, de modo que a interação entre os ciganos e a população não cigana seja promotora de vivências e trajetórias de rompimento e combate a práticas racistas e ao racismo estrutural e institucional, uma cultura cheia de sinais e significados que através da pesquisa e das produções científicas nos auxiliam a compreender as interações entre os ciganos, as relações em suas comunidades, sua cultura, identidade e sua visão de mundo.

Juliana Miranda Soares Campos nos apresenta sua dissertação sobre *Casamento cigano: produzindo parentes entre os Calon do São Gabriel*. Nessa pesquisa, o que chamou atenção da autora foi a centralidade da família e do casamento para os ciganos Calons, como forma de organização social, bem como as relações familiares que se tornam centrais nas formas de socialização dos ciganos. Ademais, Campos (2015) mostra como se dão as relações e problematiza o casamento como uma das fontes de identificação dos indivíduos ciganos, como uma maneira de construção do seu ser Calon. É um trabalho que agrega uma contribuição sobre como se dá os ritos de casamento, entrega e vivência de ciganos da etnia Calon, participando de seu cotidiano e percebendo como ocorrem as relações entre eles. Ao pesquisar os ciganos do São Gabriel, o trabalho, com seu ineditismo, traça um importante olhar sobre as relações no interior dos acampamentos ciganos.

Investigando as formas de vestimentas e de habitação de ciganos e nômades, João Gabriel Farias Barbosa de Araújo nos apresenta seu trabalho: *Arquitetura por um fio: vestes e abrigos de povos ciganos e nômades*, uma pesquisa que é um mergulho na cultura material de grupos nômades que, como define o autor, estão em constante movimento. Na visão do autor, as vestes, os acessórios e as relações que se estabelecem entre as moradias e suas vestimentas – abrangendo o espaço de habitação e vida dos nômades – funcionam como forma da construção de sua identidade. Para uma compreensão mais profunda sobre o seu tema de pesquisa, Araújo (2017) visitou acampamentos de ciganos e entrevistou costureiras, cuja especialização são os vestidos

das ciganas. As vestes e arquiteturas dessa etnia muitas vezes estão ligadas aos credos e à cultura. Essa dissertação colabora para refletirmos sobre a relação entre vestimentas e arquiteturas de povos nômades, como no caso da pesquisa do povo cigano da etnia Calon, além de ser uma importante contribuição dentro da área da arquitetura e do design como forma de estudo voltada para contemplar a cultura nômade e sua identidade expressa através da vestimenta e moradia.

*A performance no ritual das masinas do grupo Devlesa Avilan* é o trabalho de Maria Raquel Alves da Rocha, uma pesquisa em Antropologia com ênfase na etnografia. Nesta análise, Rocha (2019) aplica teorias sobre performance e ritual, debruçando-se sobre um trabalho de campo onde se depara com as novas percepções e configurações.

Outro aspecto de importância é a presença da musicalidade na vida de alguns grupos de ciganos (MILANOVIC, 2020). Pensando nisso, Luka Milanovic, em sua pesquisa intitulada *Ornamentos na música tradicional dos ciganos romenos: um estudo das práticas interpretativas dos Lăutari* aborda as especificidades sonoras de tradição de músicos ciganos romenos profissionais que participaram da pesquisa realizada em Bucareste – onde o mesmo pesquisou e teve contato com apresentações dos Lăutari que contribuíram para suas análises e pesquisas.

A devoção à Santa Sara é o fio condutor do *trabalho Aos Ciganos, as estradas da língua: uma viagem ecolinguística*, de Monica Cristina Soares Barreto. A autora inicia sua análise a partir da devoção à Santa Sara Kali, Santa considerada padroeira dos ciganos, estudando o uso da língua Romani como sendo um fator identitário para comunidades ciganas. Barreto (2020) mergulha na cultura cigana e nas vivências em festividades da comunidade cigana. Essa pesquisa possibilita debates sobre a língua Romani, e contribuiu para que autora pudesse ter um contato mais próximo com líderes ciganos e suas comunidades. Além disso, ela também analisa a oração à Santa Sara, a letra de um Samba Enredo da Escola de Samba Pérola Negra com a temática sobre os ciganos e o hino cigano. O trabalho agrega ao leitor múltiplas visões sobre o tema, tanto do ponto de vista dos ciganos quanto da população não cigana.

São desafios, laços e teias de relações os objetos de estudos presentes no trabalho *Entre laços e teias: famílias ciganas no Seridó Potiguar*, de Virginia Katia de Araújo Souza, a qual relata uma pesquisa com ciganos do Seridó Norte Rio-Grande nas cidades de Cruzeta, Florânia, São Vicente e Currais Novos. Com o intuito de analisar a relação desses grupos com a sociedade não cigana, a organização de suas famílias e os

movimentos de circulação e fixação destes grupos de ciganos, Souza (2016) fez uso da observação participante como parte fundamental da sua etnografia, com entrevistas formais e informais e com a utilização de fotografias. As formas como ocorrem a movimentação destes grupos, a feira, a quiromancia e outras práticas ainda revelam uma tensão entre os não ciganos e os ciganos. Nas redes familiares desses grupos de ciganos, a autora percebe o apoio e a garantia de sobrevivência de uma etnia que recria em suas andanças sua história e carrega muitas dificuldades. Essa tese de doutorado colabora para entendermos as relações sociais estabelecidas entre os ciganos e os não ciganos. O trabalho contribui para pensar a movimentação dos ciganos e conceitos como o sedentarismo cigano e o nomadismo.

Na pesquisa intitulada *O envelhecimento humano na percepção dos ciganos acampados no distrito de Tócos do município de Campos dos Goytacazes/RJ*, de Rachel Pontes Pessanha Fernandes, a autora investiga como os ciganos entendem o processo de envelhecimento, a partir de uma pesquisa realizada no distrito de Tócos, município de Campos dos Goytacazes, no interior do Rio de Janeiro. A metodologia para produzir os dados foi um questionário, com perguntas abertas e fechadas. O trabalho destacou o quanto a cultura à qual os ciganos estão inseridos contribui na sua forma de entender os processos de envelhecimento. Este trabalho é de grande relevância, pois destaca um aspecto pouco trabalhado nos demais, qual seja: o processo de envelhecimento dos ciganos, seus desafios e vivências. Além disso, a pesquisa é realizada no interior do estado do Rio de Janeiro, território que carece de estudos sobre os ciganos acampados a região. O trabalho se destaca por múltiplas abordagens e pelo ineditismo da pesquisa, bem como pela sua contribuição para abordagens futuras, ampliando debates dentro da temática geracional e etarista.

Na dimensão cultural é possível afirmar que todas as pesquisas destacadas apresentam uma enorme potência, pois revelam formas e traços das mais variadas comunidades ciganas em diferentes regiões do país. Investigações sobre vestuário, moradias, envelhecimento, práticas religiosas e outros temas que são precisos dentro da cultura das comunidades ciganas são abordadas nessa dimensão e revelam que mais pesquisas dentro do universo cultural dos ciganos merecem ser desenvolvidas, pois poderão colaborar para o combate às formas de preconceito e discriminação vivenciadas por este povo.



**Quadro 8** - Teses e dissertações: povos ciganos e a dimensão “educação”.

<b>Ano</b>	<b>Produto</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Área do Conhecimento</b>	<b>Instituição</b>
2013	Tese	Luciana Camara Fernandes Bareicha	Educação e exclusão social: a perspectiva dos ciganos e dos não ciganos	Educação	Universidade de Brasília
2016	Tese	Flavio Jose de Oliveira Silva	O céu é meu teto, a terra minha morada: cultura e educação cigana no RN (2006 – 2016)	Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
2017	Tese	Ana Katia Pereira Pinto	Entre andanças, transformações e fronteiras: (re)significações da escola por ciganos do Espírito Santo	Educação	Universidade Federal do Espírito Santo
2017	Dissertação	Luanda Almeida Reis da Silva	Desafios para a efetivação do direito à educação: com a palavra, os Ciganos	Sociais e Humanidades	Universidade Católica de Salvador
2018	Dissertação	Maria Marlene Rodrigues da Silva	Sociolinguística: contribuições para a criação de um currículo para povos itinerantes	Linguística	Universidade de Brasília
2019	Dissertação	Camila Gonçalves de Jesus Lopes	Cultura cigana: a (in)visibilidade dos calon nas práticas pedagógicas de uma Escola Municipal em Camaçari – Bahia.	Educação	Universidade Estadual de Feira de Santana
2020	Dissertação	Elma Cerqueira Barretto Lago	As relações étnicas entre os ciganos e demais habitantes da cidade de maracás no espaço escolar Sudoeste da Bahia	Sociais e Humanidades	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

2021	Tese	Lenilda Damasceno Perpétuo	Quantas pedras no meio do caminho? Representações sociais acerca dos povos ciganos e a relação com o trabalho e a educação escolar na etnia calon	Educação	Universidade de Brasília
2022	Dissertação	Marcio Edovilson Arcas	Somos iguais a você (!?): sobre fixação, alteridade e escolarização da rom (ciganos) calon em Santa Fé do Sul/SP	Educação	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

#### 4.6 6ª dimensão: educação

Como pode ser observado no Quadro 8, a dimensão educacional conta com importantes trabalhos e apresenta pesquisas que promovem uma investigação sobre a luta por uma educação mais inclusiva para as minorias étnicas, levando em consideração um currículo mais plural, no qual todas as etnias possam se sentir representadas no espaço escolar. Os trabalhos selecionados para discutir sobre essa dimensão colaboram com seus dados e pesquisas para, além de darem voz aos ciganos, auxiliarem na criação de políticas no campo educacional. Igualmente, as reflexões sinalizam que mais estudos precisam ser realizados dentro da temática da educação, pois descortinam e promovem o avanço de percepções sobre o universo escolar e os ciganos.

A pesquisa *Desafios para a efetivação do direito à educação: com a palavra, os ciganos*, de Luanda Almeida Reis da Silva, foi realizada a partir dos desafios enfrentados por ciganos da etnia Calon, nordestinos, para que conseguissem o seu direito à educação (SILVA, 2017). Com apoio de entrevistas e da análise documental, essa autora nos leva a entender os caminhos trilhados dentro do cenário educacional por ciganos graduados, graduandos e pós-graduados. O estudo apontou que, na maioria das vezes, as ações preconceituosas dentro do espaço escolar se tornam empecilhos para muitos continuarem os estudos e que o incentivo familiar também constitui um importante ponto de apoio (SILVA, 2017). O texto mencionado possui um destaque ao relatar a luta dos ciganos Calon pela efetivação dos seus direitos a educação, versando sobre temas que permeiam as lutas do povo cigano, além de analisar documentos educacionais, identificando a presença dos ciganos nessas políticas. O trabalho possui um eminente aspecto de apresentar os motivos que influenciam na baixa escolaridade dos ciganos e promover a reflexão atenuada sobre essa pauta.

O ponto de apoio aos estudantes ciganos precisa estar associado às boas práticas pedagógicas, como analisou Camila Goncalves de Jesus Lopes, em sua dissertação *Cultura cigana: a (in) visibilidade dos calon nas práticas pedagógicas de uma escola municipal em Camaçari – Bahia*. Assim, Lopes (2019) relaciona pontos que são determinantes em seu estudo: a cultura cigana, o currículo, as práticas pedagógicas da escola e as políticas públicas para população cigana. Nessa pesquisa a autora aplicou questionários e realizou entrevistas, chegando à conclusão de que a cultura cigana ainda não foi incluída nas propostas educativas e, dessa forma, ainda são reproduzidas práticas pedagógicas excludentes. A dissertação sobre a qual discutimos aqui promove a potência de uma autora que, sendo professora da escola pública e intrigada em estudar os ciganos Calon, expõe em sua pesquisa que a invisibilidade

dos ciganos deriva de processos muito anteriores de preconceitos e discriminação. Essa pesquisa, em suma, é um norteador para que a sociedade possa pensar na necessidade do Estado repensar suas políticas e nas formas de reparar injustiças e exclusão social.

Dessa forma, precisamos reforçar a importância de investigações que colocam em foco temas como educação e povos ciganos. Nessa direção, Elma Cerqueira Barretto Lago, em sua pesquisa intitulada *As relações étnicas entre os ciganos e demais habitantes da cidade de Maracás no espaço escolar Sudoeste da Bahia* analisa as interações entre os habitantes de Maracás e os ciganos. A autor discute como essas interações se dão no ambiente escolar. Outros fatores também estudados no trabalho em pauta dizem respeito ao processo de sedentarização desta comunidade cigana e aos elementos culturais que são preservados com o passar do tempo (LAGO, 2020). Muitas são as lutas de enfrentamento pela educação que encontram os grupos ciganos – principalmente a invisibilidade e os preconceitos –, sinalizando que é preciso fazer valer o respeito às diferenças. Essa pesquisa se destaca ao apontar a investigação sobre a aproximação dos ciganos sedentarizados com a escola, percebendo, no contexto do estudo, que os ciganos sedentarizados preservam seus costumes e sua cultura e, ainda, que dentro da escola as etnias buscam a boa convivência.

Sobre a pauta da invisibilidade, Marcio Edovilson Arcas apresenta a escolarização de ciganos da etnia Calon em Santa Fé do Sul/ SP, desde os anos de 1950. O trabalho *Somos iguais a você (!?): sobre fixação, alteridade e escolarização dos rom (ciganos) calon em Santa Fé do Sul/SP*, além de estudar o processo de escolarização, também investiga a fixação dos ciganos que passam como invisibilizados pelo poder público. Portanto, o estudo de Arcas (2022) analisa como a escolarização é entendida e percebida pelo grupo cigano. Temas como o preconceito, a cultura e a escolha da cidade para fixação do seu grupo são abordadas nessa pesquisa. O trabalho, ao falar sobre o povo rom, utiliza-se de cartas do baralho cigano para ir desenhando as temáticas que deseja desenvolver. Uma abordagem de ponta, pois aborda os ciganos sobre o viés de suas crenças e práticas culturais. Além disso, chama a atenção do leitor para a necessidade do aprofundamento de estudos relacionados às diferentes áreas que envolvem povos ciganos. Essa é uma pesquisa de extrema relevância para o cenário acadêmico.

A terra como moradia e o direito a uma pedagogia da itinerância é o que nos apresenta Flávio José de Oliveira Silva, em sua dissertação intitulada: *O céu é meu teto, a terra minha morada: cultura e educação cigana no RN (2006 – 2016)*. Fazendo uso de uma metodologia qualitativa, o autor afirma que as Ciências Sociais e Humanas precisam se debruçar sobre a temática dos ciganos, sua história e formas de organização. A dissertação em questão pesquisa

ciganos Calon e discorre sobre os sofrimentos e desafios que muitos ciganos Calon vivenciam em seu cotidiano. O trabalho de (SILVA,F.2016) revela a potência de uma pedagogia da itinerância, uma abordagem que permite mudanças e novas perspectivas no campo educacional, além de restabelecer novas práticas educacionais.

Também pensando em contribuir para a criação de currículo para povos itinerantes, Maria Marlene Rodrigues da Silva fortalece essa proposta ao elaborar o texto *Sociolinguística: contribuições para a criação de um currículo para povos itinerantes*. A autora baseia-se em pesquisas realizadas por ela com ciganos da etnia Calon na região de sobradinho, no Distrito Federal, as quais foram criadas a partir de uma questão problema: quais as contribuições da Sociolinguística, das teorias dos letramentos, do multiculturalismo e do currículo para a criação de uma proposta de um currículo intercultural e inclusivo que atenda pessoas de comunidades romaní considerando sua diversidade? (SILVA, 2018, p. 16). Assim, ambos os autores – Flávio José e Maria Marlene – percebem que é urgente se pensar em um currículo que atenda a interculturalidade do povo romaní, abrangendo também as suas diversidades. Nessa concepção dos autores, percebemos a atualidade e a relevância desta pesquisa para novos debates no meio escolar.

No trabalho intitulado como *Entre andanças, transformações e fronteiras: (re)significações da escola por Ciganos do Espírito Santo*, de Ana Katia Pereira Pinto, busca-se entender o que a escola representa para os ciganos adultos do acampamento Sol situado no Espírito Santo. A pesquisa estuda fatores que impediram a frequência dos ciganos à escola, como: nomadismo, expulsão frequente, discriminação, matrimônio na adolescência e a relação dos ciganos com a escola (PINTO, 2017). Partindo de muitas interrogações levantadas, a autora iniciou seus estudos com registros de observações e diálogos, todos apoiados em importantes referenciais teóricos. Ao final, a autora conclui que o grupo cigano desse acampamento está modificando a sua relação com a escola por meio das flexibilizações em seu modo de ver e conceber esse espaço (PINTO, 2017). Essa pesquisa possui destaque ao sinalizar e abordar os sentidos que os ciganos dão à instituição escolar. Partindo das várias opiniões dos ciganos do acampamento em questão, esse trabalho chama atenção para as percepções que os mesmos possuem do encontro de culturas, além de agregar informações essenciais ao modo de se pensar em cultura cigana e educação.

Na dimensão educacional dois trabalhos buscam analisar a relação entre os ciganos e a escola no Distrito Federal, quais sejam: Educação e exclusão social: a perspectiva dos ciganos e dos não ciganos, de Luciana Câmara Fernandes Bareicha, e o trabalho de Lenilda Damasceno Perpétuo, *Quantas Pedras no Meio do Caminho? Representações sociais acerca*

*dos povos ciganos e a relação com o trabalho e a educação escolar na etnia Calon.* No primeiro trabalho, a autora aborda a questão da exclusão social e do ser cigano entre grupos ciganos e não ciganos (BAREICHA, 2013). Apoiada em métodos de pesquisas qualitativos e quantitativos, essa pesquisa busca ouvir estes grupos, alunos e professores de escolas e universidades no Distrito Federal. Desse modo, Bareicha (2013) aponta as divergências de diferentes olhares dos grupos ciganos e dos não ciganos, além de destacar que a escola não inclui em seu currículo a cultura cigana, sendo também um traço que colabora para a manutenção da exclusão social.

Por sua vez, o trabalho de Perpétuo (2021) ouviu as vozes de integrantes de uma comunidade Calon, investigando suas vidas, retratando problemas que sofrem com relação à baixa escolaridade, os preconceitos e a invisibilidade social. O estudo foi norteado pelas representações sociais que auxiliaram a investigação da temática, distanciando as imagens e as representações estereotipadas que contribuíram para o anticiganismo. Tais imagens e representações impactam, de forma direta, na vida dos ciganos e na procura e ingresso à educação formal, entre outros aspectos que contribuem para a baixa escolarização desse grupo étnico. Os dois trabalhos em questão são de grande relevância e apontam as lutas, a invisibilidade dos ciganos e as formas que buscam para mudar essa situação. São pesquisas que não somente contribuem para o conhecimento da cultura cigana, mas também se configuram como objetos importantes para denunciar problemas sociais, buscando a transformação da sociedade em espaços onde a pluralidade e a diversidade étnica sejam respeitadas em múltiplos locais, destacando os espaços formais e informais de ensino por onde as múltiplas culturas são apresentadas e se encontram.

Essa dimensão educacional nos coloca frente ao encontro que acontece no espaço escolar entre a tradição, a cultura cigana e a escola, a qual possui múltiplas diversidades e carece de políticas de inclusão às minorias e de currículos plurais que colaborem para que os alunos possam se ver representados e entendam sua história como povo colaborador da história nacional. A educação nesse âmbito carece de mais pesquisas e olhares que potenciem a escola como espaço transformador da realidade, exercendo seu papel de promotora da educação com ações transformadoras e rompendo fronteiras étnicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da abordagem metodológica que foi utilizada ao longo desta pesquisa, observamos que os dados encontrados e cadastrados na Plataforma Sucupira indicam que em dez anos, apesar de encontrarmos uma produção diversa sobre a temática cigana em suas dimensões, ainda é possível afirmar uma ausência profunda do tema nos programas de pós-graduação. Dentre os trabalhos sobre diferentes identidades de minorias políticas, sociais, culturais e étnico-raciais, a questão cigana continua navegando no mar de invisibilidade e, por consequência disso, há pouca informação científica sendo desenvolvida sobre a temática. Uma das decorrências da carência desse estudo é a fragilidade do povo cigano frente às desinformações que circulam e se popularizam sobre suas vidas e culturas.

Desse modo, o presente trabalho suscita a necessidade de uma reflexão profunda sobre o papel das universidades na formação dos (as) futuros (as) pesquisadores (as) e como alguns temas ainda permanecem negligenciados no processo formativo de nossos (as) educadores (as), futuros (as) professores (as). Tal negligência pode ter impacto no modo como os espaços formais e informais de ensino são capazes de abraçar, acolher e fomentar a diversidade étnico-racial. Afinal, se esses temas não são pesquisados no universo acadêmico ou se a produção da temática continua escassa, como poderemos promover vozes plurais que reivindiquem uma ampliação de nossa concepção de universidade e sociedade?

Cabe destacar que nos trabalhos analisados foi possível observar a predominância de pesquisas realizadas por instituições públicas de ensino, sendo 92,85% produzidas por instituições públicas e apenas 7,15% por instituições privadas. Tal identificação torna-se importante, pois está associada à relevância da defesa e garantia do ensino gratuito, de qualidade e de ponta que as universidades públicas brasileiras possuem. Sendo assim, compensa reivindicar o investimento que deve ser feito no ensino público, bem como nas pesquisas e projetos de extensão; afinal, são as universidades públicas que garantem o protagonismo dos mesmos no fomento da justiça social educacional.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) possibilitou que mais polos universitários fossem criados em municípios do interior, até então negligenciados. Santo Antônio de Pádua, cidade localizada no Noroeste Fluminense e de onde a presente pesquisa é realizada, é uma delas. Deste modo, a ampliação da universidade pública pode ser compreendida também como um instante fundamental para a diversidade territorial, sendo essa associada à possibilidade de outros corpos e vozes

ocuparem o espaço acadêmico que até então parecia muito distante. Tal movimento integra a promoção de pesquisas locais, dentre as quais se inclui a investigação sobre ciganos e suas comunidades. Por essa razão, este trabalho colabora e reafirma o fortalecimento da educação pública e da luta antirracista. Uma luta que deve ser de toda a sociedade brasileira, colaborando para que a realidade seja modificada e os povos ciganos possam estar/ser presentes e respeitados em todos os espaços que desejarem frequentar. Nesse sentido, esta pesquisa busca colaborar para que pautas importantes à diversidade étnica permeiem os espaços da sociedade e da vida acadêmica, denunciando o racismo institucional e estrutural.

Fortemente presente na sociedade e nas instituições, o racismo estrutural ocasiona uma irregularidade quando observamos o acesso aos serviços e aos bens públicos. Concretamente, reduz as perspectivas dos povos ciganos de alcançarem uma projeção social e, ao mesmo tempo, contribui para que eles sejam colocados na condição de vítimas de uma sociedade que se organiza com base na segregação a partir da categoria de racialização. Nessas sociedades, as desigualdades são naturalizadas pela burguesia econômica, algo construído por marcadores que perduram por séculos de exclusão social. A desconstrução deste racismo poderá ser colocada em prática por meio de políticas públicas, leis, programas sociais e pesquisa. Uma transformação social que provém dos estudos, das pesquisas e das reflexões elaboradas a partir delas. Para isso, precisamos contar com as instituições de ensino, as quais sendo espelhos de nossa sociedade – ao se reconhecerem como reprodutoras deste racismo – podem e devem adotar ações para desafiar a naturalização desse crime que é produzido – de forma consciente ou não – contra os povos ciganos. Isso ampliaria a possibilidade de mais estudos e pesquisas sobre os mesmos, repercutindo no seu acesso e acolhimento nos espaços universitários.

A pesquisa científica é, sem dúvidas, um elemento potencializado da inclusão social, pois cada tema abordado sobre diversidade étnica é uma forma de projetar as vozes daqueles que são excluídos e vítimas de toda forma de marginalização social e econômica. Pesquisar temas que possibilitam a visibilidade das minorias políticas – entre elas os povos ciganos – colabora para que a academia e a sociedade se aproximem da realidade cigana.

Desse modo, pesquisas como a que realizamos aqui podem auxiliar para que temáticas distintas, como a que abordamos: ciganos, possam compactuar com a formação de cientistas e pesquisadores críticos e reflexivos, contribuindo para caminhos de transformação da realidade atual. Por um lado, isso amplia a percepção dos preconceitos, dos racismos e das desigualdades que foram construídos historicamente contra esses povos. Por outro lado, essas pesquisas coadunam em ressaltar que o racismo precisa ser combatido, através de estudos,

leis, pesquisas, programas e ações afirmativas que possam reafirmar a luta antirracista. Nesse sentido, a formação plena de novos cientistas comprometidos com essa pauta torna-se mais do que necessária.

Interculturalizar a pesquisa é pensar em produções científicas que rompam com práticas hegemônicas para legitimar vivências, cultura, oralidade e potencializar valores étnicos de um povo. Atualmente é na luta na resistência e através do atravessamento de ideias e pensamentos que a pesquisa científica deve lutar para garantir que práticas de pesquisas colonizadoras sejam freadas, a partir de uma ciência comprometida com propostas e pesquisas menos coloniais e segregatórias, possibilitando que aconteça a descolonização do pensamento e da pesquisa.

Por isso, encerramos esta dissertação com o desejo de que mais produções sobre os povos ciganos sejam realizadas nos próximos anos. Almejamos, também, que o perfil dos programas de pós-graduação, nas décadas que se aproximam, possam se desenhar com ações afirmativas, inclusão, pesquisa e, sobretudo, com as vozes do povo cigano defendendo e participando da construção de uma sociedade. Nessa nova era, esperamos que o respeito entre os povos seja a grande bandeira para uma educação que visa combater o racismo estrutural e institucional.

Compreendemos, portanto, que a visibilidade das pesquisas voltadas ao povo cigano integra a luta contra o racismo estrutural que atravessa a sociedade, especialmente, neste caso, o racismo institucional que ainda prevalece nos dias atuais. Com isso, percebemos que a presente pesquisa faz coro a um movimento amplo de reivindicação por justiça e direitos, a partir de políticas públicas que possam garantir uma universidade pública, gratuita e de qualidade que combata e criminalize, fortemente, o racismo contra os povos ciganos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.
- ALVES, I. S. **História, memória e identidade: os ciganos no interior da Bahia na segunda metade do século XX**, 2015.
- ANDRADE, F. M. R.; et al. Ações afirmativas no ensino superior: o caso do programa de pós-graduação em ensino, da Universidade Federal Fluminense. **Educação e Políticas em Debate**, v. 11, p. 122-141, 2022.
- AQUINO, A. R. de. Uma aproximação entre a realidade jurídica cigana da Colômbia e do Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. Coletânea de artigos: povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília: MPF, 2020.
- ARAÚJO, J. G. F. B. de. **Arquitetura por um fio: vestes e abrigos de povos ciganos e nômades**, 2017.
- ARAÚJO, I. D. **O Poeta Laurindo Rabello: história e memória cigana em modinhas e lundus do Romantismo**, 2018.
- ARAÚJO, D. P. Inclusão com mérito e as facetas do racismo institucional nas universidades estaduais de São Paulo. **Revista Direito e Praxis**, v. 10, n. 03, p. 2182-2213, 2019.
- ARCAS, M. E. **Somos iguais a você (!?): sobre fixação, alteridade e escolarização da rom (ciganos) calon em Santa Fé do Sul/SP**, 2022.
- BAREICHA, L. C. F. **Educação e exclusão social: a perspectiva dos ciganos e dos não ciganos**, 2013.
- BARRETTO, M. C. S. **Aos ciganos, as estradas da língua: uma viagem ecolinguística**, 2020.
- BATISTA, Gilmar Tavares. **Ciganos e suas andanças por Campina Grande (1960 – 1990): trajetórias de vidas, representações e práticas culturais**, 2015.
- BENEDITO, M. P. de L. L. **Currículo do sistema currículo Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8672859482814264>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- BENEVIDES, M. V. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata? Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**, 2007.
- BENTO, C. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BONOMO, M.; CARDOSO, G. K. A. Infância Calin: socialização étnica e identidade social entre crianças ciganas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2019.

BORGES, F. A. **A inserção de novos sujeitos no espaço agrário do triângulo mineiro: os ciganos do assentamento Paulo Faria**, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF Constituição (1988).

BRASIL. **Informativo Atendimento a Povos Ciganos no SUAS**, 2018.

BRASIL, **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1989.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.459, de 13 de maio de 1997**. Regulamenta o Altera os artigos 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19459.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm). Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm) . Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Brasil cigano**. Guia de políticas públicas para povos ciganos. 2. ed. Brasília/DH: [s/e.], 2014.

CAIRUS, B. G. **Ciganos roms no brasil: (in) visibilidades, imagens e identidades diaspóricas na contemporaneidade**, 2018.

CAMPOS, J. M. S. **Casamento cigano produzindo parentes entre os calon do São Gabriel**, 2015.

CAMPOS, J. M. S. **O nascimento da esposa: movimento, casamento e gênero entre os calons mineiros**, 2020.

CAPES. 2023. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CARDOSO, G. K. de A. **Nós somos ciganos. E você, o que é?** Processos identitários entre três gerações de ciganos calon no Estado do Espírito Santo, 2018.

CARDOSO, N. C. Entre retratos e visitas: reflexões com famílias ciganas em **Tupaciguara-MG**, 2019.

CARLOS, L. L. L. **Memória, cultura e tradição: trajetória histórica dos ciganos em Sobral (1974-2000)**, 2016.

CARVALHO, J. J. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 1, n. 42-43, p. 303-340, 2003.

CAVALCANTE, J. da S. **"Sou mais cigano que morador": Relações interétnicas e a questão da identidade cigana em São João do Paraíso (MA)**, 2021.

COMPARATO, F. K. O princípio da igualdade e a escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 47-57, 2013.

COUTINHO, C. L. R. **Os Ciganos nos registros policiais mineiros (1907-1920)**, 2016.

CUNHA, J. R. da. **"Olhe nosso centro! Aqui somos todos ciganos": construções identitárias e dinâmicas políticas entre os ciganos de Sousa - PB**, 2015.

DANTAS, J. A. **Dissimetria entre o hábito cigano do mercado e o trabalho formalizado: encontros e desencontros**, 2017.

DURANTE, D. S. **Ciganos nas terras no Espírito Santo (1870-1936): representações sociopolíticas**, 2014.

DURANTE, D. S. **O bando do cigano Deolindo: higienismo e criminalidade na belle époque capixaba (1890-1898)**, 2022.

FARIA Heraldo, GELSON, MACHADO Flavinho, E a magia da sorte chegou, Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Viradouro, Rio de Janeiro 1992. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dEzMo3HI00M>. Acesso em 01ago2023.

FELIPE, A. dos R. **Narrativas de formação de famílias ciganas em Pires do Rio - GO (2000 a 2017)**, 2018.

FERNANDES, R. P. P. **O envelhecimento humano na percepção dos ciganos acampados no distrito de Tócos do município de Campos dos Goytacazes/RJ**, 2018.

FERNANDES, V. M. **Reflexões sobre a saúde da população cigana/romani, tendo em vista a resposta do estado às suas necessidades específicas para o enfrentamento à pandemia do Covid-19**. 2021. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Saúde Coletiva) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

FILICE, R. C. G.; SANTOS, D. S. **Ações Afirmativas e o sistema de cotas na UnB: antecedentes históricos**, 2011.

FILHO, Mello Moraes. Os ciganos no Brazil contribuição ethnográfica. Rio de Janeiro, 1886.

FONTANA, H. F.; LUCAS, D. C. **O (não) lugar da identidade cigana e a necessidade de reconhecimento.** Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica ODS: 10 - Redução das desigualdades, 2020.

G1. MPF pede explicações a Weintraub por críticas às expressões 'povos indígenas' e 'povo cigano'. 26/05/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/26/mpf-pede-explicacoes-a-weintraub-por-declaracoes-sobre-termos-povos-indigenas-e-povo-cigano.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GARRONI, L. M. **O Estado de exceção dos ciganos na Constituição Brasileira:** um estudo de caso no município de Pouso Alegre – MG, 2019.

GIANEZINI, Q. **A formação do sujeito político na universidade:** a memória e o papel dos estudantes e docentes envolvidos no processo de expansão de uma universidade estadual. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, p. 1-21, 2011.

GODOY, P. P. **A racialização dos(as) ciganos(as) e a experiência dos Calon de Belo Horizonte como sujeitos coletivos de um projeto histórico de liberdade,** 2015.

GOHN, M. G.; ZANCANELLA, Y. A Relação entre Universidade e Movimentos Sociais como Princípio da Construção Crítica da Educação do Campo. **Olhar de Professor**, v. 15, n. 1, p. 57-70, 2012.

GOMES, Carliane Sande s Alves. Os ciganos, peregrinos eternos nas estradas do mundo: Saint Marie de L' Mer é o seu lugar. **Dossiê Turismo:** entrecruzamentos de cultura, memória e desenvolvimento Arquivos do CMD, v. 8, n.1, jan/jul. 2020.

GUARNIERI, F. V.; SILVA, L. L.M. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 70-78, 2007.

HENRIQUE, J. da S. **O fundamento anticigano:** contribuições para uma crítica à constituição lógico-histórica do mundo moderno, 2020.

HILKNER, R. A. R. **Ciganos:** Peregrinos do Tempo - Ritual, cultura e tradição. São Paulo, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017. 144 p.

ICB. Instituto Cigano Do Brasil. **Mapa de óbitos pela COVID-19.** Povo Cigano/Rom.2020. Facebook: Instituto Cigano do Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/memorialcovidpovociganodobrasil/photos/a.115659770194233/598996948527177/>. Acesso em: 03 out. 2022.

JANUÁRIO JUNIOR, E. J.. **Ciganos e ciganas em trânsito:** gênero, etnicidade e mudança cultural na comunidade cigana do Japumerim, Itagibá-BA, 2019.

ANDRADE JUNIOR, L. Os ciganos e os processos de exclusão. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 66, p. 95-112, 2013.

LAGO, E. C. B. **As relações étnicas entre os ciganos e demais habitantes da cidade de Maracás no espaço escolar**, 2020.

LOPES, C. G. de J. **Cultura Cigana: a (in) visibilidade dos Calon nas práticas pedagógicas de uma escola municipal em Camaçari – Bahia**, 2019.

MACEDO, R. J. A. Formação de professores e racismo: para onde vamos? **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 106-115, 2020.

MACHADO, M. R. A.; LIMA, M.; NERIS, N. Racismo e insulto racial na sociedade brasileira: dinâmicas de reconhecimento e invisibilização a partir do direito. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, n. 3, p. 11-28, 2016.

MAIA, C. M. **Optcha! Cigano não é religião?** Uma análise da atuação, disputas e controvérsias entre ciganos na cidade do Rio de Janeiro. 2019

MANCILHA, E. C. de. **Pegando o ritmo: uma experiência etnográfica entre os ciganos Calon do Bairro Céu Azul, Belo Horizonte – MG**, 2017.

MANGIA JUNIOR, J. A. **“Ela é cigana, tia”**: os conflitos entre a cultura cigana e a socialização escolar. 2017. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal Fluminense, UFF, 2017.

MARQUES, I. da S. **Ciganos Calons: sociabilidade e trajetórias de vidas**, 2020.

MARTINS, J. A. O. J. **A cultura cigana em questão: significados e sentidos da instituição escolar para a criança cigana**. 2011. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, UFP, 2011.

MARTINS, Z. *et al.* Do racismo epistêmico às cotas raciais: a demanda por abertura na universidade. **Revista Eco-Pós**, v. 21, n. 3, p. 124-125, 2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica, biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. 3. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEDEIROS, J. C. de. **Em busca de uma sombra: a construção de uma territorialização através de processos de mobilidade e reconhecimento étnico entre os ciganos de Sousa (PB)**, 2016.

MEDEIROS, L. A. de. **Estratégia de saúde da família e povos ciganos: os desafios na construção da política de saúde para povos ciganos**, 2020.

MELO, E. S. S. de. **Ciganos, novas tecnologias, redes de sociabilidade e identidade**. 2015.

MENDONÇA, J. da S. C. **A década de 1990 e a condição social cigana no Leste Europeu: o caso romeno**, 2020.

MENINI, N. C. da R. **"Indesejáveis necessários": os ciganos degredados no Rio de Janeiro Setecentista**, 2021.

- MENINI, N. C. da R. **Os assim chamados ciganos na capitania da Bahia (século XVIII)**, 2015.
- MILANOVIC, L. **Ornamentos na música tradicional dos ciganos romenos: um estudo das práticas interpretativas dos Lăutari**, 2020.
- MONTEIRO, E. do N. J. **As crianças Calon: uma etnografia sobre a concepção de infância entre ciganos no Vale do Mamanguape-PB**, 2015.
- MONTEIRO, E. do N. J. **Tempo, redes e relações: uma etnografia sobre infância e educação entre os Calon**, 2019.
- MONTEIRO, R. J. **Na rua dos ciganos: a construção do ser homem entre saberes, honra e festas**, 2019.
- MONTINI, P. M. **Período de transição entre a infância e a vida adulta dos ciganos Calon: considerações sobre a adolescência**. São Paulo, 2017.
- MOONEN, F. **Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil**. Recife: 3 ed. digital, 2011.
- NASCIMENTO, C. L. D. do. **Memórias do estrador: identidade cigana analisada sob a luz das narrativas de um chefe cigano**, 2015.
- NASCIMENTO, J. F. do. **Os costumes como fontes das políticas e dos direitos linguísticos em uma comunidade cigana de Itabaianinha-SE**, 2021.
- NERY, I.B.; NASCIMENTO, U. A.; **Os Ciganos e a exclusão social**. Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História – Poder, Memória e Resistência: 50 anos do golpe de 1964. Campina Grande 25 a 29 agosto 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/anpuhpb/XVI/paper/viewFile/2528/575> Acesso em 20 abril de 2022.
- NETTO JUNIOR, E. A. D. Povos ciganos entre o preconceito e uma afirmação de direitos que tarda em chegar. In: NETTO JUNIOR, E. A. D. **Coletânea de Artigos Povos Ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa**. Brasília, 2020. p. 14.
- NUNES, C. M. A. **O que eu faria com aquilo que entrava pelos meus olhos? Gesto e poética na fotografia de Rogério Ferrari**, 2016.
- OLIVEIRA, A. C. V. de. **A identidade cigana na modernidade tardia: construções fragmentadas**, 2013.
- PALMQUIST, H. **Questões sobre genocídio e etnocídio indígena: a persistência da destruição**. 2018..
- PEREIRA, H. D. L. **Palavra e Catira: orientações cosmológicas e práticas de negociação calon em contexto de reconhecimento e de direitos no Brasil (2013-2018)**, 2019.
- PEREIRA, M. R. S. **Direitos fundamentais: o direito à educação para os povos ciganos**. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. Coletânea de artigos: povos

ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília: MPF, 2020.

PERPÉTUO, L. D. **Quantas pedras no meio do caminho?** Representações sociais acerca dos povos ciganos e a relação com o trabalho e a educação escolar na etnia Calon, 2021.

PINHEIRO, D. C.; PEREIRA, R. D.; XAVIER, W. S. Impactos das cotas no Ensino Superior: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais. **Revista e Educação**, v. 26, p. 1-31, 2021.

PINTO, A. K. P. **Entre andanças, transformações e fronteiras: (re)significações da escola por ciganos do Espírito Santo**, 2017.

PINTO, A. F. S. **Conflito, Política e Parentesco: Aspectos da socialidade cigana em Coelho Neto-MA**. 2022.

PIZA, S. Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para leitura de um texto. **Trans/Form/Ação**, v. 45, p. 129-148, 2022.

RAMOS, J. da S. **Quando as “vozes” se tornam visíveis: o panorama de vida de pessoas idosas em comunidades ciganas**, 2021.

RIBEIRO, J. L. L. S.; MORAIS, V. G. A possível relação entre o SiSU e a evasão nos primeiros semestres dos cursos universitários. **Revista Brasileira de Educação**. v. 25, 2020..

ROCHA, M. R. A. da. **A performance no ritual das masinas do grupo Devlesa Avilan**, 2019.

RODRIGUES, T. D. de F. F.; OLIVEIRA, G. S. de; SANTOS J. A. dos. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.

SARMENTO, A. S. de M. **Representações sociais dos povos chamados “ciganos” em jornais brasileiros (2008-2018)**, 2021.

SAVIANI, D. **A questão da Autonomia Universitária e suas vicissitudes na universidade brasileira**. **Revista Angelus Novus**, v. 16, n. 16, p. 47-60, 2021.

SAVIANI, D. A Universidade é um Lugar de todos e para todos? **Cenas Educacionais**, v. 3, p. e8365, 2020.

SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 694 p.

SCHWARTZMAN, S. **Pesquisa e pós-graduação no Brasil: duas faces da mesma moeda?** Universidade de Pesquisa, Estudos Avançados, 2022.

SHIMURA, M. I. **Ser cigano: a identidade étnica em um acampamento Calon itinerante**, 2017.

SILVA, L. F. da. **A vida em família: parentesco, relações sociais e estilo de vida entre os Calons de Sobral, Ceará**, 2015.

SILVA, F. J. de O. **O céu é meu teto, a terra minha morada: cultura e educação cigana no RN (2006 - 2016)**, 2016.

SILVA, A. C. C. da. **Fatores associados a utilização de serviços de saúde por ciganos na Bahia, Brasil**, 2016.

SILVA, L. A. R. da. **Desafios para a efetivação do direito à educação: com a palavra, os ciganos**, 2017.

SILVA, F. C. S.; FILHO, M. J. de O. L. Calons: redefinindo as fronteiras dos direitos humanos e do sistema de justiça penal. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 8, n.1, p. 514-529, 2018.

SILVA, M. M. R. da. **Sociolinguística: contribuições para a criação de um currículo para povos itinerantes**, 2018.

SILVA, E. P. L. da. **Discursos em cena no Cancioneiro da Cidade Nova, de Mello Moraes Filho: um olhar sobre as identidades ciganas**, 2020.

SILVA, A. P. Currículo do sistema currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8469871668400038>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SILVA JÚNIOR, A. de A. **Produção social dos sentidos em processos interculturais de comunicação e saúde: a apropriação das políticas públicas da saúde para ciganos no Brasil e em Portugal**, 2018.

SILVA JÚNIOR, A. de A. Comunidades ciganas e a pandemia: desafios étnico-raciais e perspectivas comunicacionais. **Revista Comunicação Cultura e Sociedade**, v. 7, p. 42-61, 2020.

SIMÕES, S. R. C. F. **Educação cigana: entre - lugares entre escola e comunidade étnica**. 2017.

SIMOES, S. R. C. de F. **Vida cigana: aspectos que configuram as atuais dinâmicas de mudanças dos ciganos brasileiros**, 2014.

SOUZA, M. L. de. **Atualização e manutenção da identidade étnica: etnografia sobre o processo de conversão religiosa de ciganos em Cruz das Almas/BA**, 2017.

SOUZA, M. A. de. **Ciganos, Roma e Gypsies: projeto identitário e codificação política no Brasil e Canadá**, 2013.

SOUZA, R. F. de. **Nos outros, os ciganos: entre o estigma e a resistência**, 2016.

SOUZA, V. K. de A. **Entre laços e teias: famílias ciganas no Seridó Potiguar**, 2016.

SPAZIANI, L. **A estigmatização em relação aos ciganos: as construções avaliativas por não ciganos**, 2016.

TEIXEIRA, R. C. **História dos ciganos no Brasil**. Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.  
TOLENTINO, E. dos S. **Estudo sobre os ciganos Calon e os desafios em acessar bens e serviços em um município da região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro: uma relação em evolução**, 2019.

TRIGO, J. R.; COSTA, J. A. **Liderança nas Organizações Educativas: A direção por valores**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 16, n. 61, p. 561-582, 2008. UFF. Universidade Federal Fluminense. **Jornada Educação e Ciganidades**. Disponível em: <http://iear.uff.br/2023/05/19/jornada-educacao-e-ciganidades/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

VALE, L. M. de A. **“Vinha Caminhando a pé, para ver se encontrava uma Cigana de Fé”**: o culto aos espíritos ciganos no Catimbó/Jurema do Ylê Axé Nagô Ôxáguã (Caicó/RN), 2018.

VANELLI, M. Nomadismo cigano: migração dos excluídos. **Cadernos do CEOM**, v. 23, n. 32, p. 1-10, 2013.

VENTURA, M. C. S. P. **A Experiência da criança cigana no jardim de infância**. Universidade do Minho: Braga, 2004.

VERGNE, C. M. *et al.* A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 03, p. 516-528, 2015.

VIEIRA, W. L. **Depois do asfalto, lá nos ciganos: manifestações culturais, identidade e territorialidade em Trindade-Goiás**, 2021.